

SUMÁRIO

BALANÇOS PATRIMONIAIS	2
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS.....	4
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS.....	5
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES.....	6
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	7
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	8
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO.....	10
NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS	11
1. CONTEXTO OPERACIONAL	11
2. BASE DE PREPARAÇÃO	11
3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO.....	17
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	17
5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	18
6. CONSUMIDORES E REVENDEDORES	19
7. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS	20
8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	20
9. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIO	22
10. REPASSES DE RECURSOS DA CONTA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (CDE)	23
11. CONTAS A RECEBER DO GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS E FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS.....	23
12. ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO	24
13. INVESTIMENTOS.....	26
14. IMOBILIZADO	34
15. INTANGÍVEL.....	35
16. FORNECEDORES	36
17. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	37
18. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES	38
19. ENCARGOS REGULATÓRIOS	41
20. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO	42
21. PROVISÕES	43
22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS	51
23. RECEITA	52
24. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	55
25. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS.....	61
26. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	62
27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS.....	63
28. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO	73
29. EFEITOS DA MEDIDA PROVISÓRIA 579 DE 11 DE SETEMBRO DE 2012 (CONVERTIDA NA LEI DE Nº 12.783 DE 11 DE JANEIRO DE 2013)	75
30. REAJUSTE TARIFÁRIO ANUAL E REVISÃO TARIFÁRIA	75
31. EVENTOS SUBSEQUENTES.....	76
32. SEGMENTOS OPERACIONAIS	78
DESEMPENHO ECONOMICO-FINANCEIRO CONSOLIDADO	81
DEMONSTRAÇÕES SEGREGADAS POR EMPRESA	99
OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES	100
RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS	109

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 31 DE DEZEMBRO DE 2012

ATIVO

(Em milhares de reais)

	Nota	Consolidado			Controladora		
		30/06/2013	31/12/2012 Reapresentado	01/01/2012 Reapresentado	30/06/2013	31/12/2012 Reapresentado	01/01/2012 Reapresentado
CIRCULANTE							
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	1.630.058	1.919.125	2.103.870	397.373	1.057.122	226.695
Títulos e Valores Mobiliários	5	2.656.096	657.142	356.327	1.158.042	27.363	180.000
Consumidores e Revendedores	6	1.741.930	1.858.129	2.067.349	-	-	-
Concessionários - Transporte de Energia		250.870	347.371	295.838	-	-	-
Ativo Financeiro da Concessão	12	2.254	287.692	42.106	-	-	-
Tributos Compensáveis	7	173.065	216.746	228.554	4.846	62.100	72.570
Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar	8 a	176.457	228.968	135.221	-	-	-
Revendedores – Transações com Energia Livre		42.617	20.755	22.080	-	-	-
Dividendos a Receber		95.257	113.364	73.578	602.024	511.043	195.196
Fundos Vinculados		101.933	132.493	3.386	99	233	99
Estoques		39.882	41.204	31.041	12	12	15
Provisão para Ganhos com Instrumentos Financeiros	27	-	20.445	-	-	-	-
Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	11	-	2.422.099	-	-	2.422.099	-
Repasso de Recurso da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	10	102.904	-	-	-	-	-
Outros Créditos		477.187	538.219	408.453	13.863	12.522	8.702
TOTAL DO CIRCULANTE		7.490.510	8.803.752	5.767.803	2.176.259	4.092.494	683.277
NÃO CIRCULANTE							
Títulos e Valores Mobiliários	5	173.893	99.116	-	46.289	7.627	-
Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	11	-	-	1.830.075	-	-	-
Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios		-	-	-	-	-	1.010.079
Impostos de Renda e Contribuição Social Diferidos	8 b	1.200.897	1.303.920	931.438	366.620	392.637	431.687
Tributos Compensáveis	7	382.881	391.608	281.252	4.757	4.757	4.334
Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar	8 a	51.160	27.911	19.548	51.160	27.911	19.548
Depósitos Vinculados a Litígios	9	1.189.903	1.300.507	1.276.232	143.337	270.702	275.721
Consumidores e Revendedores	6	254.826	221.150	61.822	-	-	-
Concessionários - Transporte de Energia		-	10.440	11.931	-	-	-
Outros Créditos		75.816	97.678	83.822	17.410	39.788	50.694
Ativo Financeiro da Concessão	12	5.701.329	5.475.463	3.834.358	-	-	-
Investimentos	13	5.705.822	6.855.253	6.351.309	11.518.208	11.827.567	11.929.888
Imobilizado	14	5.950.404	6.108.729	6.392.332	1.456	1.584	1.723
Intangível	15	1.900.501	1.874.354	2.779.400	888	981	657
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		22.587.432	23.766.129	23.853.519	12.150.125	12.573.554	13.724.331
TOTAL DO ATIVO		30.077.942	32.569.881	29.621.322	14.326.384	16.666.048	14.407.608

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 31 DE DEZEMBRO DE 2012

PASSIVO

(Em milhares de reais)

	Nota	Consolidado			Controladora		
		30/06/2013	31/12/2012 Reapresentado	01/01/2012 Reapresentado	30/06/2013	31/12/2012 Reapresentado	01/01/2012 Reapresentado
CIRCULANTE							
Fornecedores	16	1.030.230	1.305.935	843.697	14.573	12.338	12.059
Encargos Regulatórios	19	214.337	317.048	271.409	-	-	-
Participações nos Lucros		83.866	84.123	87.800	7.740	7.776	9.357
Impostos, Taxas e Contribuições	17a	413.174	515.425	460.908	20.933	60.119	35.740
Imposto de Renda e Contribuição Social	17b	23.658	31.946	29.590	-	-	-
Juros sobre capital próprio e Dividendos a Pagar		1.418.731	3.478.810	1.243.086	1.418.731	3.478.810	1.243.086
Empréstimos e Financiamentos	18	1.431.199	4.901.538	2.633.655	-	1.102.721	1.011.830
Debêntures	18	990.799	1.564.531	1.870.176	-	-	-
Salários e Contribuições Sociais		212.423	226.743	241.488	8.326	11.169	12.987
Obrigações Pós-emprego	20	54.690	51.227	74.441	2.691	2.520	3.706
Dívidas com Pessoas Ligadas		-	-	-	-	11.132	8.646
Concessões a Pagar		20.392	16.270	7.990	-	-	-
Outras Obrigações		337.471	304.710	334.629	21.278	15.147	15.137
TOTAL DO CIRCULANTE		6.230.970	12.798.306	8.098.869	1.494.272	4.701.732	2.352.548
NÃO CIRCULANTE							
Fornecedores	16	5.650	4.282	4.874	-	-	-
Encargos Regulatórios	19	198.153	169.201	261.930	-	-	-
Empréstimos e Financiamentos	18	2.283.781	1.608.770	3.825.345	-	-	18.397
Debêntures	18	4.757.404	2.340.954	2.174.715	-	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições	17a	708.997	686.172	773.370	-	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social	8 b	276.202	307.188	333.305	-	-	-
Provisões	21	301.622	265.476	311.069	154.382	146.089	185.952
Concessões a Pagar		181.726	171.448	129.629	-	-	-
Obrigações Pós-emprego	20	2.622.535	2.574.948	1.956.238	209.031	205.733	117.532
Outras Obrigações		102.386	93.140	85.714	60.183	62.498	66.915
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		11.438.456	8.221.579	9.856.189	423.596	414.320	388.796
TOTAL DO PASSIVO		17.669.426	21.019.885	17.955.058	1.917.868	5.116.052	2.741.344
PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Capital Social	22	4.813.362	4.265.091	3.412.073	4.813.362	4.265.091	3.412.073
Reservas de Capital		3.405.579	3.953.850	3.953.850	3.405.579	3.953.850	3.953.850
Reservas de Lucros		2.228.045	2.856.176	3.292.871	2.228.045	2.856.176	3.292.871
Ajustes de Avaliação Patrimonial		417.814	474.879	1.007.470	417.814	474.879	1.007.470
Lucros Acumulados		1.543.716	-	-	1.543.716	-	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		12.408.516	11.549.996	11.666.264	12.408.516	11.549.996	11.666.264
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		30.077.942	32.569.881	29.621.322	14.326.384	16.666.048	14.407.608

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 2012

(Em Milhares de Reais, exceto resultado líquido por ação)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		30/06/2013	30/06/2012 Reapresentado	30/06/2013	30/06/2012 Reapresentado
RECEITA	23	7.116.584	6.655.043	161	161
CUSTOS OPERACIONAIS					
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA	24				
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(2.274.710)	(1.936.818)	-	-
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão		(254.092)	(435.389)	-	-
		<u>(2.528.802)</u>	<u>(2.372.207)</u>	-	-
CUSTO	24				
Pessoal e Administradores		(429.795)	(421.061)	-	-
Materiais		(69.441)	(21.071)	-	-
Serviços de Terceiros		(304.564)	(293.321)	-	-
Depreciação e Amortização		(356.674)	(351.532)	-	-
Provisões Operacionais		(47.857)	(28.605)	-	-
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos		(62.853)	(94.849)	-	-
Custo de Construção de Infraestrutura		(465.405)	(584.954)	-	-
Outras		(79.860)	(40.498)	-	-
		<u>(1.816.449)</u>	<u>(1.835.891)</u>	-	-
CUSTO TOTAL		(4.345.251)	(4.208.098)	-	-
LUCRO BRUTO		2.771.333	2.446.945	161	161
DESPESA OPERACIONAL	24				
Despesas com Vendas		(34.484)	(33.791)	-	-
(Despesas) Reversões Gerais e Administrativas		(512.867)	(330.708)	(31.112)	(28.045)
Outras Despesas Operacionais		(221.893)	(236.960)	(59.492)	(13.979)
		<u>(769.244)</u>	<u>(601.459)</u>	<u>(90.604)</u>	<u>(42.024)</u>
Resultado de Equivalência Patrimonial		250.582	237.686	1.335.912	1.263.711
Ganho na Alienação de Investimento		284.298	-	378.378	-
Lucros Não Realizados na Alienação de Investimento		(80.959)	-	(80.959)	-
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro e Impostos		2.456.010	2.083.172	1.542.888	1.221.848
Receitas Financeiras	25	282.839	296.526	76.445	72.845
Despesas Financeiras	25	(597.961)	(637.395)	(24.414)	(58.967)
Resultado antes dos Impostos		2.140.888	1.742.303	1.594.919	1.235.726
Imposto de Renda e Contribuição Social	8c	(584.980)	(665.367)	(86.319)	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	8c	(73.323)	158.684	(26.015)	(106)
RESULTADO DO EXERCÍCIO		<u>1.482.585</u>	<u>1.235.620</u>	<u>1.482.585</u>	<u>1.235.620</u>
Lucro Básico e Diluído por ação preferencial	22	1,54	1,28	1,54	1,28
Lucro Básico e Diluído por ação ordinária	22	1,54	1,28	1,54	1,28

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 2012
(Em milhares de Reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		01/04/2013 a 30/06/2013	01/04/2012 a 30/06/2012 Reapresentado	01/04/2013 a 30/06/2013	01/04/2012 a 30/06/2012 Reapresentado
RECEITA	23	3.438.990	3.463.114	81	81
CUSTOS OPERACIONAIS					
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA	24				
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(1.301.923)	(1.078.457)	-	-
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão		(127.867)	(217.739)	-	-
		(1.429.790)	(1.296.196)	-	-
CUSTO	24				
Pessoal e Administradores		(217.015)	(211.294)	-	-
Materiais		(18.062)	(12.891)	-	-
Serviços de Terceiros		(159.019)	(147.177)	-	-
Depreciação e Amortização		(169.440)	(167.085)	-	-
Provisões Operacionais		(41.598)	13.096	-	-
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos		(28.812)	(45.875)	-	-
Custo de Construção de Infraestrutura		(261.058)	(360.461)	-	-
Outras		(60.254)	(14.104)	-	-
		(955.258)	(945.791)	-	-
CUSTO TOTAL		(2.385.048)	(2.241.987)	-	-
LUCRO BRUTO		1.053.942	1.221.127	81	81
DESPESA OPERACIONAL	24				
Despesas com Vendas		(13.862)	(13.599)	-	-
(Despesas) Reversões Gerais e Administrativas		(166.781)	(128.833)	11.331	(984)
Outras Despesas Operacionais		(92.796)	(126.800)	(52.157)	(7.252)
		(273.439)	(269.232)	(40.826)	(8.236)
Resultado de Equivalência Patrimonial	13	84.424	88.343	458.976	614.527
Ganho na Alienação de Investimento	13	284.298	-	378.378	-
Lucros Não Realizados na Alienação de Investimento	13	(80.959)	-	(80.959)	-
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro e Impostos		1.068.266	1.040.238	715.650	606.372
Receitas Financeiras	25	144.450	143.172	23.307	30.124
Despesas Financeiras	25	(296.036)	(324.853)	(1.272)	(27.696)
Resultado antes dos Impostos		916.680	858.557	737.685	608.800
Imposto de Renda e Contribuição Social	8c	(246.590)	(338.140)	(84.423)	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	8c	(52.852)	83.815	(36.024)	(4.568)
RESULTADO DO EXERCÍCIO		617.238	604.232	617.238	604.232
Lucro Básico e Diluído por ação preferencial	22	0,64	0,63	0,64	0,63
Lucro Básico e Diluído por ação ordinária	22	0,64	0,63	0,64	0,63

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 2012

(Em Milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2013	30/06/2012 Reapresentado	30/06/2013	30/06/2012 Reapresentado
RESULTADO DO PERÍODO	1.482.585	1.235.620	1.482.585	1.235.620
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES				
Equivalência patrimonial sobre outros resultado abrangente em controlada e controlada em conjunto	4.066	3.633	4.066	3.633
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	<u>1.486.651</u>	<u>1.239.253</u>	<u>1.486.651</u>	<u>1.239.253</u>

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 2012

(Em Milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	01/04/2013 a 30/06/2013	01/04/2012 a 30/06/2012 Reapresentado	01/04/2013 a 30/06/2013	01/04/2012 a 30/06/2012 Reapresentado
	RESULTADO DO PERÍODO	617.238	604.232	617.238
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES				
Equivalência patrimonial sobre outros resultado abrangente em controlada e controlada em conjunto	4.942	5.746	4.942	5.746
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	<u>622.180</u>	<u>609.978</u>	<u>622.180</u>	<u>609.978</u>

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO

PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 2012

(Em Milhares de Reais)

	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 ANTERIORMENTE APRESENTADOS	3.412.073	3.953.850	3.292.871	1.086.154	-	11.744.948
Efeitos de adoção de nova prática contábil – (Nota 2.2)	-	-	-	(78.684)	-	(78.684)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 AJUSTADOS PELAS MUDANÇAS DE PRÁTICA CONTÁBIL	3.412.073	3.953.850	3.292.871	1.007.470	-	11.666.264
Resultado do período	-	-	-	-	1.235.620	1.235.620
Outros resultados abrangentes:						
Equivalência patrimonial sobre outros resultado abrangente em controlada e controlada em conjunto	-	-	-	3.633	-	3.633
Total do resultado abrangente do período	-	-	-	3.633	1.235.620	1.239.253
Outras mutações no Patrimônio Líquido						
Aumento do Capital Social	853.018	-	(853.018)	-	-	-
Dividendo acicional proposto referente a 2011	-	-	(86.316)	-	-	(86.316)
Realização de Reservas						
Ajustes de avaliação patrimonial – custo atribuído de imobilizado	-	-	-	(92.773)	92.773	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012	4.265.091	3.953.850	2.353.537	918.330	1.328.393	12.819.201
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 ANTERIORMENTE APRESENTADOS	4.265.091	3.953.850	2.856.176	968.945	-	12.044.062
Efeitos de adoção de nova prática contábil – (Nota 2.2)	-	-	-	(494.066)	-	(494.066)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 AJUSTADOS PELAS MUDANÇAS DE PRÁTICA CONTÁBIL	4.265.091	3.953.850	2.856.176	474.879	-	11.549.996
Resultado do período	-	-	-	-	1.482.585	1.482.585
Outros resultados abrangentes:						
Equivalência patrimonial sobre outros resultado abrangente em controlada e controlada em conjunto	-	-	-	4.066	-	4.066
Total do resultado abrangente do período	-	-	-	4.066	1.482.585	1.486.651
Outras mutações no Patrimônio Líquido:						
Aumento do Capital Social	548.271	(548.271)	-	-	-	-
Dividendo Adicional proposto em 2012 (R\$0,74 por ação)	-	-	(628.131)	-	-	(628.131)
Realização de Reservas						
Ajustes de avaliação patrimonial – custo atribuído de imobilizado	-	-	-	(61.131)	61.131	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2013	4.813.362	3.405.579	2.228.045	417.814	1.543.716	12.408.516

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS PERÍODOS DE SEIS MÊSES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 2012

(Em Milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2013	30/06/2012 Reapresentado	30/06/2013	30/06/2012 Reapresentado
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Resultado do Exercício	1.482.585	1.235.620	1.482.585	1.235.620
Despesas (Receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa				
Impostos de Renda e Contribuição Social	658.303	506.683	112.334	106
Depreciação e Amortização	387.125	371.315	201	185
Ganho na alienação de Investimentos	(284.298)	-	(378.378)	-
Resultado de Equivalência Patrimonial	(250.582)	(237.686)	(1.335.912)	(1.263.711)
Lucros Não Realizados	80.959	-	80.959	-
Juros e Variações Monetárias	450.290	464.736	(22.087)	12.754
Provisões para Perdas Operacionais	75.001	46.036	8.293	(18.392)
Obrigações Pós-emprego	137.757	114.494	8.173	7.394
Outros	3.186	10.754	20	15
	<u>2.740.326</u>	<u>2.511.952</u>	<u>(43.812)</u>	<u>(26.029)</u>
(Aumento) Redução de Ativos				
Consumidores e Revendedores	61.901	(65.731)	-	-
Repasse de Recurso da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(102.904)	-	-	-
Tributos Compensáveis	52.408	(40.039)	57.254	(1.172)
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	58.962	(5.148)	(23.249)	(9.627)
Transporte de Energia	106.941	(37.775)	-	-
Dividendos recebidos	276.222	227.569	235.786	609.318
Ativo Financeiro	295.906	28.081	-	-
Outros	224.968	(247.135)	148.538	12.266
	<u>974.404</u>	<u>(140.178)</u>	<u>418.329</u>	<u>610.785</u>
Aumento (Redução) de Passivos				
Fornecedores	(275.705)	101.492	2.235	(4.742)
Impostos, Taxas e Contribuições	(79.426)	(33.790)	(39.186)	(13.951)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(107.350)	(32.432)	21.783	14.302
Salários e Contribuições Sociais	(14.320)	(31.533)	(2.843)	(2.958)
Encargos Regulatórios	(73.759)	(19.457)	-	-
Obrigações Pós-emprego	(86.707)	(98.842)	(4.704)	(4.940)
Outros	37.012	(22.230)	(7.349)	(147)
	<u>(600.255)</u>	<u>(136.792)</u>	<u>(30.064)</u>	<u>(12.436)</u>
Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais	<u>3.114.475</u>	<u>2.234.982</u>	<u>344.453</u>	<u>572.320</u>
Juros sobre Empréstimos e Financiamentos pagos	(657.880)	(530.764)	(17.784)	(4.784)
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	(516.904)	(482.342)	(108.102)	(10.800)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	<u>1.939.691</u>	<u>1.221.876</u>	<u>218.567</u>	<u>556.736</u>

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2013	30/06/2012 Reapresentado	30/06/2013	30/06/2012 Reapresentado
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Em Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	(2.073.731)	(631.993)	(1.169.341)	30.515
Recebimento de Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	2.465.646	96.329	2.465.646	-
Em Ativos Financeiros	(46.233)	(45.600)	-	-
Em Investimentos	1.351.574	(117.536)	1.619.986	(4.603)
Alienação de Investimentos	1.691.415	-	1.619.986	-
Aquisição de Investimentos	(94.184)	-	-	-
Aporte de Capital	(236.734)	(117.536)	-	-
Outros	(8.923)	-	-	(4.603)
Em Imobilizado	(4.115)	(44.818)	-	-
Em Intangível	(444.119)	(542.592)	-	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	1.249.022	(1.286.210)	2.916.291	25.912
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Obtenção de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	2.442.510	2.591.159	-	-
Pagamentos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	(3.232.080)	(2.884.086)	(1.106.397)	(18.397)
Juros sobre capital próprio e Dividendos	(2.688.210)	(647.963)	(2.688.210)	(647.963)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(3.477.780)	(940.890)	(3.794.607)	(666.360)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(289.067)	(1.005.224)	(659.749)	(83.712)
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA				
No início do exercício	1.919.125	2.103.870	1.057.122	226.695
No fim do exercício	1.630.058	1.098.646	397.373	142.983
	(289.067)	(1.005.224)	(659.749)	(83.712)

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

PARA OS PERÍODOS DE SEIS MÊSES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 2012

(Em Milhares de reais)

	Consolidado				Controladora			
	30/06/2013		30/06/2012 Reapresentado		30/06/2013		30/06/2012 Reapresentado	
RECEITAS								
Venda de Energia e Serviços	9.064.480		9.138.892		161		161	
Receita de Construção de Distribuição	421.826		542.426		-		-	
Receita de Construção de Transmissão	43.579		42.528		-		-	
Receita na Alienação de Investimentos	1.691.415		-		1.619.986		-	
Outras Receitas	2.300		2.606		-		-	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(34.501)		(33.801)		-		-	
	11.189.099		9.692.651		1.620.147		161	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS								
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(2.416.955)		(2.133.716)		-		-	
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão	(284.495)		(489.438)		-		-	
Serviços de Terceiros	(660.684)		(628.789)		(4.281)		(5.700)	
Materiais	(273.768)		(331.909)		(67)		(54)	
Custo na Alienação de Investimentos	(1.407.117)		-		(1.241.608)		-	
Outros Custos Operacionais	(286.483)		(183.868)		(47.545)		214	
	(5.329.502)		(3.767.720)		(1.293.501)		(5.540)	
VALOR ADICIONADO BRUTO	5.859.597		5.924.931		326.646		(5.379)	
RETENÇÕES								
Depreciação e Amortização	(387.125)		(371.315)		(201)		(185)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	5.472.472		5.553.616		326.445		(5.564)	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA								
Resultado de Equivalência Patrimonial	250.582		237.686		1.254.953		1.263.711	
Lucros Não Realizados	(80.959)		-		-		-	
Receitas Financeiras	372.676		295.009		76.445		72.845	
	6.014.771		6.086.311		1.657.843		1.330.992	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO								
		%		%		%		%
Empregados	797.104	13,25	694.924	11,42	32.052	1,93	30.033	2,26
Remuneração direta	454.056	7,55	471.336	7,74	15.661	0,94	17.289	1,30
Benefícios	190.980	3,18	176.709	2,90	10.777	0,65	10.791	0,81
FGTS	31.211	0,51	31.855	0,52	1.707	0,10	1.699	0,13
Outras	120.857	2,01	15.024	0,26	3.907	0,24	254	0,02
Impostos, Taxas e Contribuições	2.996.051	49,81	3.467.798	56,98	118.279	7,13	5.943	0,45
Federais	1.592.318	26,47	1.954.384	32,11	118.133	7,12	5.734	0,44
Estaduais	1.399.415	23,27	1.508.453	24,78	84	0,01	150	0,01
Municipais	4.318	0,07	4.961	0,09	62	-	59	-
Remuneração de Capitais de Terceiros	739.031	12,29	687.969	11,30	24.927	1,51	59.396	4,46
Juros	687.798	11,44	637.395	10,47	24.414	1,47	58.967	4,43
Aluguéis	51.233	0,85	50.574	0,83	513	0,04	429	0,03
Remuneração de Capitais Próprios	1.482.585	24,65	1.235.620	20,30	1.482.585	89,43	1.235.620	92,83
Lucros Acumulados	1.482.585	24,65	1.235.620	20,30	1.482.585	89,43	1.235.620	92,83
	6.014.771	100,00	6.086.311	100,00	1.657.843	100,00	1.330.992	100,00

NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

REFERENTES AO TRIMESTRE E PERÍODO DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2013

(Em Milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”, “Controladora” ou “Companhia”), sociedade de capital aberto, CNPJ nº 17.155.730/0001-64, tem suas ações negociadas no Nível 1 de Governança Corporativa da BM&F Bovespa (“Bovespa”) e nas Bolsas de Valores dos Estados Unidos da América (“NYSE”) e da Espanha (“LATIBEX”). A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200 – Belo Horizonte / MG. Atua, única e exclusivamente, como Holding, com participação societária em empresas controladas individualmente ou em conjunto, cujos objetivos principais são a construção e a operação de sistemas de produção, transformação, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, bem como o desenvolvimento de atividades nos diferentes campos da energia, com vistas à respectiva exploração econômica.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de Conformidade

As Informações Contábeis Intermediárias individuais foram elaboradas e preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, e as Informações Contábeis Intermediárias consolidadas foram elaboradas e preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e de acordo com a Norma Internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as Normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

Estas Informações Contábeis Intermediárias foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das Demonstrações Contábeis anuais em 31 de dezembro de 2012, exceto quanto aos novos pronunciamentos contábeis vigentes a partir de 1º de janeiro de 2013, em mais detalhes na nota explicativa nº 2, item 2.3, destas Informações Contábeis Intermediárias. Dessa forma, estas Informações Contábeis Intermediárias devem ser lidas em conjunto com as referidas Demonstrações Contábeis, aprovadas pela Diretoria Executiva e reapresentadas em 16 de abril de 2013 na CVM, bem como aprovadas nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária realizadas em 30 de abril de 2013.

As Informações Contábeis Intermediárias individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BR GAAP e, para o caso do Consolidado, essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para Informações Contábeis Intermediárias separadas em função da avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) pelo método de equivalência patrimonial no BR GAAP, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo.

Contudo, não há diferença entre o Patrimônio Líquido e o resultado consolidado apresentado de forma consolidada e o Patrimônio Líquido e resultado da controladora em suas Informações Contábeis individuais. Assim sendo, as Informações Contábeis Intermediárias consolidadas da Companhia e as Informações Contábeis Intermediárias individuais da controladora estão sendo apresentadas lado-a-lado em um único conjunto de Informações Contábeis.

2.2. Novos pronunciamentos contábeis adotados a partir de 2013 e reclassificações contábeis

Em decorrência de alteração nos pronunciamentos contábeis em vigor, a Companhia adotou novas práticas contábeis a partir de 1º de janeiro de 2013 e as aplicou, para apresentação destas Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas, de maneira retrospectiva. Estão destacadas a seguir as principais alterações com efeito nestas Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas:

CPC.33 (R1) e IAS 19 revisada – Benefícios a empregados

As modificações alteraram a contabilização dos planos de benefícios definidos e dos benefícios de rescisão. A modificação mais significativa refere-se à contabilização das alterações nas obrigações de benefícios definidos e ativos do plano no próprio ano, com a eliminação da "abordagem de corredor" permitida na versão anterior da IAS 19 e o reconhecimento antecipado dos custos de serviços passados. As modificações exigem que todos os ganhos e prejuízos atuariais sejam reconhecidos imediatamente por meio de outro resultado abrangente e no Patrimônio Líquido de forma que o ativo ou passivo líquido do plano de pensão seja reconhecido na demonstração consolidada da posição financeira para refletir o valor integral do déficit ou superávit do plano.

CPC.19 (R2) e IFRS 11 – Negócios em conjunto

A IFRS 11 substitui a IAS 31 Participações em Joint Ventures. A IFRS 11 aborda como um acordo de participação onde duas ou mais partes têm controle conjunto deve ser classificada. A SIC-13 Joint Ventures – Contribuições Não-Monetárias de Investidores será retirada com a aplicação da IFRS 11. De acordo com a IFRS 11, os acordos de participação são classificados como operações conjuntas ou joint ventures, conforme os direitos e as obrigações das partes dos acordos. Adicionalmente, de acordo com a IFRS 11, as joint ventures devem ser contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. No critério anterior do IAS 31, permitia-se a contabilização pelo método de equivalência patrimonial ou pelo método de consolidação proporcional para as entidades controladas em conjunto.

Em função da adoção dessa norma, a Companhia passou a contabilizar pelo método de equivalência patrimonial todas as suas participações em entidades onde detém o controle em conjunto, não mais utilizando o método de consolidação proporcional.

Reclassificações de Saldos Contábeis de 30 de junho de 2012 e 01 de janeiro de 2012

Alguns saldos das Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas referentes ao período findo em 30 de junho de 2012, originalmente emitidas em 14 de agosto de 2012, apesar de imateriais, estão sendo reclassificados para fins de comparação com as Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas do período findo em 30 de junho de 2013. A

Companhia decidiu ajustar os saldos comparativos de 30 de junho de 2012 para a apresentação nas Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas de 30 de junho de 2013 com o objetivo de manter a melhor comparação dos saldos.

A seguir, apresentamos um resumo das Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas que tiveram reclassificações e ajustes em função das novas práticas contábeis mencionadas acima:

01/01/2012	Consolidado				Controladora		
	Saldo Publicado	Obrigações Pós-Emprego	Crítérios de Consolidação	Saldo Reapresentado	Saldo Publicado	Obrigações Pós Emprego	Saldo Reapresentado
Balço Patrimonial							
Ativo Circulante	8.531.649	-	(2.763.846)	5.767.803	683.277	-	683.277
Ativo Não Circulante							
Impostos de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.235.869	33.824	(338.255)	931.438	424.449	7.238	431.687
Investimentos	176.740	(13.025)	6.187.594	6.351.309	11.994.523	(64.635)	11.929.888
Demais Ativos Não Circulantes	27.064.625	-	(10.493.853)	16.570.772	1.362.756	-	1.362.756
Total do Ativo Não Circulante	28.477.234	20.799	(4.644.514)	23.853.519	13.781.728	(57.397)	13.724.331
Passivo Circulante	12.169.346	-	(4.070.477)	8.098.869	2.352.548	-	2.352.548
Passivo Não Circulante							
Obrigações Pós-emprego	2.186.568	99.483	(329.813)	1.956.238	96.245	21.287	117.532
Demais Passivos Não Circulante	10.908.021	-	(3.008.070)	7.899.951	271.264	-	271.264
Total do Passivo Não Circulante	13.094.589	99.483	(3.337.883)	9.856.189	367.509	21.287	388.796
Patrimônio Líquido							
Ajustes de Avaliação Patrimonial	1.086.154	(78.684)	-	1.007.470	1.086.154	(78.684)	1.007.470
Demais Componentes do Patrimônio Líquido	10.658.794	-	-	10.658.794	10.658.794	-	10.658.794
Total do Patrimônio Líquido	11.744.948	(78.684)	-	11.666.264	11.744.948	(78.684)	11.666.264

31/12/2012	Consolidado				Controladora		
Balanco Patrimonial	Saldo Publicado	Obrigações Pós-Emprego	Crítérios de Consolidação	Saldo Reapresentado	Saldo Publicado	Obrigações Pós-Emprego	Saldo Reapresentado
Ativo Circulante	11.990.079	-	(3.186.327)	8.803.752	4.092.494	-	4.092.494
Ativo Não Circulante							
Impostos de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.451.794	174.047	(321.921)	1.303.920	357.354	35.283	392.637
Investimentos	225.599	(55.852)	6.685.506	6.855.253	12.253.148	(425.581)	11.827.567
Demais Ativos Não Circulantes	27.105.489	-	(11.498.533)	15.606.956	353.350	-	353.350
Total do Ativo Não Circulante	28.782.882	118.195	(5.134.948)	23.766.129	12.963.852	(390.298)	12.573.554
Passivo Circulante	14.307.372	-	(1.509.066)	12.798.306	4.701.732	-	4.701.732
Passivo Não Circulante							
Imposto de Renda e Contribuição Social	947.870	(51.699)	(588.983)	307.188	-	-	-
Obrigações- Pós-Emprego	2.229.081	663.960	(318.093)	2.574.948	101.965	103.768	205.733
Demais Passivos Não Circulante	11.244.576	-	(5.905.133)	5.339.443	208.587	-	208.587
Total do Passivo Não Circulante	14.421.527	612.261	(6.812.209)	8.221.579	310.552	103.768	414.320
Patrimônio Líquido							
Ajustes de Avaliação Patrimonial	968.945	(494.066)	-	474.879	968.945	(494.066)	474.879
Demais Componentes do Patrimônio Líquido	11.075.117	-	-	11.075.117	11.075.117	-	11.075.117
Total do Patrimônio Líquido	12.044.062	(494.066)	-	11.549.996	12.044.062	(494.066)	11.549.996

30/06/2012	Consolidado		
Demonstração de Resultado	Saldo Publicado	Crítérios de Consolidação	Saldo Reapresentado
Receita	8.562.335	(1.907.292)	6.655.043
Custos Operacionais			
Custo com Energia Elétrica	(3.234.646)	862.439	(2.372.207)
Custo de Operação	(2.148.988)	313.097	(1.835.891)
Custo Total	(5.383.634)	1.175.536	(4.208.098)
Lucro Bruto	3.178.701	(731.756)	2.446.945
Despesa Operacional	(787.412)	185.953	(601.459)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(1.458)	239.144	237.686
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro e Impostos	2.389.831	(306.659)	2.083.172
Resultado Financeiro	(564.712)	223.843	(340.869)
Resultado antes dos Impostos	1.825.119	(82.816)	1.742.303
Imposto de Renda e Contribuição Social	(589.499)	82.816	(506.683)
RESULTADO DO PERÍODO	1.235.620	-	1.235.620

01/04/2013 a 30/06/2013	Consolidado		
Demonstração de Resultado	Saldo Publicado	Crítérios de Consolidação	Saldo Reapresentado
Receita	4.413.940	(950.826)	3.463.114
Custos Operacionais			
Custo com Energia Elétrica	(1.745.655)	449.459	(1.296.196)
Custo de Operação	(1.112.149)	166.358	(945.791)
Custo Total	(2.857.804)	615.817	(2.241.987)
Lucro Bruto	1.556.136	(335.009)	1.221.127
Despesa Operacional	(368.180)	98.948	(269.232)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(656)	88.999	88.343
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro e Impostos	1.187.300	(147.062)	1.040.238
Resultado Financeiro	(302.632)	120.951	(181.681)
Resultado antes dos Impostos	884.668	(26.111)	858.557
Imposto de Renda e Contribuição Social	(280.436)	26.111	(254.325)
RESULTADO DO PERÍODO	604.232	-	604.232

30/06/2012	Consolidado e Controladora		
Demonstrações de Resultados Abrangentes	Saldo Publicado	Crítérios de Consolidação	Saldo Reapresentado
Resultado do Exercício	1.235.620	-	1.235.620
Outros Resultados Abrangentes			
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	4.240	(4.240)	-
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangente em controlada e controlada em conjunto	-	3.633	3.633
Instrumentos financeiros de hedge de fluxo de caixa	(921)	921	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	313	(313)	-
Resultado Abrangente do Período	1.239.252	(1.239.252)	-

01/04/2013 a 30/06/2013	Consolidado e Controladora		
Demonstrações de Resultados Abrangentes	Saldo Publicado	Crítérios de Consolidação	Saldo Reapresentado
Resultado do Exercício	604.232	-	604.232
Outros Resultados Abrangentes			
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	6.251	(6.251)	-
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangente em controlada e controlada em conjunto	-	5.746	5.746
Instrumentos financeiros de hedge de fluxo de caixa	(766)	766	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	260	(260)	-
Resultado Abrangente do Período	609.977	1	609.978

30/06/2012	Consolidado		
Demonstração do Fluxo de Caixa	Saldo Publicado	Crítérios de Consolidação	Saldo Reapresentado
Caixa Líquido gerado pelas atividades operacionais	1.745.889	(439.983)	1.305.906
Caixa Líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento	(554.633)	(386.257)	(940.890)
Caixa Líquido consumido pelas atividades de investimento	(1.718.476)	348.236	(1.370.240)
Variação Líquida do caixa e equivalentes de caixa	(527.220)	(478.004)	(1.005.224)
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	2.862.490	(758.620)	2.103.870
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	2.335.270	(1.236.624)	1.098.646
Variação Líquida do caixa e equivalentes de caixa	(527.220)	(478.004)	(1.005.224)

30/06/2012	Nota	Consolidado			Controladora		
Demonstração do Valor Adicionado		Saldo Publicado	Crítérios de Consolidação	Saldo Reapresentado	Saldo Publicado	Reclassificações	Saldo Reapresentado
Receitas		12.292.593	(2.599.942)	9.692.651	161	-	161
Insumos adquiridos de terceiros		(4.828.996)	1.061.276	(3.767.720)	(5.270)	(270)	(5.540)
Retenções		(482.715)	111.400	(371.315)	(185)	-	(185)
Valor adicionado recebido em transferência	a	444.421	88.274	532.695	1.337.652	(1.096)	1.336.556
Valor adicionado a distribuir		7.425.303	(1.338.992)	6.086.311	1.332.358	(1.366)	1.330.992
Distribuição do Valor Adicionado							
Empregados		744.286	(49.362)	694.924	30.303	(270)	30.033
Impostos, taxas e Contribuições	a	4.382.761	(914.963)	3.467.798	7.039	(1.096)	5.943
Remuneração de capitais de terceiros	a	1.062.636	(374.667)	687.969	59.396	-	59.396
Remuneração de capitais próprios		1.235.620	-	1.235.620	1.235.620	-	1.235.620
Valor adicionado distribuído.		7.425.303	(1.338.992)	6.086.311	1.332.358	(1.366)	1.330.992

As reclassificações acima apresentadas foram realizadas para proporcionar informações mais relevantes relacionadas aos seguintes itens:

- a) Segregação dos investimentos da companhia em imobilizado, intangíveis e ativos de concessão por natureza de gastos;

2.3. Correlação entre Notas Explicativas divulgadas nas Demonstrações Contábeis Anuais Completas e as Demonstrações Intermediárias

Segue abaixo a correlação entre notas explicativas divulgadas nas demonstrações contábeis anuais completas de 31 de dezembro de 2012 e as demonstrações intermediárias de 30 de junho de 2013.

A Companhia entende que as atualizações relevantes referentes à sua situação patrimonial e ao desempenho no semestre no período findo em 30 de junho de 2013 estão apresentadas nestas Informações trimestrais, estando em conformidade com os requerimentos de divulgação do Ofício Circular SNC/SEP 003/2011 emitido pela CVM.

Número das notas explicativas		Título das Notas Explicativas
Anual de 2012	ITR do 2T-2013	
1	1	Contexto Operacional
2	2	Base de Preparação
3	3	Princípios da Consolidação
5	32	Segmentos Operacionais
6	4	Caixa e Equivalentes de Caixa
7	5	Títulos e Valores Mobiliários
8	6	Consumidores e Revendedores
9	7	Tributos Compensáveis
10	8	Imposto de Renda e Contribuição Social
11	9	Depósitos Vinculados a Litígio
12	11	Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais e Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios
13	12	Ativo Financeiro da Concessão
14	13	Investimentos
15	14	Imobilizado
16	15	Intangível
17	16	Fornecedores
18	17	Impostos, Taxas e Contribuições e Imposto de Renda e Contribuição Social
19	18	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures
20	19	Encargos Regulatórios
21	20	Obrigações Pós-Emprego
22	21	Provisões
23	22	Patrimônio Líquido e Remuneração aos Acionistas
24	23	Receita
25	24	Custos e Despesas Operacionais
26	25	Receitas e Despesas Financeiras
27	26	Transações com Partes Relacionadas
28	27	Instrumentos Financeiros e Gestão de Riscos
29	28	Mensuração Pelo Valor Justo
(*)	29	Efeitos da Medida Provisória 579 de 11 de Setembro de 2012 (Convertida na Lei de nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013)
34	31	Evento Subsequente

(*) Informações incluídas no conjunto das demonstrações contábeis a partir do primeiro trimestre de 2013

As notas explicativas do relatório anual de 2012 que foram suprimidas nas Informações Contábeis Intermediárias pelo fato de não apresentarem alterações relevantes e/ou não seria aplicável às informações intermediárias são as seguintes:

Número das notas	Título das Notas Explicativas
4	Das Concessões e os efeitos da Medida Provisória nº 579 de 11 de setembro de 2012 (convertida na lei nº 12.783 sancionada em 11 de janeiro de 2013)
30	Seguros
31	Obrigações Contratuais
33	Demonstração do Fluxo de Caixa

3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

As datas das Informações Contábeis Intermediárias das sociedades controladas utilizadas para cálculo de equivalência patrimonial e consolidação coincidem com as da Companhia.

A Companhia utiliza os critérios de consolidação integral e as participações diretas da Cemig, incluídas na consolidação são como segue:

Sociedades Controladas	Forma de Avaliação	30/06/2013		31/12/2012	
		Participação Direta (%)	Participação Indireta (%)	Participação Direta (%)	Participação Indireta (%)
Cemig Geração e Transmissão	Consolidação	100,00	-	100,00	-
Cemig Distribuição	Consolidação	100,00	-	100,00	-
Cemig Telecom	Consolidação	100,00	-	100,00	-
Rosal Energia	Consolidação	100,00	-	100,00	-
Sá Carvalho	Consolidação	100,00	-	100,00	-
Horizontes Energia	Consolidação	100,00	-	100,00	-
Usina Térmica Ipatinga	Consolidação	100,00	-	100,00	-
Cemig PCH	Consolidação	100,00	-	100,00	-
Cemig Capim Branco Energia	Consolidação	100,00	-	100,00	-
Cemig Trading	Consolidação	100,00	-	100,00	-
Efficientia	Consolidação	100,00	-	100,00	-
Central Termelétrica de Cogeração	Consolidação	100,00	-	100,00	-
UTE Barreiro	Consolidação	100,00	-	100,00	-
Empresa de Serviços e Comercialização de Energia Elétrica	Consolidação	100,00	-	100,00	-
Cemig Serviços	Consolidação	100,00	-	100,00	-

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado			Controladora		
	30/06/2013	31/12/2012 Reapresentado	01/01/2012 Reapresentado	30/06/2013	31/12/2012 Reapresentado	01/01/2012 Reapresentado
Contas Bancárias	76.039	73.352	87.448	3.729	6.065	6.664
Aplicações Financeiras						
Certificados de Depósitos						
Bancários	1.516.245	1.785.305	1.762.162	383.387	1.046.728	191.004
Outros	37.774	60.468	254.260	10.257	4.329	29.027
	<u>1.554.019</u>	<u>1.845.773</u>	<u>2.016.422</u>	<u>393.644</u>	<u>1.051.057</u>	<u>220.031</u>
	<u>1.630.058</u>	<u>1.919.125</u>	<u>2.103.870</u>	<u>397.373</u>	<u>1.057.122</u>	<u>226.695</u>

As aplicações financeiras correspondem à operações contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais com filiais no Brasil a preços e condições de mercado. Todas as operações são de liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e não possuem restrição de uso. Os Certificados de Depósito Bancário – CDB pré ou pós-fixados e Depósitos a Prazo com Garantia Especial - DPGE são remunerados a um percentual do CDI, Certificado de Depósito Inter-bancário, divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP (que variam entre 97% a 105% conforme operação). As operações compromissadas afirmam em suas respectivas notas de negociação o compromisso de recompra do título pelo Banco, a vista, na data de vencimento da operação, ou antecipadamente, a critério da Companhia.

A exposição da Companhia a risco de taxa de juros e uma análise de sensibilidade de ativos passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 27.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os títulos e valores mobiliários referem-se as aplicações financeiras de operações contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais com filiais no Brasil a preços e condições de mercado.

	Consolidado			Controladora		
	30/06/2013	31/12/2012 Reapresentado	01/01/2012 Reapresentado	30/06/2013	31/12/2012 Reapresentado	01/01/2012 Reapresentado
Aplicações Financeiras						
Circulante						
Certificados de Depósitos Bancários	1.593.270	378.576	356.327	869.383	3.845	180.000
Letras Financeiras - Bancos	995.646	220.606	-	270.367	19.276	-
Debentures	53.867	56.081	-	14.627	3.979	-
Outros	13.313	1.879	-	3.665	263	-
	2.656.096	657.142	356.327	1.158.042	27.363	180.000
Não Circulante						
Certificados de Depósitos Bancários	31.616	7.553	-	8.585	4	-
Letras Financeiras - Bancos	135.267	76.996	-	36.732	6.017	-
Debentures	-	1.715	-	-	123	-
Outros	7.010	12.852	-	972	1.483	-
	173.893	99.116	-	46.289	7.627	-
	2.829.989	756.258	356.327	1.204.331	34.990	180.000

A classificação destes títulos e valores mobiliários de acordo com as categorias previstas na norma contábil está apresentada na nota explicativa nº 27.

6. CONSUMIDORES E REVENDEDORES

	Consolidado		
	30/06/2013	31/12/2012 Reapresentado	01/01/2012 Reapresentado
Fornecimento Faturado	1.734.310	1.769.363	1.725.958
Fornecimento não Faturado	362.807	513.926	498.832
Suprimento a Outras Concessionárias	403.100	290.136	241.302
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(503.461)	(494.146)	(336.921)
	1.996.756	2.079.279	2.129.171
Ativo Circulante	1.741.930	1.858.129	2.067.349
Ativo não Circulante	254.826	221.150	61.822

A variação do Suprimento a Outras Concessionárias refere-se principalmente ao atraso na liquidação da contabilização da CCEE realizada em abril, determinado pela ANEEL em função da lei 12.783/12 que alterou cotas dos distribuidores e o encerramento de contratos.

A exposição da Companhia a risco de crédito relacionada a Consumidores e Revendedores está divulgada na nota explicativa nº 27.

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos e sua composição, por classe de consumidor, é como segue:

	30/06/2013	31/12/2012 Reapresentado	01/01/2012 Reapresentado
Residencial	140.000	134.512	118.206
Industrial	234.239	230.474	83.533
Comércio, Serviços e Outras	80.465	80.607	80.813
Rural	17.349	17.832	17.916
Poder Público	4.956	4.305	4.726
Iluminação Pública	11.281	12.182	13.693
Serviço Público	10.673	9.667	12.126
Outros	4.498	4.567	5.908
	503.461	494.146	336.921

A movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é como segue:

	31/12/2012 Reapresentado	Constituições	Baixas	30/06/2013
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)	494.146	34.501	(25.186)	503.461

7. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	Consolidado			Controladora		
	30/06/2013	31/12/2012 Reapresentado	01/01/2012 Reapresentado	30/06/2013	31/12/2012 Reapresentado	01/01/2012 Reapresentado
Circulante						
ICMS a Recuperar	116.941	115.179	101.961	3.429	3.429	3.843
PIS-PASEP	8.764	7.399	10.507	6	-	-
COFINS	40.379	87.808	111.810	27	57.282	67.342
Outros	6.981	6.360	4.276	1.384	1.389	1.385
	<u>173.065</u>	<u>216.746</u>	<u>228.554</u>	<u>4.846</u>	<u>62.100</u>	<u>72.570</u>
Não Circulante						
ICMS a Recuperar	234.240	222.851	203.402	4.754	4.754	4.334
PIS-PASEP	26.474	29.455	13.254	-	-	-
COFINS	122.167	139.301	64.596	3	3	-
Outros	-	1	-	-	-	-
	<u>382.881</u>	<u>391.608</u>	<u>281.252</u>	<u>4.757</u>	<u>4.757</u>	<u>4.334</u>
	<u>555.946</u>	<u>608.354</u>	<u>509.806</u>	<u>9.603</u>	<u>66.857</u>	<u>76.904</u>

Os créditos de ICMS, PIS/PASEP e COFINS são decorrentes principalmente de aquisições de Ativo Imobilizado, que podem ser compensados em 48 meses.

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar

Os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se a créditos da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - DIPJ de anos anteriores e às antecipações em 2013 que serão compensadas com tributos federais a pagar, apurados para o ano de 2013, registrados na rubrica de Impostos e Contribuições.

	Consolidado			Controladora		
	30/06/2013	31/12/2012 Reapresentado	01/01/2012 Reapresentado	30/06/2013	31/12/2012 Reapresentado	01/01/2012 Reapresentado
Circulante						
Imposto de Renda	156.526	171.248	103.461	-	-	-
Contribuição Social	19.931	57.720	31.760	-	-	-
	<u>176.457</u>	<u>228.968</u>	<u>135.221</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Não Circulante						
Imposto de Renda	18.943	25.462	17.211	18.943	25.462	17.211
Contribuição Social	32.217	2.449	2.337	32.217	2.449	2.337
	<u>51.160</u>	<u>27.911</u>	<u>19.548</u>	<u>51.160</u>	<u>27.911</u>	<u>19.548</u>
	<u>227.617</u>	<u>256.879</u>	<u>154.769</u>	<u>51.160</u>	<u>27.911</u>	<u>19.548</u>

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

A Cemig e suas controladas possuem créditos tributários de Imposto de Renda, constituídos à alíquota de 25,00% e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9,00%, conforme segue:

	Consolidado			Controladora		
	30/06/2013	31/12/2012 Reapresentado	01/01/2012 Reapresentado	30/06/2013	31/12/2012 Reapresentado	01/01/2012 Reapresentado
Créditos Tributários						
Prejuízo Fiscal/Base Negativa	249.093	285.629	337.861	248.716	285.629	337.861
Provisões	100.791	82.511	95.990	49.359	42.057	55.697
Obrigações Pós-Emprego	632.431	616.380	403.131	58.319	57.175	27.045
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	181.634	178.125	123.988	8.222	7.628	8.629
Tributos com exigibilidade suspensa (1)	179.217	179.217	179.257	-	-	-
Concessão Onerosa	63.075	64.790	61.941	-	-	-
CVA – IFRS	73.933	-	-	-	-	-
Ativo Regulatório não reconhecido pelo IFRS		168.344	-	-	-	-
Outros	31.331	26.490	45.082	2.004	2.206	2.455
Total	1.511.505	1.601.486	1.247.250	366.620	394.695	431.687
Obrigações Diferidas						
Custo de Captação	(4.682)	(5.476)	(4.303)	-	(2.058)	-
Variação cambial	(18.345)	(20.485)	(17.645)	-	-	-
Custo atribuído	(363.486)	(385.024)	(441.950)	-	-	-
Ajuste a valor presente	(82.324)	(83.725)	(80.483)	-	-	-
CVA- IFRS	-	-	(82.078)	-	-	-
Encargos Capitalizados	(34.802)	(27.261)	(21.248)	-	-	-
Tributos sobre rendas não resgatadas – Lucro Presumido	(2.327)	(1.939)	(1.410)	-	-	-
Ganho indenização de ativos de transmissão	(80.844)	(80.844)	-	-	-	-
Total	(586.810)	(604.754)	(649.117)	-	(2.058)	-
Total Líquido	924.695	996.732	598.133	366.620	392.637	431.687
Total do Ativo	1.200.897	1.303.920	931.438	366.620	392.637	431.687
Total do Passivo	(276.202)	(307.188)	(333.305)	-	-	-

c) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva, apresentada na Demonstração de Resultado, é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2013	30/06/2012 Reapresentado	30/06/2013	30/06/2012 Reapresentado
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	2.140.888	1.742.303	1.594.919	1.235.726
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal	(727.902)	(592.383)	(542.272)	(420.147)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:				
Resultado de Equivalência Patrimonial	57.672	80.813	426.684	429.662
JCP recebido de investidas	(12.304)	(4.027)	-	(4.027)
Contribuições e Doações Inadutíveis	(2.054)	(2.410)	(7)	(130)
Incentivo Fiscal	9.131	9.588	287	-
Créditos Fiscais não Reconhecidos	4.151	(8.556)	200	(9.190)
Diferença entre Lucro Presumido e Lucro Real	17.188	12.204	-	-
Ajuste no Imposto de Renda e Contribuição Social de Exercício Anterior	(1.366)	1.407	(487)	1.407
Outros	(2.819)	(3.319)	3.261	2.319
Imposto de Renda e Contribuição Social – Receita (Despesa) Efetiva	(658.303)	(506.683)	(112.334)	(106)
Alíquota Efetiva	30,75%	29,08%	7,04%	0,01%
Imposto Corrente	(584.980)	(665.367)	(86.319)	-
Imposto Diferido	(73.323)	158.684	(26.015)	(106)

	Consolidado		Controladora	
	01/04/2013 a 30/06/2013	01/04/2012 a 30/06/2012 Reapresentado	01/04/2013 a 30/06/2013	01/04/2012 a 30/06/2012 Reapresentado
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	916.680	858.557	737.685	608.800
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal	(311.671)	(291.909)	(250.812)	(206.992)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:				
Resultado de Equivalência Patrimonial	1.178	30.036	128.526	208.939
JCP recebido de investidas	(12.304)	(4.027)	-	(4.027)
Contribuições e Doações Indedutíveis	(1.629)	(1.907)	(4)	(127)
Incentivo Fiscal	6.806	6.948	272	-
Créditos Fiscais não Reconhecidos	3.653	(4.433)	130	(4.883)
Diferença entre Lucro Presumido e Lucro Real	17.188	12.204	-	-
Ajuste no Imposto de Renda e Contribuição Social de Exercício Anterior	(1.366)	1.407	(487)	1.407
Outros	(1.297)	(2.644)	1.928	1.115
Imposto de Renda e Contribuição Social – Receita (Despesa) Efetiva	(299.442)	(254.325)	(120.447)	(4.568)
Alíquota Efetiva	32,67%	29,62%	16,33%	0,75%
Imposto Corrente	(246.590)	(338.140)	(84.423)	-
Imposto Diferido	(52.852)	83.815	(36.024)	(4.568)

9. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIO

Os Depósitos Vinculados a Litígios referem-se, principalmente, a contingências trabalhistas e a obrigações fiscais.

Os principais Depósitos Vinculados a Litígio, relativos às obrigações fiscais, referem-se ao Imposto de Renda na Fonte sobre Juros sobre Capital Próprio e ao PASEP/COFINS – referente a exclusão do ICMS da base de cálculo do PASEP e COFINS.

	Consolidado			Controladora		
	30/06/2013	31/12/2012 Reapresentado	01/01/2012 Reapresentado	30/06/2013	31/12/2012 Reapresentado	01/01/2012 Reapresentado
Trabalhista	280.513	237.780	206.646	27.596	27.034	24.389
Obrigações Fiscais						
Imposto de Renda sob JCP	14.478	14.774	14.010	-	-	-
ITCD (b)	-	120.096	115.918	-	120.096	115.918
PASEP/COFINS (a)	719.720	719.180	719.470	-	-	-
Outros	64.452	50.398	38.948	55.845	44.219	34.696
	798.650	904.448	888.346	55.845	164.315	150.614
Outros						
Regulatório	33.329	33.151	33.852	13.138	12.704	21.070
Responsabilidade Civil	14.450	7.806	28.587	12.412	6.464	7.165
Recon	2.643	1.833	13.392	863	74	11.653
Bloqueio Judicial	57.139	110.198	94.685	30.581	55.688	50.172
Outros	3.179	5.291	10.724	2.902	4.423	10.658
	110.740	158.279	181.240	59.896	79.353	100.718
	1.189.903	1.300.507	1.276.232	143.337	270.702	275.721

- (a) Os saldos de depósitos judiciais, relativos à PASEP/COFINS, possuem provisão correspondente na rubrica de Impostos, Taxas e Contribuições. Vide detalhes na nota explicativa nº 17.

- (b) A companhia recebeu o montante devidamente atualizado correspondente ao depósito relacionado à contingência do ITCD, em função do ganho na ação judicial que discutia sua incidência sobre as parcelas recebidas como participação financeira do consumidor.

10. REPASSES DE RECURSOS DA CONTA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (CDE)

Em função do baixo nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas e o conseqüentemente aumento do preço da energia, com impacto relevante no custo com energia comprada pelas distribuidoras de energia elétrica do País, o Governo Federal, através do Decreto nº 7.945, de 7 de março de 2013, definiu o repasse de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) para cobrir, principalmente, os custos decorrentes do despacho das usinas termelétricas.

Estes repasses foram reconhecidos na demonstração de resultados como uma compensação dos custos com energia elétrica comprada no mercado de curto prazo. O saldo dos repasses de recursos apresentado no balanço patrimonial, em 30 de junho de 2013, no montante de R\$102.904, referente ao período de abril a junho de 2013, foi, integralmente, recebido em duas parcelas, sendo uma em julho e outra em agosto de 2013.

11. CONTAS A RECEBER DO GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS E FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS

Em 20 de novembro de 2012, o Governo do Estado de Minas Gerais e a Companhia celebraram um Termo de Compromisso, que teve por finalidade viabilizar a antecipação do pagamento integral das obrigações decorrentes do Contrato CRC. Ao valor atualizado do saldo devedor foi aplicado um desconto de aproximadamente 35% para depósito à vista pelo Estado de Minas Gerais na conta da Companhia.

No termo de Compromisso, o Estado de Minas Gerais reconhece e declara o débito de sua responsabilidade em função do Contrato CRC, no valor de face de R\$6.282.551, data base de 31 de outubro de 2012, e que após a aplicação de 35%, totalizou o montante de R\$4.083.658. Este montante foi corrigido e acrescido dos juros previstos no Contrato CRC até a data do efetivo pagamento, considerando o prazo limite de até 30 dias úteis a partir do ingresso dos recursos, de cada operação de crédito do Estado de Minas Gerais que viabilizou a operação.

Em 31 de dezembro de 2012, o valor de R\$4.083.658 acrescido de juros e correção monetária perfazia um total de R\$4.167.907, que deduzido do valor das contas a receber advindas do FIDC (R\$1.785.045), gerou um ganho financeiro de R\$2.382.862, registrado no resultado do exercício de 2012.

Do valor recebido pela Companhia, o Estado reteve e repassou à União o valor de R\$403.162, referente ao Termo de Conciliação firmado para por fim à demanda judicial existente entre a Cemig e a União relacionada à extinta Conta CRC.

A movimentação dos valores da CRC foram como segue:

	Consolidado e Controladora
Valor recebido do FIDC	1.785.045
Atualização monetária do contrato em conformidade as condições pactuadas com o Estado	2.382.862
Valor retido pelo Estado-Ação judicial da extinta conta da CRC	(403.162)
Valores líquidos quitados pelo Estado	(1.342.646)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	2.422.099
Atualização monetária do contrato em conformidade as condições pactuadas com o Estado	43.547
Valores líquidos quitados pelo Estado no 1º trimestre de 2013	(2.465.646)
Saldo em 30 de junho de 2013	-

12. ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2, item 2.6 (g) das Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2012, os contratos de distribuição e transmissão da Companhia e suas controladas estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRC 12), que trata de contabilidade de concessões, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização do Poder Concedente, durante o período e ao final das concessões, conforme previsto no marco regulatório do setor elétrico e no contrato de concessão assinado entre a Cemig e suas controladas e a ANEEL.

Dos valores registrados nessa rubrica, R\$542.081 referem-se à indenização prevista para os ativos de transmissão formados até maio de 2000, com recebimento previsto para um período de 30 anos cujos critérios de pagamento ainda serão definidos pelo Poder Concedente.

O saldo restante refere-se a investimentos em transmissão que serão remunerados através de tarifa, conforme estabelecido pela Aneel através de autorizações específicas.

Os saldos dos ativos financeiros são como segue:

Consolidado	Saldos em 30/06/2013	Saldos em 31/12/2012 Reapresentado	01/01/2012 Reapresentado
Concessões de Distribuição	4.941.718	4.757.735	3.118.126
Concessões de Transmissão Novas	46.127	47.259	49.910
Concessões de Transmissão Antigas/Renovadas	715.738	958.161	708.428
Total	5.703.583	5.763.155	3.876.464
Ativo Circulante	2.254	287.692	42.106
Ativo Não Circulante	5.701.329	5.475.463	3.834.358

25

A movimentação dos ativos financeiros é como segue:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2012	5.763.155
Adição	46.233
Baixas	(4.136)
Transferências	187.796
Recebimentos	(286.644)
Outros	(2.821)
Saldo em 30 de junho de 2013	5.703.583

13. INVESTIMENTOS

O quadro abaixo apresenta um sumário das informações financeiras em empresas controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto. As informações apresentadas abaixo foram ajustadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia.

	Consolidado			Controladora		
	30/06/2013	31/12/2012 Reapresentado	01/01/2012 Reapresentado	30/06/2013	31/12/2012 Reapresentado	01/01/2012 Reapresentado
Cemig Geração e Transmissão	-	-	-	5.914.481	5.394.624	5.072.962
Hidrelétrica Cachoeirão	34.498	32.435	26.702	-	-	-
Guanhães Energia	54.118	20.001	10.443	-	-	-
Hidrelétrica Pipoca	24.723	20.419	19.511	-	-	-
Cemig Baguari Energia	12	17	22	-	-	-
Madeira Energia	547.288	427.944	165.558	-	-	-
Lightger	42.005	40.265	39.084	-	-	-
Baguari Energia	199.827	193.828	198.041	-	-	-
EBTE	-	153.618	143.770	-	-	-
Central Eólica Praias de Parajuru	58.588	59.991	61.546	-	-	-
Central Eólica Volta do Rio	72.870	74.136	82.392	-	-	-
Central Eólica Praias de Morgado	59.961	62.352	63.629	-	-	-
TAESA	2.121.460	2.251.093	2.060.362	-	-	-
Amazônia Energia	272.211	203.272	105.364	-	-	-
Cemig Distribuição	-	-	-	2.585.959	2.193.779	2.617.968
Light	1.087.390	1.104.282	1.157.578	1.087.390	1.104.282	1.147.158
Cemig Telecom	-	-	-	248.699	247.976	287.909
Ativas Data Center	4.397	-	-	-	-	-
Gasmig	547.480	508.077	444.991	547.480	508.077	444.991
Rosal Energia	-	-	-	143.696	145.252	158.676
Sá Carvalho	-	-	-	113.792	123.898	123.571
Horizontes Energia	-	-	-	73.837	77.404	73.203
Usina Térmica Ipatinga	-	-	-	23.557	25.895	37.577
Cemig PCH	-	-	-	87.734	91.866	95.228
Cemig Capim Branco Energia	-	-	-	122.319	125.568	42.592
Epícares Empreendimentos e Participações Ltda	94.184	-	-	-	-	-
Companhia Transleste de Transmissão	26.474	26.516	24.020	26.474	26.516	24.020
UTE Barreiro	-	-	-	32.827	33.022	23.034
Companhia Transudeste de Transmissão	13.312	13.542	13.150	13.312	13.542	13.150
Empresa de Comercialização de Energia Elétrica	-	-	-	6.744	12.368	239
Companhia Transirapé de Transmissão	11.868	11.528	10.525	11.868	11.528	10.525
Transchile	50.909	47.840	42.850	50.909	47.840	42.850
Efficientia	-	-	-	8.798	10.954	11.334
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada	-	-	-	5.838	6.006	6.348
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	19.545	21.329	20.912	19.545	21.329	13.008
Cemig Trading	-	-	-	29.920	21.652	-
Empresa Paraense de Transmissão de Energia-ETEP	-	131.656	132.203	-	131.656	132.203
Empresa Norte de Transmissão de Energia-ENTE	-	304.432	307.211	-	304.432	307.211
Empresa Regional de Transmissão de Energia-ERTE	-	72.853	73.432	-	72.853	73.432
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia-EATE	-	670.304	672.559	-	670.304	672.559
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia-ECTE	-	42.677	44.983	-	42.677	44.983
Axxiom Soluções Tecnológicas	4.562	4.958	4.253	4.562	4.958	4.253
Cemig Serviços	-	-	-	327	1.421	2.310
Parati	358.140	355.888	358.459	358.140	355.888	358.459
Gasmig (Investimento em Curso)	-	-	67.759	-	-	67.223
	5.705.822	6.855.253	6.351.309	11.518.208	11.827.567	11.929.888

a) A movimentação dos Investimentos, em empresas controladas e controladas em conjunto, é a seguinte:

	31/12/2011 Publicado	Efeitos Adoção CPC 33 Benefício Pós Emprego	01/01/2012 Reapresentado	31/12/2012 Publicado	Efeitos Adoção CPC 33 Benefício Pós Emprego	31/12/2012 Reapresentado	Equivalência Patrimonial (Resultado)	Equivalência Patrimonial (Outros Resultados Abrangentes)	Alienação TBE	Dividendos	30/06/2013
Cemig Geração e Transmissão	5.086.076	(13.114)	5.072.962	5.494.981	(100.357)	5.394.624	608.431	-	-	(88.574)	5.914.481
Cemig Distribuição	2.656.463	(38.495)	2.617.968	2.463.149	(269.370)	2.193.779	392.180	-	-	-	2.585.959
Cemig Telecom	287.909	-	287.909	247.976	-	247.976	891	(168)	-	-	248.699
Rosal Energia	158.676	-	158.676	145.252	-	145.252	12.260	-	-	(13.816)	143.696
Sá Carvalho	123.571	-	123.571	123.898	-	123.898	15.030	-	-	(25.136)	113.792
Gasmig	444.991	-	444.991	508.077	-	508.077	39.403	-	-	-	547.480
Horizontes Energia	73.203	-	73.203	77.404	-	77.404	2.812	-	-	(6.379)	73.837
Usina Térmica Ipatinga	37.577	-	37.577	25.895	-	25.895	6.007	-	-	(8.345)	23.557
Cemig PCH	95.228	-	95.228	91.866	-	91.866	8.111	-	-	(12.243)	87.734
Cemig Capim Branco Energia	42.592	-	42.592	125.568	-	125.568	28.135	-	-	(31.384)	122.319
Companhia Transleste de Transmissão	24.020	-	24.020	26.516	-	26.516	2.925	-	-	(2.967)	26.474
UTE Barreiro	23.034	-	23.034	33.022	-	33.022	1.785	-	-	(1.980)	32.827
Companhia Transudeste de Transmissão	13.150	-	13.150	13.542	-	13.542	1.589	-	-	(1.819)	13.312
Empresa de Comercialização de Energia Elétrica	239	-	239	12.368	-	12.368	6.160	-	-	(11.784)	6.744
Companhia Transirapé de Transmissão	10.525	-	10.525	11.528	-	11.528	1.804	-	-	(1.464)	11.868
Transchile	42.850	-	42.850	47.840	-	47.840	(1.161)	4.230	-	-	50.909
Efficientia	11.334	-	11.334	10.954	-	10.954	1.535	-	-	(3.691)	8.798
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada	6.348	-	6.348	6.006	-	6.006	98	-	-	(266)	5.838
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	20.912	-	20.912	21.329	-	21.329	1.952	-	-	(3.736)	19.545
Light	1.160.184	(13.026)	1.147.158	1.149.109	(44.827)	1.104.282	6.854	-	-	(23.746)	1.087.390
Cemig Trading	13.008	-	13.008	21.652	-	21.652	29.727	-	-	(21.459)	29.920
Empresa Paraense de Transmissão de Energia - ETEP	132.203	-	132.203	131.656	-	131.656	8.495	-	(132.964)	(7.187)	-
Empresa Norte de Transmissão de Energia - ENTE	307.211	-	307.211	304.432	-	304.432	22.167	-	(309.677)	(16.922)	-
Empresa Regional de Transmissão de Energia - ERTE	73.432	-	73.432	72.853	-	72.853	4.999	-	(71.906)	(5.946)	-
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia - EATE	672.559	-	672.559	670.304	-	670.304	50.019	-	(685.310)	(35.013)	-
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia - ECTE	44.983	-	44.983	42.677	-	42.677	1.985	-	(41.751)	(2.910)	-
Axxiom Soluções Tecnológicas	4.253	-	4.253	4.958	-	4.958	(396)	-	-	-	4.562
Cemig Serviços	2.310	-	2.310	1.421	-	1.421	(1.094)	-	-	-	327
Parati	358.459	-	358.459	366.915	(11.027)	355.888	2.250	2	-	-	358.140
Gasmig (Investimento em curso)	67.223	-	67.223	-	-	-	-	-	-	-	-
	11.994.523	(64.635)	11.929.888	12.253.148	(425.581)	11.827.567	1.254.953	4.063	(1.241.608)	(326.767)	11.518.208

b) As principais informações, sobre as controladas e controladas em conjunto, estão apresentadas abaixo, sendo que não foram ajustadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia.

Sociedades	Quantidade de Ações	Em 30 de junho de 2013			Em 31 de dezembro 2012		
		Participação Cemig (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Participação Cemig (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido
Cemig Geração e Transmissão	2.896.785.358	100,00	3.296.785	6.022.275	100,00	3.296.785	5.494.981
Cemig Distribuição	2.261.997.787	100,00	2.261.998	2.585.959	100,00	2.261.998	2.463.149
Light	203.934.060	26,06	2.225.822	4.172.640	26,06	2.225.822	3.264.677
Cemig Telecom	381.023.385	100,00	225.082	248.700	100,00	225.082	247.976
Rosal Energia	46.944.467	100,00	46.944	143.696	100,00	46.944	134.201
Sá Carvalho	36.833.380	100,00	36.833	113.792	100,00	36.833	123.898
Gasmig	409.255.483	59,57	643.780	919.053	59,57	643.780	808.466
Horizontes Energia	64.257.563	100,00	64.258	73.837	100,00	64.258	77.404
Usina Térmica Ipatinga	14.174.281	100,00	14.174	23.557	100,00	29.174	25.895
Cemig PCH	30.952.000	100,00	30.952	87.734	100,00	30.952	91.866
Cemig Capim Branco Energia	5.528.000	100,00	5.528	122.319	100,00	5.528	125.568
Companhia Transleste de Transmissão	49.569.000	25,00	49.569	105.897	25,00	49.569	106.065
UTE Barreiro	30.902.000	100,00	30.902	32.827	100,00	30.902	33.022
Companhia Transudeste de Transmissão	30.000.000	24,00	30.000	55.465	24,00	30.000	56.423
Empresa de Comercialização de Energia Elétrica	486.000	100,00	486	6.744	100,00	486	12.368
Companhia Transirapé de Transmissão	22.340.490	24,50	22.340	48.442	24,50	22.340	47.052
Transchile	56.407.271	49,00	134.396	103.897	49,00	123.957	97.633
Efficientia	6.051.944	100,00	6.052	8.798	100,00	6.052	10.954
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada	5.000.000	100,00	5.001	5.832	100,00	5.001	6.006
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	28.000.000	51,00	28.000	38.324	51,00	28.000	41.821
Cemig Trading	160.297	100,00	160	29.920	100,00	160	21.652
Empresa Paraense de Transmissão de Energia – ETEP	-	-	-	-	49,98	89.390	177.954
Empresa Norte de Transmissão de Energia – ENTE	-	-	-	-	49,99	160.337	369.372
Empresa Regional de Transmissão de Energia – ERTE	-	-	-	-	49,99	36.941	83.926
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia – EATE	-	-	-	-	49,98	355.697	863.941
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia – ECTE	-	-	-	-	19,09	42.095	118.013
Axxiom Soluções Tecnológicas	9.200.000	49,00	9.200	9.310	49,00	9.200	10.118
Cemig Serviços	5.100.000	100,00	5.100	327	100,00	5.100	1.421
Parati	1.432.910.000	25,00	1.432.910	1.432.560	25,00	1.432.910	1.467.660

Sociedades	Quantidade de Ações	Janeiro a junho de 2013		Janeiro a junho de 2012	
		Dividendos	Lucro (Prejuízo)	Dividendos	Lucro (Prejuízo)
Cemig Geração e Transmissão	2.896.785.358	88.574	716.225	605.733	720.353
Cemig Distribuição	2.261.997.787	-	392.180	243.565	282.286
Light	203.934.060	82.345	114.071	-	138.223
Cemig Telecom	381.023.385	-	891	-	(463)
Rosal Energia	46.944.467	13.816	12.260	20.106	7.402
Sá Carvalho	36.833.380	25.136	15.030	21.386	14.931
Gasmig	409.255.483	-	66.146	54.369	43.028
Horizontes Energia	64.257.563	6.379	2.812	5.939	7.354
Usina Térmica Ipatinga	29.174.281	8.345	6.007	19.903	5.018
Cemig PCH	30.952.000	12.243	8.111	15.001	7.275
Cemig Capim Branco Energia	5.528.000	31.384	28.135	30.459	21.524
Companhia Transleste de Transmissão	49.569.000	11.868	11.700	8.268	10.388
UTE Barreiro	30.902.000	1.980	1.785	-	4.612
Companhia Transudeste de Transmissão	30.000.000	7.579	6.621	4.500	5.712
Empresa de Comercialização de Energia Elétrica	486.000	11.784	6.160	-	(110)
Companhia Transirapé de Transmissão	22.340.490	5.976	7.363	3.237	4.739
Transchile	56.407.271	-	(2.371)	-	(171)
Efficientia	6.051.994	3.691	1.535	4.229	4.039
Central Termelétrica de Cogeração	5.000.000	266	98	626	212
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	28.000.000	7.325	3.827	-	3.984
Cemig Trading	160.297	21.459	29.727	12.816	15.455
Empresa Paraense de Transmissão de Energia – ETEP	45.000.010	-	-	13.999	21.681
Empresa Norte de Transmissão de Energia – ENTE	100.840.000	-	-	30.858	48.768
Empresa Regional de Transmissão de Energia – ERTE	36.940.800	-	-	15.133	9.550
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia – EATE	180.000.010	-	-	64.104	109.282
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia – ECTE	42.095.000	-	-	13.049	15.249
Axxiom Soluções Tecnológicas	9.200.000	-	(808)	-	973
Cemig Serviços	5.100.000	-	(1.084)	-	(1.360)
Parati	1.432.910.000	-	9.008	3.428	41.368

Operação de Reestruturação Societária com a TAESA

Contrato de Investimento em Ativos de Transmissão

Em 17 de maio de 2012, celebrou-se um Contrato de Investimento em Ativos de Transmissão com a controlada em conjunto indireta Taesa, por meio do qual será transferida para aquela Companhia, através da alienação dos ativos, a totalidade das participações acionárias detidas pela CEMIG GT na EBTE (49%). Com a transferência a Taesa passará a deter 74,49% da EBTE, considerando participação de 49% cedida pela Cemig Geração e Transmissão e participação indireta por meio da EATE de 51%, observado que a Taesa passará a deter 49,98% das ações da EATE após a transferência da mesma pela Companhia Energética de Minas Gerais, conforme descrito abaixo.

Neste mesmo acordo, a CEMIG transferirá para a Taesa, a totalidade das ações das empresas de transmissão de energia elétrica do Grupo TBE: ETEP (49,98%); ENTE (49,99%); ERTE (49,99%); EATE (49,98%) e ECTE (19,09%).

Conforme previsto no Contrato de Investimento em Ativos de Transmissão, a Taesa não poderá alienar, ceder ou transferir sua participação nas sociedades do Grupo TBE pelo período de 120 meses a contar da data da efetiva transferência das referidas participações societárias, salvo se previamente autorizada pela CEMIG. Durante o período acima

mencionado, a Taesa poderá realizar a alienação, cessão ou transferência, total ou parcial, de qualquer participação acionária que detenha nas sociedades do Grupo TBE, desde que transfira à CEMIG a diferença positiva obtida na referida alienação, cessão ou transferência, comparando-se o valor da alienação, cessão ou transferência ao valor da transferência das sociedades do Grupo TBE para a Taesa, devidamente atualizado pela variação da taxa SELIC divulgada pelo Banco Central do Brasil até o dia da efetivação da alienação, cessão ou transferência.

Em complemento ao disposto no Fato Relevante de 17 de maio de 2012, a ANEEL aprovou, em 09 de abril de 2013, as transferências, para a Taesa, (i) dos controles societários diretos das concessionárias de transmissão ECTE, ERTE, ENTE, ETEP, EATE e EBTE, e (ii) dos controles societários indiretos das concessionárias de transmissão de energia elétrica Sistema de Transmissão Catarinense S.A. – STC, Lumitrans – Companhia Transmissora de Energia, Empresa Santos Dumont de Energia S.A. – ESDE e Empresa de Transmissão Serrana – ETSE, detidos pela Companhia e por sua subsidiária integral Cemig Geração e Transmissão S.A. – Cemig-GT.

A alienação foi concluída em 31 de maio de 2013 e, a Taesa desembolsou pela transferência dos ativos adquiridos o valor total de R\$1.691.415, já corrigidos pela variação acumulada do CDI a partir de 31/12/2011, descontados dividendos e/ou juros sobre o capital próprio declarados, pagos ou não.

Por conta desta transação, a Companhia registrou ganho no resultado do período, como demonstrado na tabela abaixo:

	Consolidado	Controladora
Valor recebido pelos ativos	1.691.415	1.619.986
Valor registrado dos ativos	(1.407.117)	(1.241.608)
Subtotal	284.298	378.378
Efeitos fiscais – IR e CS	(96.661)	(128.649)
Ganho não realizado na alienação	(80.684)	(80.684)
Efeito líquido no resultado do período	106.953	169.045

A diferença entre os valores consolidados e controladora deve-se aos efeitos apurados na Cemig GT, considerando que esta empresa era a acionista da EBTE.

Transferência de controle

A Resolução Autorizativa nº3.845 de 15 de janeiro de 2013, publicada no Diário Oficial da União nº 12 de 17.01.2013, Seção 01, pág 53; anuiu à reestruturação societária da Taesa, controlada em conjunto da Cemig GT, mediante as incorporações da STE e ATE na UNISA e em ato contínuo da NTE e da UNISA em Taesa, gerando as transferências das respectivas concessões das incorporadas, e às transferências de controle da ATE II e ATE III, detidas pela UNISA para a Taesa. As concessionárias têm 120 (cento e vinte) dias para implementação das transferências e 30 (trinta) dias, após implementadas, para apresentação dos documentos comprobatórios, bem com 60 (sessenta) dias para assinarem os Termos Aditivos aos respectivos Contratos de Concessão impactados pelas operações anuídas.

Investimento na Companhia de Gás de Minas Gerais – GASMIG

A CEMIG investe no segmento de gás através da Companhia de Gás de Minas Gerais – GASMIG. A GASMIG registra seus ativos relacionados a infraestrutura de distribuição de gás de acordo com os requerimentos do ICPC01 “*Contratos de Concessão*”. Assim, a parcela dos ativos da concessão que será integralmente utilizada durante a concessão é registrada como um Ativo Intangível e amortizada integralmente durante o período de vigência do contrato de concessão. A Companhia mensura a parcela do valor dos ativos que não estará integralmente depreciada até o final da concessão, registrando esse valor como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

A Administração da GASMIG entende que os ativos financeiros de gás serão indenizados pelo poder concedente, ou seja, o Governo do Estado de Minas Gerais, ao final da concessão, indenizará o valor dos investimentos realizados nos últimos cinco anos da concessão. Para os saldos dos ativos financeiros determinados pelos demais bens vinculados à concessão, a Administração da GASMIG entende, suportada por Nota Jurídica emitida pela Advocacia-Geral do Estado de Minas Gerais, que serão sujeitos a indenização, no advento do término da concessão, por uma das opções seguintes: (i) pelo novo concessionário, em caso de não renovação da concessão; (ii) pela prorrogação do contrato de concessão, a fim de que se promova o reequilíbrio contratual em prazo razoável e necessário para que se opere a amortização dos ativos que lastream os referidos ativos financeiros; e (iii) por meio de aditamento contratual que retifique a cláusula de indenização para garantir a indenização dos bens não amortizados ao final da concessão. Essas opções ainda estão em processo de definição entre as partes.

Investimento na Madeira Energia S.A. - MESA

Em 30 de junho de 2013, a coligada Madeira Energia S.A. – MESA (“MESA”), apresentava excesso de passivos consolidados sobre ativos circulantes consolidados no montante de R\$175.507, decorrente, principalmente, do vencimento em 30 de setembro de 2013, da 5ª e 6ª parcelas das debêntures emitidas por aquela entidade e por conta de pagamentos a fornecedores e provisões socioambientais. Para equalização da situação do capital circulante negativo, a MESA conta com aportes de recursos dos seus acionistas, estimados em R\$300.000 (não revisado pelos auditores independentes), para os próximos trimestres de 2013 e com um EBTIDA positivo de R\$123.880 (não revisado pelos auditores independentes).

O Consórcio Construtor Santo Antônio – CCSA, responsável pelas obras civis, fornecimento e montagem dos equipamentos eletromecânicos da UHE Santo Antônio, está pleiteando uma compensação financeira, junto à MESA, referente à elevação dos custos da obra em função das greves e paralisações ocorridas nos anos de 2009 a 2012 que elevaram os valores dos benefícios concedidos à classe trabalhadora, assim como pelos custos incorridos em função do período das paralisações. A MESA e o Consórcio estão em tratativas no intuito de convergirem em um acordo com relação ao montante justo de ressarcimento e de definirem a forma e o prazo de liquidação do pleito.

A MESA constituiu provisão no valor de R\$627.692 para fazer frente ao pleito do Consórcio.

Opções de venda

A controlada Cemig GT concedeu a Fundo de Participações que é acionista da Taesa uma opção de venda de suas ações da Companhia na data de 30 de outubro de 2014. A opção é calculada através da soma do valor dos aportes do Fundo na Taesa, acrescidos das despesas de custeio do Fundo e deduzindo-se os juros sobre capital próprio e dividendos pagos pela Taesa. Sobre o valor líquido haverá atualização pelo IPCA-IBGE acrescido de remuneração financeira.

A Cemig concedeu ao Fundo de Participações Redentor, que é acionista da Parati, uma opção de venda da totalidade das ações da Parati de propriedade do Fundo, exercível em maio de 2016. O preço de exercício da opção é calculado através da soma do valor dos aportes do Fundo na Parati, acrescidos das despesas de custeio do Fundo e deduzindo-se os juros sobre capital próprio e dividendos distribuídos pela Parati. Sobre o preço de exercício haverá atualização pelo CDI acrescido de remuneração financeira de 0,9% ao ano.

Os Fundos de Participação possuem ações ordinárias e preferencias emitidas pela Taesa e Light, e atualmente exercem o controle em conjunto com a Companhia sobre as atividades dessas companhias. Desta maneira, estas opções foram consideradas instrumentos derivativos que devem estar contabilizados pelo seu valor justo através dos resultados.

Para fins de determinação da metodologia a ser utilizada na mensuração dos valores justos de referidas opções, a Companhia observou o volume das ações da Light e da Taesa negociadas diariamente em bolsa de valores, e o fato de que tais opções, se exercidas pelos Fundos, requererão a venda para a Companhia, de uma única só vez, das ações das referidas empresas em uma quantidade superior às médias diárias de negociação em bolsa. Desta forma, a Companhia adotou o método de fluxo de caixa descontado para mensuração dos valores justos das opções. O valor justo dessas opções foi calculado pelo montante do preço de exercício estimado na data de exercício deduzido do valor justo das ações objeto das opções de venda, também estimado na data do exercício das opções, trazidos a valor presente na data das demonstrações contábeis.

Com base nos estudos realizados, a Cemig não registrou obrigações em suas informações contábeis intermediárias decorrentes dessas opções, tendo em vista que a estimativa do valor justo das opções aproxima-se de zero.

Aquisição de participação no Consórcio da Usina de Capim Branco

A Cemig Capim Branco Energia S/A, (“Cemig Capim Branco”), subsidiária integral da Cemig, concluiu em 28 de maio de 2013 a aquisição de 30,3030% de participação na Sociedade de Propósito Específico – SPE “Epícares Empreendimentos e Participações Ltda”, empresa do Grupo Paineiras, que detém 17,89% de participação no Consórcio Capim Branco Energia (“Consórcio”). Portanto, esta aquisição corresponde a uma participação adicional de 5,42% no Consórcio.

O valor da avaliação econômica referente à participação adquirida correspondeu a R\$94 milhões.

O valor da aquisição foi apurado através da metodologia do fluxo de caixa descontado, sendo a diferença entre a consideração transferida e o valor justo dos ativos foi alocada à concessão do empreendimento, tendo a geração de caixa esperada durante o período de vigência da concessão. Este intangível será amortizado de maneira linear de junho de 2013 até agosto de 2036, data de encerramento da concessão.

A seguir estão demonstrados os valores justos da participação adquirida na Epícares Empreendimentos e Participações Ltda, classificados no balanço patrimonial consolidado como investimento em coligadas:

	Valores justos das participações adquiridas (30,30%)
Ativo	
Caixa e equivalentes de caixa	200
Contas a receber	1.756
Ativo Imobilizado	55.471
Ativo intangível	56.613
Passivo	
Passivo circulante e não circulante	(598)
Impostos diferidos	(19.258)
Total dos ativos líquidos	94.184
Consideração transferida	94.184

Na data da aquisição o valor do patrimônio líquido contábil da participação adquirida era de R\$55.453.

14. IMOBILIZADO

Consolidado	30/06/2013			31/12/2012 (Reapresentado)			01/01/2012 (Reapresentado)
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em Serviço	17.509.383	(11.796.737)	5.712.646	17.523.213	(11.643.000)	5.880.213	6.206.202
Terrenos	380.460	-	380.460	380.460	-	380.460	385.699
Reservatórios, Barragens e Adutoras	7.456.658	(4.970.949)	2.485.709	7.456.426	(4.904.235)	2.552.191	2.744.642
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	2.281.880	(1.552.592)	729.288	2.277.653	(1.535.134)	742.519	682.954
Máquinas e Equipamentos	7.363.440	(5.252.694)	2.110.746	7.381.684	(5.183.872)	2.197.812	2.384.309
Veículos	15.124	(9.737)	5.387	15.190	(9.081)	6.109	7.606
Móveis e Utensílios	11.821	(10.765)	1.056	11.800	(10.678)	1.122	992
Em Curso	237.758	-	237.758	228.516	-	228.516	186.130
Ativos em Formação	237.758	-	237.758	228.516	-	228.516	186.130
Imobilizado Líquido - Consolidado	17.747.141	(11.796.737)	5.950.404	17.751.729	(11.643.000)	6.108.729	6.392.332

A movimentação do Ativo Imobilizado é como segue:

Consolidado	Saldo em 01/01/2012 Reapresentado	Saldo em 31/12/2012 Reapresentado	Adição/Transferências	Baixa	Depreciação	Saldo em 30/06/2013
Em Serviço	6.206.202	5.880.213	(6.016)	(5)	(161.546)	5.712.646
Terrenos	385.699	380.460	-	-	-	380.460
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2.744.642	2.552.191	231	-	(66.713)	2.485.709
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	682.954	742.519	2.708	-	(15.939)	729.288
Máquinas e Equipamentos	2.384.309	2.197.812	(8.961)	(5)	(78.100)	2.110.746
Veículos	7.606	6.109	9	-	(731)	5.387
Móveis e Utensílios	992	1.122	(3)	-	(63)	1.056
Em Curso	186.130	228.516	9.242	-	-	237.758
Imobilizado Líquido - Consolidado	6.392.332	6.108.729	3.226	(5)	(161.546)	5.950.404

A ANEEL, em conformidade ao marco regulatório brasileiro, é responsável por estabelecer a vida útil econômica dos ativos de geração e transmissão do setor elétrico, com revisões periódicas nas estimativas. As taxas estabelecidas pela Agência são utilizadas nos processos de revisão tarifária, cálculo de indenização ao final da concessão e são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão. Dessa forma, essas taxas foram utilizadas como base para depreciação do Ativo Imobilizado.

A depreciação dos itens do ativo imobilizado é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço pelo método linear, mediante aplicação das taxas determinadas pela ANEEL para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica, e refletem a vida útil estimada dos bens. O valor residual dos ativos é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, pois, conforme estabelecido em contrato assinado entre a Companhia e a União, ao final da concessão os ativos serão revertidos para a União que, por sua vez, indenizará a Companhia pelo ativos ainda não totalmente depreciados. Nos casos em que não há indenização no final da concessão, como geração térmica, não é reconhecido qualquer valor residual e são ajustadas as taxas de depreciação para que todos os ativos sejam depreciados dentro da concessão.

No caso das usinas hidrelétricas em regime de produção independente, a Companhia entende que existe o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados e reversíveis, considerando os fatos e circunstâncias disponíveis no momento.

15. INTANGÍVEL

Controladora	30/06/2013			31/12/2012 (Reapresentado)			01/01/2012 (Reapresentado)
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Valor Residual
Em Serviço	3.797	(2.913)	884	3.803	(3.319)	484	650
Com Vida Útil Definida							
Direito de uso de softwares	3.705	(2.827)	878	3.794	(3.316)	478	647
Marcas e Patentes	9	(3)	6	9	(3)	6	3
Direito de Exploração de Concessão	83	(83)	-	-	-	-	-
Em Curso	4	-	4	10.090	(9.593)	497	7
Ativos em formação	4	-	4	10.090	(9.593)	497	7
Intangível Líquido - Controladora	3.801	(2.913)	888	13.893	(12.912)	981	657

Consolidado	30/06/2013			31/12/2012 Reapresentado			01/01/2012 Reapresentado
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Valor Residual
Em Serviço	6.874.576	(5.756.717)	1.117.859	6.726.540	(5.556.567)	1.169.973	1.576.518
Com Vida Útil Definida							
Servidão	13.589	(1.857)	11.732	13.175	(1.766)	11.409	11.590
Contrato oneroso de concessão	39.868	(10.602)	29.266	30.647	(9.653)	20.994	23.232
Direito de Exploração de Concessão	6.772.483	(5.710.223)	1.062.260	6.640.959	(5.508.926)	1.132.033	1.536.866
Outros	48.636	(34.035)	14.601	41.759	(36.222)	5.537	4.830
Em Curso	782.642	-	782.642	704.381	-	704.381	1.202.882
Ativos em formação	782.642	-	782.642	704.381	-	704.381	1.202.882
Intangível Líquido - Consolidado	7.657.218	(5.756.717)	1.900.501	7.430.921	(5.556.567)	1.874.354	2.779.400

A movimentação do ativo intangível consolidado é como segue:

Consolidado	Saldo em 01/01/2012 Reapresentado	Saldo em 31/12/2012 Reapresentado	Adição	Baixa	Amortização	Transferência	Saldo em 30/06/2013
Em Serviço	1.576.518	1.169.973	18.439	(3.186)	(224.685)	157.318	1.117.859
Com Vida Útil Definida							
- Servidão	11.590	11.409	-	-	(24)	347	11.732
- Concessão Onerosa	23.232	20.994	9.221	-	(949)	-	29.266
- Ativos de Concessão							
- Outros	1.536.866	1.132.033	-	(3.186)	(222.669)	156.082	1.062.260
- Outros	4.830	5.537	9.218	-	(1.043)	889	14.601
Em Curso	1.202.882	704.381	425.680	-	-	(347.419)	782.642
- Ativos em Formação	1.202.882	704.381	425.680	-	-	(347.419)	782.642
Intangível Líquido - Consolidado	2.779.400	1.874.354	444.119	(3.186)	(224.685)	(190.101)	1.900.501

Ativos da concessão

Em conformidade a Interpretação Técnica ICPC 01, contabilidade de concessões, foi registrado no Ativo Intangível a parcela da infraestrutura de distribuição, que será utilizada durante a concessão, composta pelos ativos de distribuição, líquidos das participações de consumidores (obrigações especiais).

Custo de Empréstimo

A Companhia transferiu para o ativo Intangível encargos com empréstimos e financiamentos vinculados a obra no montante de R\$22.181 em 30 de junho de 2013 (R\$6.777 em 30 de junho de 2012)

Base Regulatória de Remuneração (“BRR”)

Em 5 de abril de 2013, em reunião da Diretoria da ANEEL, foi homologada a BRR revisada da Controlada Cemig D, no montante de R\$5.511.768. A Companhia aguarda o julgamento de dois recursos interpostos junto à ANEEL, no qual manifesta sua discordância quanto a determinados critérios e valores adotados pelo regulador na definição da BRR, e mantém a expectativa de que resultará num montante superior ao recentemente apresentado.

16. FORNECEDORES

	Consolidado		
	30/06/2013	31/12/2012 Reapresentado	01/01/2012 Reapresentado
Energia de curto prazo - CCEE	60.051	104.691	38.323
Encargos de uso da rede elétrica	60.508	104.752	95.112
Energia elétrica comprada para revenda	519.376	582.951	264.552
Itaipu binacional	194.262	180.180	162.071
Materiais e serviços	201.683	337.643	288.513
	1.035.880	1.310.217	848.571
Circulante	1.030.230	1.305.935	843.697
Não Circulante	5.650	4.282	4.874

17. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Impostos, Taxas e Contribuições

As obrigações, do Não Circulante, de PASEP/COFINS, referem-se à diferença temporária e ao questionamento judicial da constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo desses impostos, sendo requerida, inclusive, a compensação dos valores recolhidos nos últimos 10 anos. A Companhia e suas Controladas Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão obtiveram liminar para não efetuar o recolhimento e autorização para o depósito judicial a partir de 2008 e mantiveram esse procedimento até agosto de 2011. A partir dessa data, apesar de continuar a questionar judicialmente a base de cálculo, optaram por recolher mensalmente os impostos.

	Consolidado			Controladora		
	30/06/2013	31/12/2012 Reapresentado	01/01/2012	30/06/2013	31/12/2012 Reapresentado	01/01/2012 Reapresentado
Circulante						
ICMS	315.448	342.648	320.978	18.091	18.091	18.091
COFINS	48.451	103.682	73.591	-	6.927	11.636
PASEP	10.615	22.584	16.054	-	31.907	2.526
INSS	20.075	21.856	23.668	1.830	1.761	2.130
Outros	18.585	24.655	26.617	1.012	1.433	1.357
	413.174	515.425	460.908	20.933	60.119	35.740
Não Circulante						
COFINS	126.469	563.731	635.126	-	-	-
PASEP	582.528	122.389	137.888	-	-	-
Outros	-	52	356	-	-	-
	708.997	686.172	773.370	-	-	-
	1.122.171	1.201.597	1.234.728	20.933	60.119	35.740

b) Imposto de Renda e Contribuição Social

	Consolidado		
	30/06/2013	31/12/2012 Reapresentado	01/01/2012 Reapresentado
Circulante			
Imposto de Renda	17.420	23.478	22.130
Contribuição Social	6.238	8.468	7.460
	23.658	31.946	29.590

18. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

FINANCIADORES	Vencimento Principal	Encargos Financeiros anuais	Moedas	Consolidado				
				2013			2012	2011
				Circulante	Não Circulante	Total	Total Reapresentado	Total Reapresentado
MOEDA ESTRANGEIRA								
ABN AMRO Real S.A. (2)	2013	6%	US\$	-	-	-	25.603	46.989
Banco do Brasil S.A. – Bônus Diversos (1)	2024	Diversas	US\$	5.911	20.648	26.559	26.831	34.826
BNP Paribas	2012	5,89%	EURO	-	-	-	-	1.387
KFW	2016	4,50%	EURO	1.901	4.754	6.655	7.111	8.028
TOSHIBA	2013	LIBOR + 5,36	US\$	7.420	-	7.420	7.420	7.420
Dívida em Moeda Estrangeira				15.232	25.402	40.634	66.965	98.650
MOEDA NACIONAL								
Banco do Brasil S.A.	2017	108,33% do CDI	R\$	656	197.805	198.461	206.186	-
Banco do Brasil S.A.	2012	109,80% do CDI	R\$	5.210	442.349	447.559	447.250	591.951
Banco do Brasil S.A.	2012	106,00% do CDI	R\$	-	-	-	-	99.779
Banco do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70%	R\$	19.416	-	19.416	28.061	56.844
Banco do Brasil S.A.	2013	107,60% do CDI	R\$	-	-	-	132.842	136.566
Banco do Brasil S.A.	2014	104,10% do CDI	R\$	714.783	400.000	1.114.783	1.113.973	1.224.881
Banco do Brasil S.A.	2013	10,83%	R\$	-	-	-	793.153	706.796
Banco do Brasil S.A.	2014	98,5% do CDI	R\$	366.501	-	366.501	475.890	436.637
Banco do Brasil S.A.	2013	104,08% do CDI	R\$	-	-	-	664.075	-
Banco do Brasil S.A.	2013	105,00% do CDI	R\$	-	-	-	1.083.159	-
Banco do Brasil S.A.	2015	99,5% do CDI	R\$	-2.104	204.371	202.267	-	-
Banco do Brasil S.A.	2016	104,25% do CDI	R\$	6.146	600.000	606.146	-	-
Banco Votorantim S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	26.231	-	26.231	26.253	53.415
BNDES	2026	TJLP+2,34	R\$	7.886	92.205	100.091	103.955	111.678
Bradesco S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	43.976	-	43.976	97.570	198.181
Bradesco S.A.	2014	CDI + 1,70	R\$	474	-	474	1.003	1.550
Bradesco S.A.	2012	106,00 do CDI	R\$	-	-	-	-	990.142
Bradesco S.A.	2013	103,00 do CDI	R\$	-	-	-	600.813	-
Itaú e Bradesco (3)	2015	CDI+1,70	R\$	-	-	-	-	819.997
ELETROBRÁS	2013	FINEL + 7,50 a 8,50 UFIR, RGR + 6,00 a 8,00	R\$	6.521	-	6.521	14.529	25.603
ELETROBRÁS	2023	8,00	R\$	76.269	280.379	356.648	388.583	428.238
UNIBANCO S.A.	2013	CDI + 1,70%	R\$	65.127	-	65.127	99.259	201.357
Grandes Consumidores	2018	Diversas	R\$	4.474	1.979	6.453	6.867	6.366
Banco Itaú – BBA S.A.	2014	CDI + 1,70	R\$	905	-	905	1.914	2.955
Banco Itaú – BBA S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	53.152	-	53.152	78.949	158.837
FINEP	2018	TJLP + 5,00 ETJLP + 8	R\$	4.181	11.159	15.340	18.686	19.917
Consórcio Pipoca	2013	IPCA	R\$	185	-	185	185	185
BNDES – CEMIG TELECOM (5)	2017	Diversas	R\$	7.958	28.132	36.090	40.057	48.023
Santander do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70%	R\$	8.020	-	8.020	20.131	40.451
Dívida em Moeda Nacional				1.415.967	2.258.379	3.674.346	6.443.343	6.360.349
Total de Empréstimos e Financiamento				1.431.199	2.283.781	3.714.980	6.510.308	6.458.999
Debêntures (4)	2014	IGP-M + 10,50	R\$	388.462	-	388.462	401.359	372.697
Debêntures (4)	2017	IPCA + 7,96	R\$	22.419	547.681	570.100	530.287	502.648
Debêntures (4)	2012	CDI+ 0,90	R\$	-	-	-	-	1.754.714
Debêntures (4)	2015	IPCA + 7,68	R\$	491.476	474.110	965.586	1.444.590	1.367.937
Debêntures (4)	2017	CDI + 0,90	R\$	13.943	479.871	493.814	517.396	-
Debêntures (4)	2022	IPCA + 6,20	R\$	16.103	726.484	742.587	738.885	-
Debêntures (4)	2019	IPCA + 6,00	R\$	4.650	216.870	221.520	220.210	-
Debêntures (4)	2021	IPCA + 4,7	R\$	24.989	1.111.177	1.136.166	-	-
Debêntures (4)	2025	IPCA+5,1	R\$	16.112	662.752	678.864	-	-
Debêntures (4)	2018	CDI + 0,69	R\$	11.495	410.198	421.693	-	-
Debêntures (4)(7)	2018	CDI + 0,80	R\$	1.150	72.304	73.454	-	-
Debêntures – Governo do Estado de M. G. (4) (5)	2031	IGP-M	R\$	-	55.957	55.957	52.758	46.896
Total de Debêntures				990.799	4.757.404	5.748.203	3.905.485	4.044.892
Total Geral Consolidado				2.421.998	7.041.185	9.463.183	10.415.793	10.503.891

- (1) As taxas de juros variam: 2,00% a 8,00 % ao ano; Libor semestral mais spread de 0,81% a 0,88 % ao ano;
- (2) Foi contratado “swap” com troca de taxa. Seguem a taxa do empréstimo e financiamento considerando os swap: CDI + 1,50% a.a.;
- (3) Refere-se às quotas seniores dos fundos de direitos creditórios. Vide Nota Explicativa nº10 nas informações contábeis consolidadas;
- (4) Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem garantia nem preferência, nominativa e escritural;
- (5) Contratos ajustados a valor presente, conforme CPC 12;
- (6) Empréstimo realizado pela Cemig Telecom;
- (7) Empréstimo realizado pela Capim Branco;

A composição consolidada dos empréstimos, financiamentos e debêntures, por moeda e indexador, com a respectiva amortização é como segue:

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020 em diante	Total
Moedas									
Dólar Norte-Americano	10.856	2.475	-	-	-	-	-	20.648	33.979
Euro	952	1.901	1.901	1.901	-	-	-	-	6.655
	11.808	4.376	1.901	1.901	-	-	-	20.648	40.634
Indexadores									
Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA	98.935	476.536	656.468	182.117	182.118	108.026	475.345	2.135.462	4.315.007
Unidade Fiscal de Referência-UFIR/RGR	41.464	69.577	61.344	49.820	40.183	35.362	23.562	35.336	356.648
Certificado de Depósito Interbancário –CDI	1.028.771	704.750	418.584	813.139	693.633	483.100	-	-	4.141.977
Índice Intermodal Eletrobrás–FINEL	6.521	-	-	-	-	-	-	-	6.521
URTJ/TJLP(*)	10.219	19.612	18.125	17.828	17.829	10.041	7.632	50.236	151.522
Índice Geral de Preços-Mercado-IGP-M	2.913	385.549	-	-	-	-	-	55.958	444.420
Outros(IGP-DI,INPC)**)	2.095	-	30	838	837	620	-	-	4.420
TR	(22)	1.644	412	-	-	-	-	-	2.034
	1.190.896	1.657.668	1.154.963	1.063.742	934.600	637.149	506.539	2.276.992	9.422.549
	1.202.704	1.662.044	1.156.864	1.065.643	934.600	637.149	506.539	2.297.640	9.463.183

(*) URTJ - Unidade de Referência de Taxa de Juros.

(**) IGP-DI - Índice Geral de Preços de Disponibilidade Interna. INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor.

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações:

Moedas	Variação Acumulada em 30/06/2013 %	Variação Acumulada em 31/12/2012 %	Indexadores	Variação Acumulada em 30/06/2013 %	Variação Acumulada em 31/12/2012 %
Dólar Norte-Americano	(1,45)	8,94	IGP-M	0,84	7,82
Euro	(4,08)	10,73	CDI	1,64	8,37
			IPCA	1,94	5,84

A movimentação dos Empréstimos, Financiamentos e Debêntures é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2012	10.415.793	1.102.721
Empréstimos e Financiamentos obtidos	2.451.077	-
Custos de Captação	(8.567)	-
Financiamentos Obtidos líquidos dos Custos de Captação	2.442.510	-
Variação monetária e cambial	127.388	-
Encargos financeiros provisionados	367.452	21.460
Encargos financeiros pagos	(657.880)	(17.784)
Amortização de financiamentos	(3.232.080)	(1.106.397)
Saldo em 30 de Junho de 2013	9.463.183	-

a) Cláusulas Contratuais Restritivas - “Covenants”

A Cemig e suas controladas, possuem contratos de Empréstimos e Financiamentos, com Cláusulas Restritivas (“Covenants”), com exigibilidade de cumprimento semestral, coincidente com os últimos dias de cada semestre civil, 30 de junho e 31 de dezembro, conforme segue.

Descrição da Cláusula Restritiva	Índice Requerido
Dívida/LAJIDA;	Menor ou igual a 3,36
Dívida Circulante (1)/LAJIDA (2)	Menor ou igual a 200%
Dívida/Patrimônio Líquido + Dívida	Menor ou igual a 62%
LAJIDA (2)/Encargos Dívidas	Maior ou igual a 2,3
Investimento/LAJIDA (2)	Menor ou igual a 96%

- (1) Dívida Circulante = Somatório das obrigações financeiras remuneradas de curto prazo (empréstimos, financiamentos e debêntures);
- (2) LAJIDA = é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida. Em alguns contratos são estabelecidos critérios específicos de cálculo do LAJIDA, com algumas variações em relação à fórmula mencionada.

Em 30 de junho de 2013, apenas a Cemig D não atendeu a algumas cláusulas restritivas, conforme segue:

Descrição da Cláusula Restritiva	Índice Requerido	Posição em 30/06/2013
Dívida/LAJIDA	Menor ou igual a 3,36	4,25
Dívida/Patrimônio Líquido + Dívida	Menor ou igual a 62%	66,99%

A Cemig D obteve, em 28 de junho de 2013 e válido até 30 de junho de 2014, o consentimento dos credores para que não seja exigido o pagamento imediato ou antecipado dos montantes devidos em 30 de junho de 2013. Os Empréstimos, Financiamentos e Debêntures estão classificados no Passivo Circulante e Não Circulante de acordo com os termos originais dos contratos, tendo em vista a obtenção do referido consentimento de forma antecipada.

As debêntures de emissão da Companhia e suas controladas, em 30 de junho de 2013, possuem as seguintes características:

Empresa Emissora	Forma e Classe	Tipo garantia	Encargos	COVENANTS	Vencimento			
						2013	2012	2011
DEBÊNTURES1ª EMISSÃO CEMIG(1)	Simple não Conversíveis	Quirografária	104,0%-CDI	Não há	2011	-	-	-
DEBÊNTURES-1ª EMISSÃO CEMIG	Simple não Conversíveis	Quirografária	CDI+0,90	Não há	2012	-	-	1.754.714
CEMIG GERAÇÃO TRANSMISSÃO (1)	Simple não Conversíveis	Não há	IGP-M	Não há	2014	55.957	52.758	46.895
CEMIG GERAÇÃO TRANSMISSÃO (1)	Simple não Conversíveis	Não há	IPCA+7,68	Não há	2015	965.586	1.444.590	1.367.937
CEMIG GERAÇÃO TRANSMISSÃO (1)	Simple não Conversíveis	Quirografária	CDI-09%	Não há	2017	493.814	517.396	-
CEMIG GERAÇÃO TRANSMISSÃO (1)	Simple não Conversíveis	Quirografária	IPCA-6,2%	Não há	2019	742.586	738.885	-
CEMIG GERAÇÃO TRANSMISSÃO (1)	Simple não Conversíveis	Quirografária	IPCA-6,0%	Não há	2022	221.520	220.211	-
CEMIG D(1)1ª Série	Simple não Conversíveis	Fiança	CDI+0,69	Não há	2018	421.693	-	-
CEMIG D(1)2ª Série	Simple não Conversíveis	Fiança	IPCA+4,7	Não há	2021	1.136.166	-	-
CEMIG D(1)3ª Série	Simple não Conversíveis	Fiança	IPCA+5,1	Não há	2025	678.864	-	-
CAPIM BRANCO	Simple não Conversíveis	Fiança	CDI + 0,80	Não há	2018	73.454	-	-
CEMIG D(1)	Simple não Conversíveis	Não há	IPCA+7,96	Não há	2017	570.100	530.287	502.648
CEMIG D(1)	Simple não Conversíveis	Quirografária	IGP-M+10,50	Não há	2014	388.462	401.360	372.697
TOTAL						5.748.203	3.905.485	4.044.891

(1) Sem cláusula de repactuação e não há debêntures em tesouraria.

(2) Vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária, decorrente de inadimplemento em obrigação de valor individual ou agregado superior a R\$50 milhões (cross default);

GARANTIAS

O saldo devedor dos empréstimos e financiamentos, em 30 de junho de 2013, é garantido da seguinte forma:

	Valores em reais
NP e Aval	6.601.939
Recebíveis	1.263.147
Sem Garantia	1.598.097
TOTAL	9.463.183

19. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado		
	30/06/2013	31/12/2012 Reapresentado	01/01/2012 Reapresentado
Reserva Global de Reversão - RGR	114.636	61.706	51.901
Quota para Conta de Consumo de Combustível - CCC	-	30.674	60.220
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	13.061	44.906	39.180
Empréstimo Compulsório - Eletrobrás	1.525	1.207	1.207
Taxa de Fiscalização da ANEEL	3.263	3.509	3.451
Eficiência Energética	122.902	134.497	131.015
Pesquisa e Desenvolvimento	116.146	137.003	179.337
Pesquisa Expansão Sistema Energético	1.879	3.837	3.330
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico	3.578	7.494	6.480
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA	4.517	25.703	22.628
Encargo de Capacidade Emergencial	30.983	31.035	31.092
Adicional 0,30% - Lei 12.111/09	-	4.678	3.498
	412.490	486.249	533.339
Passivo Circulante	214.337	317.048	271.409
Passivo Não Circulante	198.153	169.201	261.930

20. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

Fundo de Pensão

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

Controladora	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
	FORLUZ				
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2011 (Reapresentado)	41.697	29.710	1.625	26.919	99.951
Despesa Reconhecida no Resultado	2.339	2.410	59	2.586	7.394
Contribuições Pagas	(3.219)	(1.340)	(21)	(359)	(4.939)
Passivo Líquido em 30 de junho de 2012 (Reapresentado)	40.817	30.780	1.663	29.146	102.406
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2012 (reapresentado)	104.246	50.563	1.486	51.958	208.253
Despesa Reconhecida no Resultado	2.649	2.539	77	2.909	8.174
Contribuições Pagas	(2.455)	(1.769)	(56)	(423)	(4.703)
Passivo Líquido em 30 de junho de 2013	104.440	51.332	1.507	54.443	211.722
Passivo Circulante 30 de junho de 2013					2.691
Passivo Não Circulante 30 de junho de 2013					209.031

Consolidado	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
	FORLUZ				
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2011 (Reapresentado)	846.581	567.394	30.718	486.505	1.931.198
Despesa Reconhecida no Resultado	47.500	36.246	720	30.028	114.494
Contribuições Pagas	(64.886)	(27.132)	(425)	(6.397)	(98.840)
Passivo Líquido em 30 de junho de 2012 (Reapresentado)	829.195	576.508	31.013	510.136	1.946.852
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2012 (reapresentado)	1.048.204	819.780	22.343	735.848	2.626.175
Despesa Reconhecida no Resultado	53.843	44.520	1.214	38.180	137.757
Contribuições Pagas	(49.912)	(29.512)	(951)	(6.332)	(86.707)
Passivo Líquido em 30 de junho de 2013	1.052.135	834.788	22.606	767.696	2.677.225
Passivo Circulante 30 de junho de 2013					54.690
Passivo Não Circulante 30 de junho de 2013					2.622.535

Os valores registrados, no Circulante, referem-se às contribuições a serem efetuadas pela Cemig e suas controladas, nos próximos 12 meses, para amortização das obrigações atuariais.

Os valores registrados na despesa reconhecida no resultado referem-se às parcelas dos custos com obrigação pós-emprego mais os encargos e variação monetária financeira com o plano.

No 1º semestre de 2013, conforme descrito em maiores detalhes na nota explicativa 2.3, a Companhia reconheceu no resultado abrangente os ganhos e perdas atuariais que até 31 de dezembro de 2012 somente estavam divulgados nas Demonstrações Contábeis.

21. PROVISÕES

A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

Ações em que a Companhia é devedora

A Companhia e suas controladas constituíram Provisões para as ações cuja expectativa de perda é considerada provável, baseada na sua avaliação e de seus assessores legais, para as quais será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, conforme segue:

	Consolidado					
	01/01/2012 Reapresentado	31/12/2012 Reapresentado	Adições	Reversões	Liquidações	30/06/2013
Trabalhistas	85.656	78.151	74.389	(35)	(19.474)	133.031
Cíveis						
Relações de Consumo	77.958	59.912	4.988	(25.607)	(3.783)	35.510
Outras ações cíveis	31.616	39.114	16.757	(5.268)	(14.113)	36.490
	109.574	99.026	21.745	(30.875)	(17.896)	72.000
Tributárias	40.478	34.865	4.002	(2.986)	(2.982)	32.899
Ambientais	4.373	5.442	462	(473)	(66)	5.365
Regulatórias	62.617	37.577	20.029	(7.632)	(1.250)	48.724
Outras	8.371	10.415	1.726	(1.555)	(983)	9.603
Total	311.069	265.476	122.353	(43.556)	(42.651)	301.622

	Controladora					
	01/01/2012 Reapresentado	31/12/2012 Reapresentado	Adições	Reversões	Liquidações	30/06/2013
Trabalhistas	58.902	50.004	33.317	-	(8.826)	74.495
Cíveis						
Relações de Consumo	31.035	17.649	1.404	(9.899)	(201)	8.953
Outras ações cíveis	20.556	19.268	13.272	-	(10.979)	21.561
	51.591	36.917	14.676	(9.899)	(11.180)	30.514
Tributárias	33.342	30.555	1.724	(2.385)	(1.622)	28.272
Ambientais	207	984	-	(473)	-	511
Regulatórias	38.210	25.073	899	(5.533)	(899)	19.540
Outras	3.700	2.556	170	(1.539)	(137)	1.050
Total	185.952	146.089	50.786	(19.829)	(22.664)	154.382

A Administração da Companhia, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas informações contábeis intermediárias a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de qualquer possibilidade de reembolsos. Adicionalmente, a Administração da Companhia acredita que eventuais desembolsos, em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das operações e a posição financeira da Companhia.

Os detalhes sobre as, principais, provisões e passivos contingentes são como segue, sendo esta a melhor expectativa dos desembolsos futuros para estas contingências:

Provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável e passivos contingentes vinculados, relativos aos processos com expectativa de perda possível

Trabalhistas

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações movidas por seus empregados e profissionais terceirizados. Essas ações são relativas, de modo geral, às horas extras e ao adicional de periculosidade. Além dessas ações, há outras ações relativas à terceirização de mão de obra, complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz e ajustes salariais. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$445.477, dos quais R\$133.031 foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Relações de Consumo

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações cíveis relativas à indenizações por danos morais e materiais decorrentes, principalmente, de acidentes envolvendo a rede elétrica de distribuição, irregularidades na medição do consumo e cobranças indevidas durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$72.854, dos quais R\$35.510 foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outras Ações Cíveis

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações cíveis onde são requeridas indenizações por danos morais e materiais, entre outros, decorrentes de incidentes ocorridos durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$129.800, dos quais R\$36.490 foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Tributárias

A Companhia e suas controladas são partes em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos, onde são discutidos, dentre outros, assuntos relativos ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU), ao Programa de Integração Social (PIS), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e aos embargos à execução fiscal. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$101.862, dos quais R\$32.899 foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Ambientais

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em assuntos ambientais, os quais se referem a áreas protegidas, licenças ambientais, recuperação de danos ambientais e outros, no montante de R\$17.334, dos quais R\$5.365 foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Regulatórias

A Companhia e suas controladas são partes em diversos processos administrativos e judiciais onde são questionadas, principalmente: (i) os encargos tarifários cobrados nas faturas relativas ao uso do sistema de distribuição por auto-produtor; (ii) a violação de metas de indicadores de continuidade na prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica; (iii) a majoração tarifária ocorrida durante o plano de estabilização econômica do Governo Federal denominado “Plano Cruzado”, em 1986. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$129.269, dos quais R\$48.724 foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outros Processos no Curso Normal dos Negócios

Adicionalmente às questões descritas acima, a Companhia está envolvida, como impetrante ou ré, em outros litígios, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$59.259, dos quais R\$9.603 foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões. A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes, relacionadas a estas questões, que possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado das operações da Companhia.

Passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível e a Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial

Impostos e Demais Contribuições

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos. Os detalhes das principais discussões são como segue:

Indenização do Anuênio

A Companhia pagou uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R\$177.686, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa no futuro, em função de uma interpretação divergente da Receita Federal e INSS, a Companhia impetrou mandados de segurança que permitiram o depósito judicial no valor de R\$121.834, registrado na conta de Depósitos Vinculados a Litígios. O valor da contingência, atualizado, é de R\$209.625.

Contribuições Previdenciárias

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: participação nos lucros e resultados, programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat, multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia apresentou as defesas e aguarda julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$958.846, e classificou a probabilidade de perda como possível em decorrência de acreditar ter atendido aos requisitos da Lei nº 10.101/2000, bem como por não haver a obrigação legal de assinar acordo previamente ao exercício base.

Não homologação da Compensação de Créditos Tributários

A Receita Federal do Brasil não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de pagamento indevido, ou a maior, pela Companhia, relativa a diversos processos administrativos tributários quanto à discussão sobre compensação de tributos federais. O valor da contingência é de R\$228.252 e a probabilidade de perda foi classificada como possível pela Companhia acreditar ter atendido aos requisitos legais pertinentes no Código Tributário Nacional (CTN), bem como por depender de manifestação da Administração Fazendária sobre os dados apresentados.

Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ) – restituição e compensação

A Companhia era parte em processo administrativo que envolvia pedidos de restituição e compensação de créditos decorrentes de saldos negativos apontados nas DIPJ's dos anos calendário de 1997 a 2000, além de pagamentos a maior, identificados pelos DARF's e DCTF's correspondentes. Em função do esgotamento recursal na via administrativa foi proposta ação ordinária no valor aproximado, de R\$348.683, classificada como probabilidade de perda possível em decorrência de nulidades na condução dos processos administrativos e de premissas equivocadas utilizadas pela fiscalização no julgamento administrativo.

Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)

A Companhia é parte em diversas ações relativas ao ICMS e, caso venha a ter que recolher o tributo incidente sobre essas transações, poderá requerer o ressarcimento junto aos consumidores para recuperar o valor do tributo acrescido de eventual multa, sendo as principais: (i) o não recolhimento do ICMS incidente sobre as parcelas que compõem a TUSD e a demanda contratada e não utilizada que foram faturadas no período de janeiro de 2005 a dezembro de 2010, visto que o valor do imposto incidente foi excluído das contas de energia elétrica, em cumprimento à Liminar concedida; (ii) a Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais ajuizou diversos processos administrativos e judiciais cobrando o ICMS sobre a transferência de excedente de energia elétrica no período de racionamento de energia.

Nenhuma provisão foi constituída e o valor, estimado, da contingência é de R\$76.235. Em função de acordo com o Governo do Estado de Minas Gerais envolvendo as ações judiciais de ICMS, as ações onde a Companhia era parte devedora ou credora estão em processo de extinção.

Questões Regulatórias

Contribuição para Iluminação Pública (CIP)

A Companhia é parte em diversos processos judiciais, cujo objeto é a declaração de nulidade da cláusula dos Contratos de Fornecimento de Energia Elétrica para iluminação pública, firmados entre a Companhia e os diversos municípios de sua área de concessão e a restituição da diferença dos valores cobrados nos últimos 20 anos, caso seja reconhecido em juízo que tal cobrança é indevida. As ações se fundamentam em suposto equívoco da Companhia na estimativa de tempo utilizada para o cálculo do consumo de energia elétrica para iluminação pública, custeado pela CIP.

A Companhia não constituiu provisão para esta contingência, estimada, em R\$1.235.467, tendo classificado a probabilidade de perda como possível em decorrência da inaplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor, por se tratar de regulamentação própria do setor elétrico, sendo que a Cemig atendeu ao disposto nas Resoluções 414 e 456 da ANEEL, que tratam do assunto.

Contabilização de operações com venda de energia pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

A AES Sul Distribuidora questiona, judicialmente, desde agosto de 2002, os critérios de contabilização das operações com venda de energia no Mercado Atacadista de Energia (MAE), antecessora da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), durante o período do racionamento, e obteve decisão judicial liminar favorável, em fevereiro de 2006, em que é determinado que a ANEEL atendesse ao pleito da Distribuidora e proceda, com a CCEE, a recontabilização e liquidação das operações durante o racionamento, desconsiderando o seu Despacho nº 288 de 2002. Tal medida deveria ser efetivada na CCEE, a partir de novembro de 2008, e implicaria um desembolso adicional para a Companhia, referente à despesa com compra de energia no mercado de curto prazo, com a CCEE, no valor aproximado de R\$140.482. A Companhia obteve em 09 de novembro de 2008, junto ao Tribunal Regional Federal, liminar suspendendo a obrigatoriedade de se depositar o valor devido, em decorrência da Liquidação Financeira Especial efetivada pela CCEE.

A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de se tratar de ação única, sem similar já julgada, bem como se tratar de Acordo Geral do Setor Elétrico, no qual a Companhia possui documentação hábil para suas alegações.

Encargos de Serviços do Sistema - Resolução do Conselho Nacional de Política Energética

A Resolução CNPE nº 3, de 6 de março de 2013, estabeleceu novos critérios para o Rateio do custo do despacho adicional de usinas termelétricas. Pelos novos critérios, o custo dos Encargos do Serviço do Sistema - ESS por motivo de segurança energética, que era rateado integralmente entre os consumidores livres e distribuidoras, passaria a ser rateado por todos os agentes do Sistema Interligado Nacional – SIN, inclusive geradores e comercializadores.

Em maio de 2013, a APINE – Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica, na qual a Companhia é associada, obteve liminar suspendendo os efeitos dos artigos 2º e 3º da Resolução CNPE nº 3, isentando os geradores do pagamento do ESS em conformidade à Resolução mencionada.

Em julho de 2013, o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Joaquim Barbosa, indeferiu o pedido de Suspensão de Liminar formulado pela União contra decisões da Justiça Federal em favor da APINE.

A União Federal interpôs Agravo de Instrumento contra a decisão liminar de primeira instância. Julgando os pedidos liminares feitos nesse Agravo de Instrumento, o Des. Relator da Sexta Turma do TRF1 deferiu o pedido de efeito suspensivo da decisão liminar de primeira instância, para restabelecer os efeitos dos art. 2º e 3º da Resolução CNPE 03/2013.

A APINE apresentou pedido de reconsideração ao Des. Relator da Sexta Turma do TRF1 alegando, em síntese, a intempestividade do recurso da União além da inexistência de prevenção deste juízo e, por fim, reiterou os mesmos motivos de mérito que levaram ao deferimento da liminar.

Aguarda-se a publicação da decisão sobre o pedido de reconsideração para o mês de agosto de 2013.

Em decorrência da Liminar, a CCEE efetuou a liquidação financeira de abril a junho de 2013, utilizando-se dos critérios anteriores a Resolução mencionada. Dessa forma, a Companhia efetuou o registro dos custos do ESS em conformidade aos critérios de liquidação financeira divulgados pela CCEE, sem os efeitos da Resolução CNPE nº 3.

O valor desta contingência até o mês de junho de 2013 é de, aproximadamente, R\$36.970. Com base nos argumentos e fatos apresentados acima, os assessores jurídicos da Companhia consideraram o risco de perda desta contingência como “possível”.

Majoração tarifária

Exclusão de Consumidores Inscritos como Baixa Renda

O Ministério Público Federal impetrou Ação Civil Pública contra a Companhia e a ANEEL, objetivando evitar a exclusão de consumidores do enquadramento da Subclasse Tarifa Residencial de Baixa Renda, requerendo a condenação da Companhia ao pagamento em dobro da quantia paga em excesso pelos consumidores. O pedido foi julgado procedente, contudo, a Companhia e a ANEEL interpuseram recurso de apelação contra esta decisão e aguardam julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$137.471. A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de decisões favoráveis sobre este tema.

Reajuste Tarifário Periódico – Neutralidade da Parcela A

A Associação Municipal de Proteção ao Consumidor e ao Meio Ambiente (AMPROCOM) impetrou ação civil pública contra a Companhia e a ANEEL, objetivando a identificação de todos os consumidores que teriam sido lesados nos processos de revisão periódica e reajuste anual de energia elétrica, no período de 2002 a 2009, e a restituição, através de crédito nas faturas de energia elétrica, dos valores que lhes foram indevidamente cobrados, em razão da não desconsideração do impacto de variações futuras de demanda de consumo de energia em componentes de custo não gerenciáveis (Parcela A) e a incorporação indevida desses ganhos nos custos gerenciáveis da distribuidora (Parcela B), provocando o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato. O valor, estimado, da contingência é de R\$171.524.

Ambientais

Determinada associação do meio ambiente requereu, através de ação civil pública, indenização por suposto dano ambiental coletivo em função da construção e operação da usina hidrelétrica de Nova Ponte. O valor envolvido na ação é de R\$1.710.331. A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para estas ações. A expectativa de perda nessa ação é considerada possível, pois embora não haja demonstração cabal dos argumentos vertidos pela parte contrária, dependerá de prova pericial para corroborar tais argumentos apresentados.

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou ações civis públicas requerendo que a Companhia invista, no mínimo, 0,5% da receita operacional bruta anual, desde 1997, na proteção e na preservação ambiental dos mananciais hídricos dos municípios onde estão localizadas as usinas da Cemig, e indenização proporcional aos danos ambientais causados, que não possam ser recuperados, decorrentes da omissão no cumprimento da Lei do Estado de Minas Gerais nº 12.503/97. A Companhia interpôs recursos para o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e para o Supremo Tribunal Federal (STF). Nenhuma provisão foi constituída e o valor da contingência é de R\$102.478.

Ação em que a Companhia é credora e com provável entrada de benefícios econômicos

PASEP e COFINS - Ampliação da base de cálculo

A Controladora questiona, judicialmente, a ampliação da base de cálculo do PASEP e COFINS sobre a Receita Financeira e Outras Receitas não Operacionais, no período de 1999 a janeiro de 2004, por meio da Lei n.º 9.718, de 27 de novembro de 1998. Em caso de conclusão favorável na última instância da esfera judicial (trânsito julgado), ressaltando-se que o Supremo Tribunal Federal tem julgado processos similares favoravelmente ao contribuinte, o ganho a ser registrado no Resultado, será de R\$205.355, líquido de Imposto de Renda e Contribuição Social.

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

Em 30 de junho de 2013, o Capital Social da Companhia é de R\$4.813.362, representado por 482.491.242 ações ordinárias e 480.181.143 preferências ambas com valor nominal de R\$5,00.

Aumento de Capital Social

Em 30 de abril de 2013, Assembleia Geral aprovou o aumento do Capital Social da Cemig de R\$4.265.091 para R\$4.813.362 com emissão de 109.654.157 novas ações, mediante a capitalização de R\$548.271 provenientes de reserva de capital, distribuindo-se aos acionistas, em consequência, uma bonificação de 12,854843355% em ações novas, da mesma espécie das antigas e do valor nominal de R\$5,00.

Lucro por ação

O número de ações utilizado no cálculo do lucro básico e diluído por ação, considerando a emissão das novas ações é como segue:

Quantidade de ações	30/06/2013	30/06/2012
Ações ordinárias	482.491.242	482.491.242
Ações preferenciais	480.181.143	480.181.143
	962.672.385	962.672.385
Ações em Tesouraria	(410.397)	(410.397)
Total	962.261.988	962.261.988

Considerando que cada classe de ação participa igualmente dos lucros apresentados, os lucros por ação em 30 de junho de 2013 e 2012 foram de R\$1,54 e R\$1,28 respectivamente, calculados com base no número de ações da Companhia em cada um dos períodos mencionados.

A Companhia não possui instrumentos dilutivos, motivo pelo qual o Lucro Diluído é igual ao Lucro Básico.

Ajustes de avaliação patrimonial

Ajustes de avaliação patrimonial	Consolidado	
	30/06/2013	31/12/2012 Reapresentado
Ajustes de Passivos Atuarias – Benefícios a Empregados - controladora	(103.767)	(103.767)
Resultado Abrangente em Controlada e Controlada em Conjunto		
Custo Atribuído de Imobilizado	898.171	959.303
Ajustes de Conversão de Balanço	14.257	10.025
Ajustes de Passivos Atuarias – Benefícios a Empregados	(390.298)	(390.298)
Instrumentos Financeiros de Hegde de Fluxo de Caixa	(549)	(384)
	521.581	578.646
Ajustes de avaliação patrimonial	417.814	474.879

23. RECEITA

	Consolidado	
	30/06/2013	30/06/2012 Reapresentado
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (a)	7.000.636	7.419.209
Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD (b)	571.724	904.289
Receita de Transmissão		
Receita de Concessão de Transmissão	205.327	330.042
Receita de Construção de Transmissão (c)	43.579	42.528
Receita de Construção de Distribuição (c)	421.826	542.426
Transações com energia na CCEE	840.388	224.551
Outras Receitas Operacionais (d)	446.405	260.801
Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita (e)	(2.413.301)	(3.068.803)
Receita Operacional líquida	7.116.584	6.655.043

	Consolidado	
	01/04/2013 a 30/06/2013	01/04/2012 a 30/06/2012 Reapresentado
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (a)	3.533.238	3.794.898
Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD (b)	220.163	457.839
Receita de Transmissão		
Receita de Concessão de Transmissão	115.629	160.483
Receita de Construção de Transmissão (c)	25.940	18.990
Receita de Construção de Distribuição (c)	235.118	341.471
Transações com energia na CCEE	261.641	106.074
Outras Receitas Operacionais (d)	246.979	117.298
Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita (e)	(1.199.718)	(1.533.939)
Receita Operacional líquida	3.438.990	3.463.114

a) Fornecimento bruto de energia elétrica

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	MWh		R\$	
	30/06/2013	30/06/2012 Reapresentado	30/06/2013	30/06/2012 Reapresentado
Residencial	4.695.961	4.383.682	2.280.679	2.398.313
Industrial	11.183.632	12.359.505	1.913.476	2.124.329
Comércio, Serviços e Outros	3.031.893	2.850.431	1.180.554	1.248.737
Rural	1.335.075	1.264.667	344.269	354.065
Poder Público	426.126	409.577	163.459	176.657
Iluminação Pública	629.969	615.371	155.078	167.862
Serviço Público	609.795	578.059	159.140	169.976
Subtotal	21.912.451	22.461.292	6.196.655	6.639.939
Consumo Próprio	17.386	17.197	-	-
Fornecimento não Faturado, Líquido	-	-	(115.531)	(442)
	21.929.837	22.478.489	6.081.124	6.639.497
Suprimento a Outras Concessionárias (*)	7.659.519	6.399.374	919.512	779.712
Total	29.589.356	28.877.863	7.000.636	7.419.209

	MWh		R\$	
	01/04/2013 a 30/06/2013	01/04/2012 a 30/06/2012 Reapresentado	01/04/2013 a 30/06/2013	01/04/2012 a 30/06/2012 Reapresentado
Residencial	2.383.392	2.197.817	1.131.871	1.216.212
Industrial	5.683.850	6.343.741	979.298	1.093.493
Comércio, Serviços e Outros	1.503.197	1.415.086	584.369	629.149
Rural	702.258	701.811	170.554	191.897
Poder Público	217.861	214.249	82.500	93.796
Iluminação Pública	320.156	306.101	77.525	84.418
Serviço Público	305.469	288.652	79.436	86.440
Subtotal	11.116.183	11.467.457	3.105.553	3.395.405
Consumo Próprio	8.750	8.387	-	-
Fornecimento não Faturado, Líquido	-	-	(24.106)	6.183
	11.124.933	11.475.844	3.081.447	3.401.588
Suprimento a Outras Concessionárias (*)	3.775.989	3.093.110	451.791	393.310
Total	14.900.922	14.568.954	3.533.238	3.794.898

(*) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes.

Revisão Tarifária – Cemig Distribuição

Em 08 de abril de 2013, a ANEEL divulgou o resultado da 3ª Revisão Tarifária da Cemig Distribuição, com o reposicionamento positivo nas tarifas da Companhia que passam a vigorar a partir desta data, sendo que o efeito médio percebido pelos consumidores cativos foi de 2,99%.

Conforme memória de cálculo recebida pela Cemig após homologação do resultado da Revisão Tarifária na reunião da Diretoria da ANEEL, a Base de Remuneração Regulatória Líquida foi de R\$5.511.768 e a Base de Remuneração Regulatória Bruta de R\$15.355.843.

b) Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD

Parcela representativa dos Grandes Consumidores Industriais na área de concessão da Cemig Distribuição e da Light que estão na condição de “livres”, com a venda de energia para estes consumidores realizada, por meio da Cemig Geração e Transmissão e outras geradoras. Dessa forma, os encargos referentes ao uso da rede de distribuição (“TUSD”) desses consumidores livres, são cobrados, separadamente com o registro nesta rubrica.

Em decorrência da 3ª Revisão Tarifária da Controlada Cemig Distribuição, houve uma redução média na tarifa de uso do sistema de distribuição (TUSD) de 33,22%.

c) Receita de Construção

A Receita de Construção é substancialmente compensada pelos Custos de Construção e corresponde aos investimentos da Companhia no período em ativos da concessão. Em determinados projetos, inclui adicionalmente a margem de lucro envolvida na operação.

d) Outras Receitas Operacionais

	Consolidado	
	30/06/2013	30/06/2012 Reapresentado
Serviço Taxado	5.949	7.718
Serviço de Telecomunicações	71.383	74.764
Prestações de Serviços	55.690	39.251
Aluguel e Arrendamento	792	41.383
Subvenções (*)	307.129	97.025
Outras	4.562	660
	446.405	260.801

	Consolidado	
	01/04/2013 a 30/06/2013	01/04/2012 a 30/06/2012 Reapresentado
Serviço Taxado	2.235	3.947
Serviço de Telecomunicações	36.015	36.677
Prestações de Serviços	29.106	12.898
Aluguel e Arrendamento	-	15.382
Subvenções (*)	180.567	47.949
Outras	(944)	445
	246.979	117.298

(*) Receita reconhecida em decorrência de subvenção recebida da Eletrobrás, em função do desconto nas tarifas dos consumidores de baixa renda e subsídios nas Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD). Os valores foram homologados pela ANEEL e são reembolsados pela Eletrobrás.

e) Impostos e Encargos Incidentes Sobre a Receita

	Consolidado	
	30/06/2013	30/06/2012 Reapresentado
Tributos sobre a Receita		
ICMS	1.397.960	1.506.548
COFINS	637.958	689.974
PIS-PASEP	138.493	149.874
Outros	2.180	2.149
	2.176.591	2.348.545
Encargos do Consumidor		
Reserva Global de Reversão – RGR	60.173	109.554
Programa de Eficiência Energética – PEE	20.207	6.731
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	65.743	248.967
Quota para a Conta de Consumo de Combustível – CCC	25.487	288.086
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	21.624	16.883
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	13.971	16.883
Pesquisa Expansão Sistema Energético – EPE/MME	8.781	8.442
Encargos do Consumidor - PROINFA	12.495	12.690
Adicional 0,30% (Lei 12.111/09)	8.229	12.022
	236.710	720.258
	2.413.301	3.068.803

	Consolidado	
	01/04/2013 a 30/06/2013	01/04/2012 a 30/06/2012 Reapresentado
Tributos sobre a Receita		
ICMS	693.402	769.363
COFINS	310.287	347.541
PIS-PASEP	67.361	75.451
Outros	1.136	962
	1.072.186	1.193.317
Encargos do Consumidor		
Reserva Global de Reversão – RGR	60.173	53.729
Programa de Eficiência Energética – PEE	8.375	10.177
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	32.307	124.249
Quota para a Conta de Consumo de Combustível – CCC	-	118.602
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	8.100	8.588
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	8.101	8.588
Pesquisa Expansão Sistema Energético – EPE/MME	4.050	4.294
Encargos do Consumidor - PROINFA	6.426	6.289
Adicional 0,30% (Lei 12.111/09)	-	6.106
	127.532	340.622
	1.199.718	1.533.939

24. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2013	30/06/2012 Reapresentado	30/06/2013	30/06/2012 Reapresentado
Pessoal (a)	705.732	563.393	26.563	22.011
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	71.583	115.845	5.495	8.924
Obrigações Pós-Emprego	83.914	66.995	5.523	5.055
Materiais	79.682	29.378	67	54
Serviços de Terceiros (b)	439.003	401.975	4.281	5.700
Energia Elétrica Comprada para Revenda (c)	2.274.710	1.936.818	-	-
Depreciação e Amortização	387.125	371.315	201	185
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	62.853	94.848	-	-
Provisões (Reversões) Operacionais (d)	113.298	45.706	30.957	(16.689)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	254.092	435.389	-	-
Custos de Construção de Infraestrutura (e)	465.405	584.954	-	-
Outras Despesas Operacionais Líquidas (f)	177.098	162.941	17.517	16.784
	5.114.495	4.809.557	90.604	42.024

	Consolidado		Controladora	
	01/04/2013 a 30/06/2013	01/04/2012 a 30/06/2012 Reapresentado	01/04/2013 a 30/06/2013	01/04/2012 a 30/06/2012 Reapresentado
Pessoal (a)	262.802	266.455	8.931	10.501
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	15.582	61.490	923	4.725
Obrigações Pós-Emprego	41.957	33.497	2.761	2.527
Materiais	23.740	16.396	37	33
Serviços de Terceiros (b)	249.302	198.869	3.097	2.616
Energia Elétrica Comprada para Revenda (c)	1.301.923	1.078.456	-	-
Depreciação e Amortização	184.140	173.935	107	98
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	28.812	45.875	-	-
Provisões (Reversões) Operacionais (d)	71.060	(23.738)	15.828	(23.692)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	127.867	217.739	-	-
Custos de Construção de Infraestrutura (e)	261.057	360.461	-	-
Outras Despesas Operacionais Líquidas (f)	90.245	81.784	9.142	11.428
	2.658.487	2.511.219	40.826	8.236

a) Despesas com Pessoal

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2013	30/06/2012 Reapresentado	30/06/2013	30/06/2012 Reapresentado
Remunerações e Encargos	518.208	499.292	22.881	22.774
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida	35.613	33.242	2.329	2.106
Benefícios Assistenciais	64.609	64.897	2.178	1.982
	618.430	597.431	27.388	26.862
Programas de Desligamento Voluntário – PDV/PID	108.641	13.198	3.313	288
(-) Custos com Pessoal Transferidos para Obras em Andamento	(21.339)	(47.236)	(4.138)	(5.139)
	87.302	(34.038)	(825)	(4.851)
	705.732	563.393	26.563	22.011

	Consolidado		Controladora	
	01/04/2013 a 30/06/2013	01/04/2012 a 30/06/2012 Reapresentado	01/04/2013 a 30/06/2013	01/04/2012 a 30/06/2012 Reapresentado
Remunerações e Encargos	265.375	249.410	11.307	11.443
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida	19.097	17.202	1.443	1.058
Benefícios Assistenciais	30.755	31.999	842	896
	315.227	298.611	13.592	13.397
Programas de Desligamento Voluntário – PDV/PID	(45.486)	(6.304)	(2.794)	18
(-) Custos com Pessoal Transferidos para Obras em Andamento	(6.939)	(25.852)	(1.867)	(2.914)
	(52.425)	(32.156)	(4.661)	(2.896)
	262.802	266.455	8.931	10.501

Programas de Desligamento de Empregados

Programa de Incentivo ao Desligamento (PID)

Para o período de 17 de janeiro de 2013 a 27 de março de 2013 a Companhia criou o PID, de adesão exclusiva aos empregados que já reúnem condições plenas de aposentadoria no INSS e na Forluz e ainda o mínimo de 20 anos de admissão na Companhia. O PID prevê o pagamento de indenização correspondente a 4 remunerações brutas, pagamento de 6 meses de contribuições para o plano de saúde e demais verbas indenizatórias previstas em Lei. O impacto financeiro do Programa, provisionado no 1º semestre de 2013, foi de R\$112 milhões, em conformidade a adesão de 1.069 empregados, sendo o prazo de desligamento no período de abril a junho de 2013.

b) Serviço de Terceiros

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2013	30/06/2012 Reapresentado	30/06/2013	30/06/2012 Reapresentado
Agentes Arrecadores/Leitura de Medidores/Entrega de Contas	89.149	79.571	-	-
Comunicação	37.041	46.517	306	503
Manutenção e Conservação de Instalações e Equipamentos Elétricos	104.951	94.759	104	41
Conservação e Limpeza de Prédios	39.170	32.281	38	49
Gastos com Implantação do Manual de Controle Patrimonial (MCPSE)	24.896	-	-	-
Mão de Obra Contratada	10.086	14.996	-	315
Fretes e Passagens	2.887	3.880	663	808
Hospedagem e Alimentação	5.824	7.730	195	163
Vigilância	8.878	9.970	-	-
Consultoria	4.991	4.417	1.071	2.200
Manutenção/Conservação de Móveis Utensílios	7.468	16.405	6	18
Manutenção e Conservação de Veículos	4.627	5.040	13	19
Corte e Religação	10.825	14.503	-	-
Meio Ambiente	12.033	11.580	-	21
Poda de Árvores	10.776	11.732	-	-
Limpeza de Faixa	15.363	16.301	-	-
Serviços Advocáticos	12.702	5.543	825	1.132
Outros	37.336	26.750	1.060	431
	439.003	401.975	4.281	5.700

	Consolidado		Controladora	
	01/04/2013 a 30/06/2013	01/04/2012 a 30/06/2012 Reapresentado	01/04/2013 a 30/06/2013	01/04/2012 a 30/06/2012 Reapresentado
Agentes Arrecadadores/Leitura de Medidores/Entrega de Contas	46.442	40.439	-	-
Comunicação	19.891	21.304	188	203
Manutenção e Conservação de Instalações e Equipamentos Elétricos	54.100	44.420	26	41
Conservação e Limpeza de Prédios	19.791	18.831	19	19
Gastos com Implantação do Manual de Controle Patrimonial (MCPSE)	24.896	-	-	-
Mão de Obra Contratada	5.745	6.993	-	173
Fretes e Passagens	2.115	2.395	487	604
Hospedagem e Alimentação	4.347	4.369	148	106
Vigilância	5.231	4.729	-	-
Consultoria	3.418	1.807	794	322
Manutenção/Conservação de Móveis Utensílios	4.106	9.119	-	15
Manutenção e Conservação de Veículos	2.390	-	4	15
Corte e Religação	3.787	7.755	-	-
Meio Ambiente	6.887	7.260	-	-
Poda de Árvores	6.431	7.064	-	-
Limpeza de Faixa	8.749	8.925	-	-
Serviços Advocatícios	8.083	3.559	590	998
Outros	22.893	9.900	841	120
	249.302	198.869	3.097	2.616

c) Energia Elétrica Comprada para Revenda

	Consolidado	
	30/06/2013	30/06/2012 Reapresentado
Energia de Itaipu Binacional	477.732	417.243
Contratos por Cotas de Garantia Física	110.444	-
Cotas das Usinas de Angra I e II	75.039	-
Energia de curto prazo (recuperação de despesas)	54.650	325.165
PROINFA	127.418	112.740
Contratos Bilaterais	153.435	134.718
Energia adquirida através de Leilão no Ambiente Regulado	962.842	884.574
Energia adquirida no Ambiente Livre	517.190	259.275
Créditos de PASEP-COFINS	(204.040)	(196.897)
	2.274.710	1.936.818

	Consolidado	
	01/04/2013 a 30/06/2013	01/04/2012 a 30/06/2012 Reapresentado
Energia de Itaipu Binacional	246.738	226.332
Contratos por Cotas de Garantia Física	110.444	-
Cotas das Usinas de Angra I e II	75.039	-
Energia de curto prazo (recuperação de despesas)	36.675	216.123
PROINFA	63.709	56.370
Contratos Bilaterais	87.315	71.711
Energia adquirida através de Leilão no Ambiente Regulado	537.127	489.206
Energia adquirida no Ambiente Livre	279.167	138.336
Créditos de PASEP-COFINS	(134.291)	(119.622)
	1.301.923	1.078.456

d) Provisões (Reversões) Operacionais

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2013	30/06/2012 Reapresentado	30/06/2013	30/06/2012 Reapresentado
Prêmio de Aposentadoria				
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	34.501	33.801	-	
Provisão para Contingências				
Trabalhistas	74.354	(5.841)	33.317	(9.350)
Cíveis	9.007	27.179	13.272	12.028
Tributárias	1.017	(4.417)	(661)	(4.713)
Ambientais	(11)	601	(473)	513
Regulatórias	12.397	(9.350)	(4.634)	(6.174)
Outras	(17.967)	3.733	(9.864)	(8.993)
	78.797	11.905	30.957	(16.689)
	113.298	45.706	30.957	(16.689)

	Consolidado		Controladora	
	01/04/2013 a 30/06/2013	01/04/2012 a 30/06/2012 Reapresentado	01/04/2013 a 30/06/2013	01/04/2012 a 30/06/2012 Reapresentado
Prêmio de Aposentadoria				
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	13.879	13.599	-	-
Provisão para Contingências	-			
Trabalhistas	34.382	(7.463)	15.056	(5.949)
Cíveis	14.263	3.144	12.846	(1.581)
Tributárias	1.606	(81)	143	(150)
Ambientais	371	517	257	509
Regulatórias	15.312	(6.660)	(2.995)	(7.459)
Outras	(8.753)	(26.794)	(9.479)	(9.062)
	57.181	(37.337)	15.828	(23.692)
	71.060	(23.738)	15.828	(23.692)

e) Custo de Construção

	Consolidado	
	30/06/2013	30/06/2012 Reapresentado
Pessoal e Administradores	17.103	38.857
Materiais	194.086	302.531
Serviços de Terceiros	221.584	226.693
Outras	32.632	16.873
	465.405	584.954

	Consolidado	
	01/04/2013 a 30/06/2013	01/04/2012 a 30/06/2012 Reapresentado
Pessoal e Administradores	3.698	26.718
Materiais	104.436	167.810
Serviços de Terceiros	129.092	147.455
Outras	23.831	18.478
	261.057	360.461

f) Outras Despesas Operacionais Líquidas

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2013	30/06/2012 Reapresentado	30/06/2013	30/06/2012 Reapresentado
Arrendamentos e Aluguéis	49.995	49.314	466	389
Propaganda e Publicidade	1.929	3.810	15	135
Consumo Próprio de Energia Elétrica	6.980	7.280	-	-
Subvenções e Doações	9.426	10.575	20	632
Taxa de Fiscalização da ANEEL	20.469	20.776	-	-
Concessão Onerosa	11.476	11.980	-	-
Impostos e Taxas (IPTU, IPVA e outros)	35.136	20.155	164	224
Seguros	4.126	3.902	1.350	812
Anuidade CCEE	4.094	2.739	1	1
Prejuízo Líquido na Desativação e Alienação de Bens	5.524	6.943	-	43
FORLUZ – Custeio Administrativo	11.165	11.296	548	555
Outras Despesas	16.778	14.171	14.953	13.993
	177.098	162.941	17.517	16.784

	Consolidado		Controladora	
	01/04/2013 a 30/06/2013	01/04/2012 a 30/06/2012 Reapresentado	01/04/2013 a 30/06/2013	01/04/2012 a 30/06/2012 Reapresentado
	Arrendamentos e Aluguéis	25.321	24.748	299
Propaganda e Publicidade	1.479	1.949	-	135
Consumo Próprio de Energia Elétrica	3.081	3.379	-	-
Subvenções e Doações	7.382	7.868	12	623
Taxa de Fiscalização da ANEEL	9.985	10.391	-	-
Concessão Onerosa	6.578	7.794	-	-
Impostos e Taxas (IPTU, IPVA e outros)	18.434	7.721	88	109
Seguros	2.261	2.435	686	626
Anuidade CCEE	2.048	1.359	-	-
Prejuízo Líquido na Desativação e Alienação de Bens	4.168	4.127	-	43
FORLUZ – Custeio Administrativo	5.569	5.648	273	277
Outras Despesas	3.939	4.365	7.784	9.414
	90.245	81.784	9.142	11.428

Arrendamento Mercantil Operacional

A Companhia possui contratos de Arrendamento Mercantil Operacional relacionados, basicamente, a veículos e edificações prediais utilizadas em suas atividades operacionais, e não são relevantes em relação aos custos totais da Companhia.

25. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2013	30/06/2012 Reapresentado	30/06/2013	30/06/2012 Reapresentado
RECEITAS FINANCEIRAS				
Renda de Aplicação Financeira	105.326	98.764	28.487	18.316
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	87.602	70.671	-	-
Variações Cambiais	8.168	8.479	-	-
Ganhos com Instrumentos Financeiros	1.005	19.195	-	-
Rendas FIDC	-	-	-	36.285
PASEP/COFINS sobre receita financeira	(3.348)	(1.096)	-	(1.096)
Ajuste a Valor Presente	983	3.086	-	-
Atualização Monetária das Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais(Nota 11)	43.547	78.291	43.547	-
Varição Monetária de Depósito Judicial (Nota 10)	6.681	18.877	530	15.273
Outras	32.875	259	3.881	4.067
	282.839	296.526	76.445	72.845
DESPESAS FINANCEIRAS				
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(335.289)	(415.128)	(21.460)	(56.053)
Variações Cambiais	(10.824)	(25.972)	(4)	(5)
Varição Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(123.801)	(75.112)	-	-
Varição Monetária – Concessão Onerosa	(7.848)	(12.305)	-	-
Encargos e Varição monetária de Obrigação Pós-Emprego	(53.843)	(47.499)	(2.649)	(2.339)
Outras	(66.356)	(61.379)	(301)	(570)
	(597.961)	(637.395)	(24.414)	(58.967)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(315.122)	(340.869)	52.031	13.878

	Consolidado		Controladora	
	01/04/2013	01/04/2012	01/04/2013	01/04/2012
	a 30/06/2013	a 30/06/2012 Reapresentado	a 30/06/2013	a 30/06/2012 Reapresentado
RECEITAS FINANCEIRAS				
Renda de Aplicação Financeira	70.739	52.326	21.032	8.626
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	49.505	38.195	-	-
Variações Cambiais	(1.844)	(4.329)	-	-
Ganhos com Instrumentos Financeiros	1.115	13.115	-	-
Rendas FIDC	-	-	-	15.958
Varição Monetária	-	-	(113)	(953)
PASEP/COFINS sobre receita financeira	(3.348)	(1.096)	-	(1.096)
Ajuste a Valor Presente	2.413	3.023	-	-
Varição Monetária de Depósito Judicial (Nota 10)	3.842	7.206	248	5.711
Atualização Monetária das Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais(Nota 11)	-	34.732	-	-
Outras	22.028	-	2.140	1.878
	144.450	143.172	23.307	30.124
DESPESAS FINANCEIRAS				
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(159.024)	(198.456)	(109)	(26.097)
Variações Cambiais	(9.728)	(19.841)	-	(4)
Varição Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(58.487)	(44.374)	-	-
Varição Monetária – Concessão Onerosa	(4.074)	(11.007)	-	-
Encargos e Varição monetária de Obrigação Pós-Emprego	(23.435)	(22.355)	(1.153)	(1.101)
Outras	(41.288)	(28.820)	(10)	(494)
	(296.036)	(324.853)	(1.272)	(27.696)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(151.586)	(181.681)	(22.035)	(2.428)

26. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Cemig e suas controladas são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	30/06/2013	31/12/2012 Reapresentado	30/06/2013	31/12/2012 Reapresentado	30/06/2013	30/06/2012 Reapresentado	30/06/2013	30/06/2012 Reapresentado
Light								
Operações com Energia Elétrica (1)	-	-	153	809	11	-	(11)	(3.680)
Suprimento a Outras concessionárias (2)			130	130				
Encargos de Uso da Rede Elétrica – Fornec.	30	127	2	1	2.620	2.475	(2.620)	(7)
Companhia de Gás de Minas Gerais								
Circulante								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	20.664	20.664						
Transmissora Aliança de Energia Elétrica								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (1)	-	-	1.540	2.577	-	-	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	30.762	37.716	-	-	-	-	-	-
Encargos de Uso da Rede Elétrica – Fornec.	-	-	1.456	1.068	-	-	-	(6.337)
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia								
Operações com Energia Elétrica (1)	-	-	1.300	1.167	-	-	-	-
Empresa Paraense de Transmissão de Energia								
Operações com Energia Elétrica (1)	-	-	264	224	-	-	-	-
Sá Carvalho								
Circulante								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	31.748	-						
Rosal								
Circulante								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	17.619	-						
UTE Ipatinga								
Circulante								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	11.086	-						
PCH								
Circulante								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	15.869	-						
ESCEE								
Circulante								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	13.461	-						
Cemig Trading								
Circulante								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	21.459	-						
Capim Branco								
Circulante								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	40.562	-						
Governo do Estado de Minas Gerais								
Circulante								
Consumidores e Revendedores (3)	7.822	8.197	-	-	43.331	46.593	-	-
Debêntures (5)	-	-	66.291	52.758	-	-	(3.200)	(2.845)
Contas a Receber do Governo do Estado – CRC (4)	-	2.422.099	-	-	-	-	-	-
Financiamentos – BDMG	-	-	8.500	9.213	-	-	-	-
FORLUZ								
Circulante								
Obrigações Pós-emprego (6)	-	-	54.690	51.227	-	-	(53.843)	(25.144)
Despesa com pessoal (7)	-	-	-	-	-	-	(18.661)	(16.040)
Custeio Administrativo (8)	-	-	-	-	-	-	(11.164)	(5.648)
Não Circulante								
Obrigações Pós-Emprego (6)	-	-	997.447	763.643	-	-	-	-
Cemig Saúde								
Circulante								
Plano de Saúde e odontológico (9)	-	-	-	-	-	-	-	-
Não Circulante								
Plano de Saúde e odontológico (9)	-	-	857.391	611.956	-	-	(45.735)	(18.484)

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstradas abaixo:

- (1) A Companhia possui contratos de compra de energia da Cemig Geração e Transmissão, Light S.A., Baguari Energia, Santo Antônio Energia e Cemig Capim Branco S.A. decorrente do leilão público de energia ocorrido em 2005, com vigência de 8 anos a partir do início do fornecimento e correção anual pelo IGP-M. Essas operações foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes, tendo em vista que a compra da energia foi feita através de leilão organizado pelo Governo Federal que definiu posteriormente os contratos que deveriam ser assinados entre distribuidores e geradores. Para Cemig Telecomunicações, Transmissora Aliança de Energia Elétrica, Empresa Amazonense de Transmissão de Energia e Empresa Paraense de Transmissão de Energia as Operações com Energia Elétrica referem-se ao Encargos de Uso da Rede Elétrica;
- (2) A Companhia possui contratos de venda de energia para Cemig Distribuição e Light Energia, decorrente do leilão público de energia existente ocorrido em 2005, com vigência de 8 anos a partir do início do fornecimento e correção anual pelo IGP-M;
- (3) Refere-se à renegociação de débito originário de venda de energia para a Copasa, com previsão de pagamento até março de 2014 e atualização financeira pelo IGPM + 0,5% a.m.;
- (4) Aporte dos créditos da CRC em Fundo de Investimentos Creditórios em quotas seniores e subordinadas. Vide informações Nota Explicativa nº 11 Informações Contábeis Intermediárias consolidadas;
- (5) Emissão Privada de Debêntures Simples não conversíveis em ações no valor de R\$120.000, atualizada pelo Índice Geral de Preços – Mercado - IGP-M, para a conclusão da Usina Hidrelétrica de Irapé, com resgate após 25 anos da data de emissão. O montante de 31 de dezembro de 2009 foi ajustado a valor presente;
- (6) Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (vide Nota Explicativa nº 20 das Informações Contábeis Intermediárias) e serão amortizados até o exercício de 2024;
- (7) Contribuições da Cemig para o Fundo de Pensão referentes aos empregados participantes do Plano Misto (vide Nota Explicativa nº 20) e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo;
- (8) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade a legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia.
- (9) Contribuição pela patrocinadora ao plano de saúde e odontológico dos empregados.

Remuneração do pessoal chave da Administração

O total da remuneração aos Conselheiros de Administração e Diretores nos períodos de 30 de junho de 2013 e 2012 é conforme segue:

	30/06/2013	30/06/2012
Remuneração	4.194	4.724
Participação nos Resultados	1.911	721
Benefícios Pós Emprego	432	383
Benefícios Assistenciais	56	77
Total	6.593	5.905

Vide maiores informações referentes às principais transações realizadas nas Notas Explicativas 11,18,20 e 24.

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

Os Instrumentos Financeiros da Companhia e de suas controladas estão restritos a Caixa e Equivalentes de Caixa, Títulos e Valores Mobiliários, Consumidores e Revendedores, Ativo Financeiro da Concessão, Fundos Vinculados, Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures e “swaps” de moedas e taxas de juros, Obrigações Pós-Emprego, sendo os ganhos e perdas, obtidos nas operações, integralmente registrados no resultado do exercício ou no patrimônio líquido, de acordo com o Regime de Competência.

Os Instrumentos Financeiros da Companhia e de suas controladas são reconhecidos inicialmente ao valor justo e mensurados de acordo com as classificações abaixo :

- Empréstimos e Recebíveis: encontram-se nesta categoria os Equivalentes de Caixa, Créditos com Consumidores, Revendedores e Concessionários de Transporte de Energia, Fundos Vinculados, Depósitos Vinculados a Litígios e Ativos Financeiros não abarcados pela Lei 12.783/13 (Medida Provisória 579). São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos;
- Instrumentos Financeiros ao valor justo por meio do resultado: encontram-se nesta categoria, Títulos e Valores Mobiliários e os Instrumentos Derivativos (mencionados no item “b”). São mensuradas ao valor justo e os ganhos ou as perdas são reconhecidos diretamente no resultado;
- Instrumentos Financeiros mantidos até o vencimento: encontram-se nesta categoria os Títulos e Valores Mobiliários. Há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva;
- Instrumentos Financeiros disponíveis para venda: a partir de 31 de dezembro de 2012, encontram-se nesta categoria os ativos financeiros da concessão abarcados pela Medida Provisória 579. São mensurados pelo valor novo de reposição (VNR), equivalentes ao valor justo na data destas Informações Contábeis Intermediárias;
- Passivos financeiros não derivativos: encontram-se nesta categoria os Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures, , obrigações pós emprego e Fornecedores. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva. A Companhia efetuou o cálculo do valor justo de seus Empréstimos, Financiamentos e Debêntures utilizando a taxa CDI + 0,9%, com base na sua última captação. Para aqueles Empréstimos, Financiamentos e Debêntures com taxas entre IPCA + 4,70% a IPCA + 5,10%, CDI + 0,65% a CDI + 0,73%, IGPM + 4,70% a IGPM + 5,10%, taxa fixa 8,5% a 10,07% a Companhia considerou seu valor justo igual ao contábil. Para os financiamentos do BNDES e ELETROBRAS o valor justo é idêntico ao saldo contábil, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxas de juros comparáveis;
- Instrumentos Financeiros Derivativos. São mensurados pelo valor justo e os efeitos reconhecidos, diretamente, no resultado.

Categoria dos Instrumentos Financeiros	30/06/2013		31/12/2012 (Reapresentado)	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos Financeiros:				
Empréstimos e Recebíveis				
Equivalentes de Caixa – Aplicações Financeiras	1.554.019	1.554.019	1.845.773	1.845.773
Créditos com Consumidores e Revendedores	1.996.756	1.996.641	2.079.279	2.079.279
Concessionários – Transporte de Energia	250.870	250.870	357.811	357.811
Créditos com o Governo do Estado de Minas Gerais	-	-	2.422.099	2.422.099
Ativos Financeiros da Concessão	219.807	219.807	177.901	177.901
Depósitos Vinculados a Litígios	1.189.903	1.189.903	1.300.507	1.300.507
Fundos Vinculados	101.933	101.933	132.493	132.493
	5.313.288	4.552.908	8.315.863	8.315.863
Disponíveis para venda				
Ativos Financeiros da Concessão	5.481.522	5.481.522	5.585.254	5.585.254
Mantidos até o Vencimento				
Títulos e Valores Mobiliários	1.845.737	1.844.970	582.249	583.976
Valor justo por meio do resultado:				
Mantidos para negociação				
Títulos e Valores Mobiliários	984.253	984.253	174.009	174.009
Instrumentos Derivativos – Contrato <i>Swap</i>	-	-	20.445	20.445
Passivos financeiros:				
Avaliados ao custo amortizado				
Fornecedores	1.035.880	1.035.880	1.310.217	1.310.217
Obrigações pós-emprego - Dívida pactuada c/fundo de Pensão (FORLUZ)	818.805	818.805	814.870	814.870
Concessões a Pagar	202.118	437.433	187.718	367.614
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	9.463.183	9.859.198	10.415.793	10.964.252
	11.519.986	12.151.316	12.728.598	13.456.953

a) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos Corporativos é uma ferramenta de Gestão integrante das práticas de Governança Corporativa e alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos Negócios da Companhia.

A Companhia possui um Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros com o objetivo de implementar diretrizes e monitorar o Risco Financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando estratégias de proteção (*hedge*) aos Riscos de Câmbio, juros e inflação, as quais estão efetivos, em linha, com a estratégia da Companhia.

A premissa do Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros é dar previsibilidade ao Caixa da Companhia para um prazo máximo de 12 meses, considerando o cenário econômico divulgado por uma consultoria externa.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de taxas de câmbio

A Cemig e suas controladas estão expostas ao risco de elevação das taxas de câmbio, principalmente, à cotação do Dólar Norte-americano em relação ao Real, com impacto no endividamento, no resultado e no fluxo de caixa. Com a finalidade de reduzir a exposição da Cemig às elevações das taxas de câmbio, a Companhia possuía, em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, operações contratadas de *hedge*, descritas em maiores detalhes no item “b”.

A exposição líquida, às taxas de câmbio, é como segue:

Exposição às Taxas de Câmbio	30/06/2013		31/12/2012 (Reapresentado)	
	Moeda Estrangeira	R\$	Moeda Estrangeira	R\$
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e Financiamentos <i>(nota 18)</i>	15.336	33.979	29.301	59.860
Fornecedores (Itaipu Binacional)	87.679	194.262	87.137	180.180
(-) Operações Contratadas de Hedge/Swap	-	-	(8.168)	(23.823)
	<u>103.015</u>	<u>228.241</u>	<u>108.270</u>	<u>216.217</u>
Euro				
Empréstimos e Financiamentos – Euro <i>(nota 18)</i>	2.309	6.655	2.639	7.111
Passivo Líquido Exposto	<u>105.324</u>	<u>234.896</u>	<u>110.908</u>	<u>223.328</u>

Análise de sensibilidade

A Companhia estima, com base em nossos consultores financeiros, que, em um cenário provável, a variação cambial das moedas estrangeiras em relação ao Real em 30 de junho de 2014 será uma desvalorização de 3,56% para o dólar (R\$2,137) e uma desvalorização de 5,55% para o Euro (R\$2,723). A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de depreciação cambial do Real de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

Risco - Exposições Cambiais	Cenário Base 30/06/2013	Cenário Provável	Cenário Possível Depreciação Cambial 25,00%	Cenário Remoto Depreciação Cambial 50,00%
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e Financiamentos <i>(nota 18)</i>	33.979	32.768	40.960	49.152
Fornecedores (Itaipu Binacional)	194.262	187.337	234.171	281.006
	<u>228.241</u>	<u>220.105</u>	<u>275.131</u>	<u>330.158</u>
Euro				
Empréstimos e Financiamentos <i>(nota 18)</i>	6.655	6.286	7.857	9.428
Passivo Líquido Exposto	<u>234.896</u>	<u>226.391</u>	<u>282.988</u>	<u>339.586</u>
Efeito Líquido da Variação Cambial		<u>(8.505)</u>	<u>48.092</u>	<u>104.690</u>

Risco de Taxa de juros

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de elevação das taxas de juros internacionais, com impacto nos Empréstimos e Financiamentos, em moeda estrangeira, com taxas de juros flutuantes, principalmente *Libor*, no montante de R\$48.180 (R\$45.026, em 31 de dezembro de 2012).

No que se refere ao risco de elevação das taxas de juros nacionais, a exposição da Companhia ocorre em função do Passivo Líquido, indexado à variação da SELIC e CDI, conforme demonstrado a seguir:

Exposição às Taxas de Juros Nacionais	Consolidado	
	30/06/2013	31/12/2012 Reapresentado
Ativos		
Equivalentes de Caixa - Aplicações Financeiras (Nota 4)	1.554.019	1.845.773
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 5)	2.829.989	756.258
Fundos Vinculados	101.933	132.493
	4.485.941	2.734.524
Passivos		
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures – CDI (Nota 18)	(4.141.977)	(5.594.724)
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures – TJLP (Nota 18)	(151.522)	(162.698)
Operações Contratadas de Hedge/Swap (Juros)	-	(600.000)
	(4.293.499)	(6.357.422)
Passivo Líquido Exposto	192.442	(3.622.898)

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável em 30 de junho de 2014, as taxas SELIC e TJLP serão de 9,50% e 5%, respectivamente. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta nas taxas de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente. A taxa CDI acompanha a taxa SELIC.

Estimativa de Cenários de evolução da taxa de juros deverá considerar a projeção dos cenários base, otimista e pessimista da Companhia, com base nos seus consultores financeiros, conforme descrito na Política de *Hedge*.

Risco - Alta nas Taxas de Juros Nacionais	30/06/2013	30 de junho de 2014		
	Valor Contábil	Cenário Provável SELIC 9,50% TJLP 5,00%	Cenário Possível SELIC 11,88% TJLP 6,25%	Cenário Remoto SELIC 14,25% TJLP 7,50%
Ativos				
Equivalentes de Caixa (Nota 4)	1.554.019	1.701.651	1.738.636	1.775.467
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 5)	2.829.989	3.098.838	3.166.192	3.233.262
Fundos Vinculados	101.933	111.617	114.043	116.458
	4.485.941	4.912.106	5.018.871	5.125.187
Passivos				
Empréstimos e Financiamentos – CDI (Nota 18)	(4.141.977)	(4.535.465)	(4.634.044)	(4.732.209)
Empréstimos e Financiamentos – TJLP (Nota 18)	(151.522)	(159.098)	(160.992)	(162.886)
	(4.293.499)	(4.694.563)	(4.795.036)	(4.895.095)
Ativo Líquido Exposto	192.442	217.544	223.836	230.093
Efeito Líquido da Variação das Taxas de Juros		25.101	31.393	37.650

Risco de Elevação da Inflação

A Companhia está exposta ao risco de elevação da inflação, em 30 de junho de 2013. Esta exposição ocorre em função do passivo líquido indexado à variação do IPCA e do IGP-M, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da Companhia à Elevação da Inflação	30/06/2013	31/12/2012 Reapresentado
Ativos		
Ativos Financeiros da Concessão – IGP-M (nota 12)	5.481.522	5.585.254
Passivos		
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IPCA (nota 18)	(4.315.007)	(2.934.157)
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IGP-M (nota 18)	(444.420)	(454.117)
	(4.759.427)	(3.388.274)
Ativo (Passivo) Líquido Exposto	722.095	2.196.980

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de elevação da inflação mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável em 30 de junho de 2014, as taxas IPCA e IGP-M serão de 5,58% e 5,27%, respectivamente. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma elevação na inflação de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

Risco - Elevação da inflação	30/06/2013	30 de junho de 2014		
	Valor Contábil	Cenário Provável IPCA 5,58% IGP-M 5,27%	Cenário Possível IPCA 6,98% IGP-M 6,59%	Cenário Remoto IPCA 8,37% IGP-M 7,91%
Ativos				
Ativos Financeiros da Concessão – IGP-M (nota 12)	5.481.522	5.770.398	5.842.754	5.915.110
Passivos				
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IPCA (nota 18)	(4.315.007)	(4.555.784)	(4.616.194)	(4.676.173)
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IGP-M (nota 18)	(444.420)	(467.841)	(473.707)	(479.574)
	(4.759.427)	(5.023.625)	(5.089.901)	(5.155.747)
Ativo Líquido Exposto	722.095	746.773	752.853	759.363
Efeito Líquido da Variação do IPCA		24.678	30.758	37.268

Risco de Liquidez

A Cemig apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Cemig administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente e de forma conservadora o seu Fluxo de Caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das empresas, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, manejando até 20% de seus recursos em fundos de investimento exclusivos de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDB's ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com Empréstimos, Financiamentos e Debêntures, pós e pré-fixadas, incluindo os juros previstos nos contratos, podem ser observadas na tabela abaixo:

Consolidado	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos Financeiros à taxa de Juros:						
- Pós-fixadas						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	53.947	949.333	1.866.321	5.968.384	5.434.513	14.272.498
Concessões a pagar	1.849	5.681	14.540	68.933	159.755	250.758
Dívida pactuada c/fundo de Pensão (FORLUZ)	8.029	25.343	69.540	472.053	905.348	1.480.313
	63.825	980.357	1.950.401	6.509.370	6.499.616	16.003.569
- Pré-fixadas						
Fornecedores	1.030.230	-	-	5.650	-	1.035.880
	1.094.055	980.357	1.950.401	6.515.020	6.499.616	17.039.449

Controladora	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos Financeiros à taxa de Juros:						
- Pós-fixadas						
Dívida pactuada c/fundo de Pensão (FORLUZ)	-	1.247	3.421	23.225	44.543	72.436
- Pré-fixadas						
Fornecedores	14.573	-	-	-	-	14.573
	14.573	1.247	3.421	23.225	44.543	87.009

Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade de a Cemig e suas controladas virem a incorrer em perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento, buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

A Provisão para Devedores Duvidosos constituída em junho de 2013, considerada como adequada em relação aos créditos a receber em atraso da Companhia e suas controladas, foi de R\$503.461.

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas, advindas da decretação de insolvência de Instituição Financeira em que mantenha depósitos, foi aprovada uma Política de Aplicação Financeira que vigora desde 2004, onde cada Instituição é analisada segundo critérios de liquidez corrente, grau de alavancagem, grau de inadimplência, rentabilidade e custos, além de análise de três Agências de classificação de Riscos Financeiros. As instituições recebem limites máximos de alocação de recursos, que são revisados, periodicamente, ou sob qualquer alteração nos cenários macroeconômicos da economia brasileira.

A Cemig administra o risco de contraparte de instituições financeiras com base em uma política interna aprovada pelo Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros da Companhia.

Esta Política avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da Tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, sempre atrelados ao CDI. A Companhia não realiza operações que incorporem risco de volatilidade em suas Demonstrações Contábeis.

Como instrumento de gestão, a Cemig divide a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e em dois fundos de investimentos. Os fundos de investimentos aplicam os recursos exclusivamente em produtos de renda fixa, tendo como cotistas apenas empresas do grupo. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria.

As premissas mínimas para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

1. *Rating* de duas agências de riscos
2. Patrimônio Líquido mínimo superior a R\$400 milhões
3. Índice de Basileia superior a 12.

Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em três grupos, conforme o valor do seu Patrimônio. A partir desta classificação, são estabelecidos limites de concentração por grupo e por instituição:

Grupo	Patrimônio Líquido	Concentração	Limite por Banco (% do PL)**
A1	Superior a R\$3,5 bilhões	Mínima de 80%	7,0%
A2	Entre R\$1,0 bilhão e R\$3,5 bilhões	Máxima de 20%	Entre 2,8% e 7,0%
B	Entre R\$400 milhões e R\$1,0 bilhão	Máxima de 20%	Entre 1,6% e 4,2%

** o percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.

Além destes pontos, a Cemig estabelece também, dois limites de concentração:

1. Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do Grupo;
2. Nenhum banco poderá ter mais do que 50% da carteira de uma Empresa.

Risco de Aceleração do Vencimento de Dívidas

A Companhia e suas controladas possuem Contratos de Empréstimos e Financiamentos, com Cláusulas Restritivas (“*covenants*”), normalmente, aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros indicadores. O não atendimento destas cláusulas poderia implicar o vencimento antecipado das dívidas.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia não atendeu à algumas dessas cláusulas restritivas e obteve em 29 de abril de 2013 o consentimento dos credores para que não seja exigido o pagamento imediato ou antecipado dos montantes devidos.

A Companhia não foi impactada negativamente, de forma significativa, em função de ocorrências relacionadas aos riscos descritos acima.

Em 30 de junho de 2013, as seguintes cláusulas restritivas não foram atendidas pela subsidiária integral Cemig D:

Descrição da Cláusula Restritiva	Índice Requerido	Posição em 30/06/2013
Dívida/LAJIDA	Menor ou igual a 3,36	4,25
Dívida/Patrimônio Líquido + Dívida	Menor ou igual a 62%	66,99%

A Controlada Cemig D obteve, em 28 de junho de 2013, o consentimento dos credores para que não seja exigido, até 30 de junho de 2014, o pagamento imediato ou antecipado dos montantes devidos em 30 de junho de 2013. Os Empréstimos, Financiamentos e Debêntures estão classificados no Passivo Circulante e Não Circulante de acordo com os termos originais dos contratos, tendo em vista a obtenção do referido consentimento de forma antecipada.

b) Instrumentos Financeiros - Derivativos

Os Instrumentos Derivativos, contratados pela Cemig e suas controladas têm o propósito de proteger as operações contra os riscos decorrentes de variação cambial e não são utilizados para fins especulativos.

Os valores do Principal das operações com Derivativos não são registrados no Balanço Patrimonial, visto que são referentes a operações que não exigem o trânsito de caixa integral, mas somente dos ganhos ou perdas auferidos ou incorridos. Os resultados líquidos, nestas operações, representam um ganho, em 30 de junho de 2013, no montante de R\$1.005 (ganho de R\$19.195 em 30 de junho de 2012), registradas no Resultado Financeiro. A contraparte da operação de derivativos foi o banco Santander – ABN, os contratos foram de swap cambial e de taxa de juros, e foram liquidados no segundo trimestre de 2013.

A Companhia possui um Comitê e Gestão de Riscos Financeiros, criado com o objetivo de monitorar os Riscos Financeiros, relativos à volatilidade e tendências dos índices de inflação, taxas de câmbio e taxas de juros, que afetam suas transações financeiras, e as quais poderiam afetar, negativamente, a liquidez e lucratividade. Esse Comitê objetiva, ao implementar Planos de ação, a fixação de Diretrizes para operação proativa no ambiente de Riscos Financeiros.

Metodologia de Cálculo do Valor Justo das Posições

O cálculo do valor justo dos instrumentos financeiros foi elaborado, considerando as cotações de Mercado do papel ou informações de Mercado, que possibilitem tal cálculo, bem como as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de Mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento, trazido a valor presente pelo fator de desconto, obtido da curva de juros de Mercado, em Reais.

O quadro, a seguir, apresenta os Instrumentos Derivativos, contratados pela Controlada, Cemig Distribuição em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012.

Direito da Companhia	Obrigação da Companhia	Período de Vencimento	Mercado de Negociação	Valor Principal Contratado	Ganho (Perda) Realizado		Valor Recebido	Valor Pago
					30/06/2013	31/12/2012 Reapresentado	30/06/2013	30/06/2013
US\$ variação cambial + taxa (5,58% a.a. a 7,14% a.a.)	R\$ 100% do CDI + taxa (1,5% a.a. a 3,01% a.a.)	De 04/2009 até 06/2013	Balcão	US\$8.168	(228)	(23.823)	-	(24.051)
Taxa de 11,47% a.a.	Taxa de 96% de CDI	Vencimento em 10/05/2013	Balcão	R\$600.000	1.233	44.268	45.501	-
					1.005	20.445		

A contraparte da operação de derivativos foi o banco Santander – ABN, os contratos foram de *swap* cambial e de taxa de juros, e foram liquidados no segundo trimestre de 2013.

Valor e tipo de margens dadas em garantia

A Companhia não deposita margens de garantias para os Instrumentos Derivativos.

a) Administração de Capital

A comparação do passivo líquido da Companhia em relação ao seu patrimônio líquido ao final em 30 de junho de 2013 é apresentada a seguir:

	30/06/2013	31/12/2012 Reapresentado
Total do Passivo	17.669.426	21.019.885
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	(1.630.058)	(1.919.125)
(-) Fundos Vinculados	(101.933)	(132.493)
Passivo Líquido	15.937.435	18.968.267
Total do Patrimônio Líquido	12.408.516	11.549.996
Relação Passivo Líquido sobre Capital Ajustado	1,28	1,64

28. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO

A companhia adota a mensuração a valor justo de seus ativos e passivos financeiros. Valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado** – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

- **Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial** – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

A seguir está um resumo dos instrumentos que são mensurados pelo seu valor justo:

Descrição	Saldo em 30 de junho de 2013	Valor justo em 30 de junho de 2013		
		Mercado Ativo – Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo – Técnica de Avaliação (Nível 2)	Sem Mercado Ativo – Título Patrimonial (Nível 3)
Ativos				
Títulos e Valores Mobiliários				
Certificados de Depósitos Bancários	60.726	-	60.726	-
Letras Financeiras - Bancos	857.896	-	857.896	-
Debêntures	53.867	-	53.867	-
Outros	11.764	-	11.764	-
	984.253	-	984.253	-
Fundos Vinculados	101.933	-	101.933	-
Ativos Financeiros da Concessão	5.481.522	-	-	5.481.522
	<u>6.567.708</u>	<u>-</u>	<u>1.086.186</u>	<u>5.481.522</u>

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Ativos Financeiros da Concessão: mensurados ao valor novo de reposição (VNR), equivalente ao valor justo, conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente com base no valor dos ativos em serviço pertencentes à concessão e que serão reversíveis no final da concessão.

A Companhia registrou os ativos financeiros da concessão pelo valor justo em 31 de dezembro de 2012. A movimentação dos ativos financeiros da concessão está demonstrada na nota explicativa nº 12.

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

29. EFEITOS DA MEDIDA PROVISÓRIA 579 DE 11 DE SETEMBRO DE 2012 (CONVERTIDA NA LEI DE Nº 12.783 DE 11 DE JANEIRO DE 2013)

Os principais efeitos da Lei 12.783 nas operações da Companhia estão demonstrados na nota explicativa nº 04 das Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012.

Conforme previsto no contrato de concessão da usina de Jaguará, a Companhia requereu a renovação da concessão, sendo que o Ministério das Minas e Energia, através de Despacho em 03 de maio de 2013, indeferiu o requerimento da Companhia, por entender que a solicitação foi feita de forma intempestiva em relação aos prazos definidos na Lei 12.783/13.

Em 20 de junho de 2013, a Cemig Geração e Transmissão obteve liminar no Mandado de Segurança interposto junto ao Superior Tribunal de Justiça, contra ato do Ministério de Minas e Energia de não analisar o requerimento de prorrogação do prazo de concessão da Usina Hidrelétrica de Jaguará. A liminar foi deferida pelo Ministro Relator Sérgio Kukina, de forma a assegurar que a Companhia permaneça operando Jaguará até o julgamento final da ação.

A presente decisão tem caráter preliminar não representando, ainda, a decisão do mérito da ação proposta que deverá ser objeto de análise por parte do egrégio STJ em data posterior.

30. REAJUSTE TARIFÁRIO ANUAL E REVISÃO TARIFÁRIA

Resultado da 3ª Revisão Tarifária da Cemig Distribuição

Em 08 de abril de 2013, a ANEEL divulgou o resultado da 3ª Revisão Tarifária da Controlada Cemig Distribuição. O resultado homologado pela ANEEL representou um reajuste tarifário de 3,06%, constituído de dois componentes: (i) Reposicionamento Tarifário Econômico de 0,47%, decorrente do aumento de 22,3% dos custos não gerenciáveis (Parcela A) e da redução de 26,5% dos custos gerenciáveis (Parcela B); e, (ii) Financeiros de 2,59%. Esse reajuste vigorará até abril de 2014.

Com a retirada dos componentes financeiros considerados no processo tarifário de 2012, de 2,34%, o efeito médio percebido pelos consumidores cativos foi de 2,99%. Este reajuste incidiu nas tarifas já reduzidas em 18,14%, decorrentes da Revisão Tarifária Extraordinária (RTE) anunciada em 24 de janeiro de 2013.

Conforme memória de cálculo recebida pela Cemig após homologação do resultado da Revisão Tarifária na reunião da Diretoria da ANEEL, a Base de Remuneração Regulatória Líquida foi de R\$5.511.768 e a Base de Remuneração Regulatória Bruta de R\$15.355.843. A Companhia ainda aguarda o julgamento de recursos interpostos junto à ANEEL, no qual manifesta sua discordância quanto a determinados critérios e valores adotados pela ANEEL na definição da BRR preliminar informada e que ainda não foi apreciado pela ANEEL. A Administração mantém sua expectativa de que, quando da apreciação desses recursos pela ANEEL, sejam revistos critérios e valores definidos pela ANEEL para a BRR, o que resultará num montante superior ao recentemente apresentado.”

31. EVENTOS SUBSEQUENTES

Celebração de Acordo de Investimentos

Em 8 de agosto de 2013, a Cemig GT aprovou a celebração de Acordo de Investimento juntamente com a Renova Energia S.A. (“Renova”), RR Participações S.A. (“RR”), Light Energia S.A. (“Light Energia”) e Chipley SP Participações S.A. (“Chipley”).

O Acordo de Investimento tem como objetivo regular a entrada da Cemig GT no bloco de controle da Renova através da subscrição e integralização pela Cemig GT de novas ações a serem emitidas pela Renova, bem como a estruturação da Chipley como veículo de crescimento, com participação da Cemig GT e da Renova, para o qual será cedido o Contrato de Compra e Venda de ações da Brasil PCH S.A. (CCVA Brasil PCH), celebrado entre Cemig GT e a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, em 14/06/2013.

O preço de emissão das ações da Renova será de R\$ 16,2266 por ação ordinária, nos termos do art. 170, §1º, I da Lei das S.A. sendo que a parcela do aumento do capital social da Renova a ser subscrita e integralizada pela Cemig GT será de R\$ 1.414.733, atualizados pela variação do CDI desde 31/12/2012.

A Companhia informa ainda que esta operação está sujeita a condições suspensivas e comerciais. Verificado o cumprimento de tais condições, será definido o exato valor do aumento de capital da Renova, ocasião na qual será celebrado novo acordo de acionistas para incluir a Cemig GT no bloco de controle da Renova juntamente com RR e Light Energia, cujo total de ações vinculadas na data de sua celebração representará no mínimo 51% do total das ações ordinárias da Renova.

Rescisão do Contrato de Concessão da UHE Itaocara

O Conselho de Administração da Cemig aprovou em 8 de agosto de 2013 o requerimento de rescisão do Contrato de Concessão nº 12/2001 (“Contrato de Concessão”) perante à Aneel, na forma do art. 4º - A da Lei nº 9.074/2005, introduzido pela Lei nº 12.839/2013.

O projeto inicial da UHE Itaocara (“Empreendimento”) enfrentou diversas restrições ambientais, tendo sido, inclusive, determinado o arquivamento de seu processo de licenciamento, uma vez que o IBAMA concluiu por sua inviabilidade. Entretanto, o Consórcio, ao longo dos últimos anos, buscou alternativas que viabilizassem ambientalmente o Empreendimento e revertessem os impedimentos então existentes, o que culminou na alteração do projeto, conforme Despacho ANEEL nº 3.634 de 06/09/2011, que definiu uma capacidade instalada de 145 MW. Desta forma, somente em dezembro de 2011 foi obtida a Licença Ambiental Prévia nº 428/2011 (“Licença Prévia”), dando início à etapa seguinte de busca da Licença Ambiental de Instalação, obtida finalmente em 29 de julho de 2013.

Diante do exposto, a decisão pelo requerimento de rescisão do Contrato de Concessão está baseada na impossibilidade de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato de Concessão, em virtude do indeferimento, pelo Ministério de Minas e Energia, do requerimento para alteração do prazo de vigência deste último - de forma que a contagem do prazo de 35 anos da concessão tivesse início a partir da data da obtenção da Licença Prévia - configurando assim a perda de 12 anos no prazo da concessão e comprometendo o tempo de receita necessário para o retorno do investimento.

Cumprê ressaltar que a Cemig tem a intenção de permanecer com o Contrato de Concessão em caso de superveniência de qualquer decisão do Poder Concedente ou da legislação que possibilite a viabilização financeira da exploração do Empreendimento. Não obstante, a Cemig poderá participar de futuro leilão que licitar novamente o Empreendimento, se julgar conveniente.

Por fim, a Companhia informa que a referida rescisão do Contrato de Concessão não ensejará ônus à Cemig Geração e Transmissão S/A, uma vez que lhe serão assegurados os direitos conferidos pelo art. 4º - A da Lei nº 9.074/2005, introduzido pela Lei nº 12.839/2013, quanto (i) à liberação das garantias de cumprimento das obrigações do Contrato de Concessão; (ii) ao não pagamento pelo Uso de Bem Público; e (iii) ao ressarcimento dos custos incorridos na elaboração de estudos ou projetos.

Homologação de Repasse dos Recursos de CDE

O Despacho ANEEL nº 2.701, de 29 de julho de 2013, fixou os valores dos recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) a serem repassados às concessionárias de distribuição de energia elétrica, pela Eletrobras, até 2 de agosto de 2013, referentes às competências de maio e junho de 2013 dos valores apurados de Risco Hidrológico, Exposição Involuntária e Encargo de Serviço do Sistema por razão de Segurança Energética. Foi fixado para a Controlada Cemig D o montante de R\$124.725, integralmente recebido no terceiro trimestre de 2013.

32. SEGMENTOS OPERACIONAIS

Os segmentos operacionais da Cemig refletem o marco regulatório do setor elétrico brasileiro, com diferentes legislações para os setores de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

A Companhia também atua nos mercados de gás, telecomunicações e outros negócios de menor impacto no resultado de suas operações.

Os segmentos mencionados acima refletem à gestão da Companhia e a sua estrutura organizacional e de acompanhamento de resultados. Em decorrência do marco regulatório do setor elétrico brasileiro, não existe segmentação por área geográfica.

Os custos e despesas operacionais referentes aos períodos de janeiro a junho de 2013 e 2012 estão apresentados de forma consolidada nas tabelas a seguir:

INFORMAÇÕES POR SEGMENTO EM 30 DE JUNHO DE 2013

DESCRIÇÃO	GERAÇÃO	TRANSMISSÃO	DISTRIBUIÇÃO	TELECOMUNICAÇÕES	GÁS	OUTRAS	ELIMINAÇÕES	TOTAL
ATIVO	9.414.330	3.555.932	12.411.430	330.427		14.427.100	(10.061.277)	30.077.942
INVESTIMENTOS	1.963.861	2.202.419	-	4.397	547.480	10.467.150	(9.479.485)	5.705.822
RECEITA	2.516.681	106.987	4.544.307	55.775		47.165	(154.331)	7.116.584
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA								
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS								
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(543.527)	-	(1.821.928)	-		(10)	90.755	(2.274.710)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(128.338)	(141)	(171.988)	-		-	46.375	(254.092)
Total Custos Operacionais com Energia Elétrica e Gás	(671.865)	(141)	(1.993.916)	-		(10)	137.130	(2.528.802)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS								
Pessoal	(118.307)	(58.005)	(493.153)	(5.997)		(30.270)	-	(705.732)
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	(18.641)	(9.014)	(37.333)	(676)		(5.919)	-	(71.583)
Obrigações Pós-Emprego	(12.749)	(6.222)	(59.420)	-		(5.523)	-	(83.914)
Materiais	(2.782)	(1.918)	(23.024)	(78)		(163)	-	(27.965)
Materia Prima Insumo	(51.717)	-	-	-		-	-	(51.717)
Serviços de Terceiros	(63.370)	(13.935)	(361.112)	(9.829)		(6.208)	15.451	(439.003)
Depreciação e Amortização	(155.727)	-	(213.116)	(15.304)		(215)	(2.763)	(387.125)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(62.853)	-	-	-		-	-	(62.853)
Provisões (Reversões) Operacionais	(5.972)	(2.929)	(73.423)	(17)		(30.957)	-	(113.298)
Custos de Construção	-	(43.579)	(421.826)	-		-	-	(465.405)
Outras Despesas Operacionais Líquidas	(29.521)	(9.149)	(108.905)	(8.950)		(18.496)	(2.077)	(177.098)
Total Custo de Operação	(521.639)	(144.751)	(1.791.312)	(40.851)		(97.751)	10.611	(2.585.693)
CUSTOS E DESPESAS TOTAIS								
	(1.193.504)	(144.892)	(3.785.228)	(40.851)		(97.761)	147.741	(5.114.495)
Resultado Operac. Antes do Res. De Equiv. Patrim. e Financeiro	1.323.177	(37.905)	759.079	14.924		(50.596)	(6.590)	2.002.089
Resultado de Equivalência Patrimonial	(1.024)	117.474	-	(8.753)	39.403	1.296.509	(1.193.027)	250.582
Ganho na Alienação das Ações da TBE		284.298						284.298
Lucro Não Realizado	-	-	-	-		(80.959)	-	(80.959)
Receita Financeira	43.815	12.113	145.764	2.156		78.991	-	282.839
Despesa Financeira	(142.557)	(118.158)	(310.566)	(2.119)		(24.561)	-	(597.961)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	1.223.411	257.822	594.277	6.208	39.403	1.219.384	(1.199.617)	2.140.888
Imposto de Renda e Contribuição Social	(456.139)	91.426	(124.683)	(3.732)		(91.852)	-	(584.980)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	39.602	(8.315)	(77.414)	(1.257)		(25.939)	-	(73.323)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	806.874	340.933	392.180	1.219	39.403	1.101.593	(1.199.617)	1.482.585

INFORMAÇÕES POR SEGMENTO EM 30 DE JUNHO DE 2012								
DESCRIÇÃO	GERAÇÃO	TRANSMISSÃO	DISTRIBUIÇÃO	TELECOMUNICAÇÕES	GÁS	OUTRAS	ELIMINAÇÕES	TOTAL
ATIVO	8.973.003	3.459.484	11.157.104	369.521		15.084.187	(9.329.873)	29.713.426
INVESTIMENTOS	849.742	2.048.380	-	4.397	508.077	11.611.041	(8.675.583)	6.346.054
RECEITA	2.064.101	224.636	4.471.887	58.810	-	30.258	(194.649)	6.655.043
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS								
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(243.024)	-	(1.780.889)	-	-	(17)	87.112	(1.936.818)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(135.798)	(105)	(391.911)	-	-	-	92.425	(435.389)
Total Custos Operacionais com Energia Elétrica e Gás	(378.822)	(105)	(2.172.800)	-	-	(17)	179.537	(2.372.207)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS								
Pessoal	(91.845)	(52.759)	(385.024)	(7.474)	-	(26.291)	-	(563.393)
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	(18.782)	(9.047)	(78.828)	35	-	(9.223)	-	(115.845)
Obrigações Pós-Emprego	(10.077)	(4.919)	(46.944)	-	-	(5.055)	-	(66.995)
Materiais	(4.354)	(2.500)	(21.895)	(75)	-	(391)	-	(29.215)
Matéria Prima Insumo	(163)	-	-	-	-	-	-	(163)
Serviços de Terceiros	(55.589)	(16.454)	(325.044)	(8.989)	-	(9.544)	13.645	(401.975)
Depreciação e Amortização	(178.602)	-	(176.471)	(16.042)	-	(200)	-	(371.315)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(94.848)	-	-	-	-	-	-	(94.848)
Provisões (Reversões) Operacionais	(5.326)	(2.652)	(54.408)	(10)	-	16.690	-	(45.706)
Custos de Construção	-	(42.528)	(542.426)	-	-	-	-	(584.954)
Outras Despesas Operacionais Líquidas	(27.885)	(11.371)	(94.260)	(8.341)	-	(17.741)	(3.343)	(162.941)
Total Custo de Operação	(487.471)	(142.230)	(1.725.300)	(40.896)	-	(51.772)	10.302	(2.437.350)
CUSTOS E DESPESAS TOTAIS								
	(866.293)	(142.335)	(3.898.100)	(40.896)	-	(51.772)	189.839	(4.809.557)
Resultado Operac. Antes do Res. De Equiv. Patrim. E Financeiro	1.197.808	82.301	573.787	17.914	-	(21.514)	(4.810)	1.845.486
Resultado de Equivalência Patrimonial	(12.323)	87.184	-	(9.414)	23.747	1.239.784	(1.091.292)	237.686
Receita Financeira	48.088	18.582	149.113	5.224	-	75.519	-	296.526
Despesa Financeira	(161.382)	(119.832)	(293.220)	(2.466)	-	(60.495)	-	(637.395)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	1.072.191	68.235	429.680	11.258	23.747	1.233.294	(1.096.102)	1.742.303
Imposto de Renda e Contribuição Social	(397.512)	7.173	(265.658)	(5.009)	-	(4.361)	-	(665.367)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	43.586	(831)	118.264	(1.901)	-	(434)	-	158.684
RESULTADO DO EXERCÍCIO	718.265	74.577	282.286	4.348	23.747	1.228.499	(1.096.102)	1.235.620

DESEMPENHO ECONOMICO-FINANCEIRO CONSOLIDADO

(Valores expressos em Milhares de Reais, exceto se indicados de outra forma)

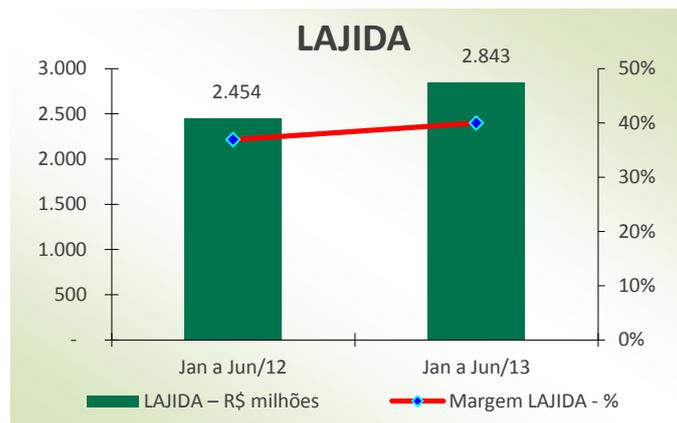
Resultado do Período

A Cemig apresentou, no primeiro semestre de 2013, um resultado de R\$1.482.585, em comparação ao resultado de R\$1.235.620, no primeiro semestre de 2012, um aumento de 19,99%. Este resultado deve-se, principalmente, ao aumento de 6,94% nas receitas operacionais, adicionado do ganho líquido na alienação da participação na TBE, compensado parcialmente pelo aumento nos custos com compra de energia elétrica e também pela despesa com pessoal, em função dos valores provisionados em 2013 referente ao Programa de Incentivo ao Desligamento - PID. As principais variações na receita, nos custos e despesas e resultado financeiro estão apresentadas na sequência deste relatório.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (LAJIDA)

O LAJIDA consolidado da Cemig apresentou um aumento de 15,84% no primeiro semestre de 2013 na comparação com o mesmo período de 2012:

LAJIDA - R\$ mil	30/06/2013	30/06/2012	Var. %
Resultado do Período	1.482.585	1.235.620	19,99
+ Despesa de IR e Contribuição Social	658.303	506.683	29,92
+ Resultado Financeiro Líquido	315.122	340.869	(7,55)
+ Amortização	387.125	371.315	4,26
= LAJIDA	2.843.135	2.454.487	15,83



LAJIDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Informações Contábeis Intermediárias observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável à medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

O aumento do LAJIDA consolidado no primeiro semestre de 2013, em comparação ao primeiro semestre de 2012, deve-se, principalmente, ao aumento de 12,70% na receita, compensado, parcialmente, pelo aumento de 8,76% nos custos e despesas operacionais (excluídos os efeitos das despesas com amortização). Em linha com o aumento do LAJIDA, a margem do LAJIDA passou de 36,88%, no primeiro semestre de 2012, para 39,95%, no primeiro semestre de 2013.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (incluindo a Receita de Uso da Rede – Consumidores Cativos)

A Receita com Fornecimento Bruto de Energia Elétrica foi de R\$7.000.636, no primeiro semestre de 2013, em comparação a R\$7.419.209, no primeiro semestre de 2012, representando uma redução de 5,64%.

No que se refere à venda para consumidores finais, foi de R\$6.081.124 no primeiro semestre de 2013, em comparação a R\$6.639.497 no mesmo período de 2012, representando uma redução de 8,41%. Os principais impactos na Receita, no primeiro semestre de 2013, decorreram dos seguintes fatores:

- redução tarifária média percebida pelos consumidores cativos da Cemig Distribuição de 18,14%, conforme Revisão Tarifária Extraordinária estabelecida pela Medida Provisória 579 de 11 de setembro de 2012, posteriormente convertida na Lei 12.783 de 11 de janeiro de 2013. As tarifas foram aplicadas de 24 de janeiro de 2013 a 07 de abril de 2013, quando ocorreu o final do processo de Revisão Tarifária Ordinária, prevista para ocorrer de 5 em 5 anos no contrato de concessão;
- redução de 2,44% na quantidade de energia elétrica fornecida a consumidores finais;
- reajuste tarifário anual com impacto médio nas tarifas dos consumidores cativos da Cemig Distribuição de 3,85%, a partir de 8 de abril de 2012 (feito integral em 2013);
- revisão tarifária com impacto médio nas tarifas dos consumidores cativos da Cemig Distribuição de 2,99%, a partir de 8 de abril de 2013.
- Reajuste nos contratos de venda de energia para consumidores livres em 2013, sendo a maior parte dos contratos indexados à variação do IGP-M.

Quantidade de Energia Vendida a Consumidores Finais (MWh) (Informações não revisadas pelos auditores independentes)

Consumo por Classe	MWh		
	30/06/2013	30/06/2012	Var %
Residencial	4.695.961	4.383.682	7,12
Industrial	11.183.632	12.359.505	(9,51)
Comércio, Serviços e Outros	3.031.893	2.850.431	6,37
Rural	1.335.075	1.264.667	5,57
Poder Público	426.126	409.577	4,04
Iluminação Pública	629.969	615.371	2,37
Serviço Público	609.795	578.059	5,49
Total	21.912.451	22.461.292	(2,44)

A redução de 9,51% na classe industrial deve-se ao desaquecimento das atividades do setor, que foi compensada, parcialmente, pelo aumento nas classes residencial, comércio, serviços e outros, decorrente, principalmente, da elevação na quantidade de consumidores, que cresceu 3,07% e 2,25% nessa ordem. Deve, também, ser ressaltado que em função do maior preço da energia no mercado atacadista em 2013, consequência do baixo nível dos reservatórios, parte da energia disponível para revenda migrou dos consumidores livres para a liquidação na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica).

Com relação à classe rural, um dos principais fatores para o crescimento de 5,57% foi a expressiva demanda de energia para irrigação, em função de condições climáticas atípicas para o período úmido, com baixos níveis de precipitação nos meses de fevereiro e março.

Receita com Suprimento a Outras Concessionárias

A quantidade de energia vendida a outras concessionárias foi de 7.659.519 MWh no primeiro semestre de 2013 comparados a 6.399.374 MWh no primeiro semestre de 2012, um aumento de 19,69%. A receita com energia vendida foi R\$919.512 no primeiro semestre de 2013 comparados a R\$779.712 no primeiro semestre de 2012. Não ocorreu alteração significativa no preço médio de venda da energia, que foi de R\$120,05 por MWh no primeiro semestre de 2013 em comparação a R\$121,84 por MWh no primeiro semestre de 2012.

Receita de Uso da Rede – Consumidores Livres

Refere-se à Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD), advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia vendida. No primeiro semestre de 2013, a receita foi de R\$571.724 comparada a R\$904.289 do mesmo período de 2012, o que representou uma redução de 36,78%. Esta variação decorre, principalmente, da redução na tarifa advinda da revisão tarifária da Cemig Distribuição, com impacto médio percebido pelos consumidores livres, de 33,22%, a partir de 08 de abril de 2013.

Transações com Energia na CCEE

Esta receita está associada às exposições líquidas da Cemig no mercado de curto prazo, que foi de R\$840.388 no primeiro semestre de 2013, em comparação a R\$224.551 no mesmo período de 2012, um aumento de 274,25%. Este resultado decorre, principalmente, de uma maior disponibilidade de energia para liquidação na CCEE no período, associado a alta verificada no preço médio do Preço de Liquidação de Diferenças (PLD), que foi de R\$288,24 por MWh de janeiro a junho de 2013 e R\$115,40 por MWh no mesmo período de 2012.

Receita de Concessão da Transmissão

A receita de Concessão da Transmissão foi de R\$205.327 no primeiro semestre de 2013 comparados a R\$330.042 no primeiro semestre de 2012, apresentando uma redução de 37,79%. Esta variação decorre, principalmente, da renovação das concessões de transmissão antigas da Companhia que, a partir de 2013, passaram a ser remuneradas apenas pela operação e manutenção da infraestrutura, conforme os termos da Medida Provisória nº 579 (convertida em Lei Federal nº 12.783/13).

Receita de Construção de Distribuição

As receitas de Construção de Infraestrutura de Distribuição foram de R\$421.826, no primeiro semestre de 2013, comparados a R\$542.426, do mesmo período de 2012, uma redução de 22,23%. Esta receita é integralmente compensada pelos Custos de Construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia no período em ativos da concessão.

Outras Receitas Operacionais

As outras receitas da Companhia apresentaram um aumento de 71,17% nos semestres comparados (R\$446.405 no primeiro semestre de 2013, em comparação a R\$260.801 no mesmo período de 2012). Esta variação foi ocasionada, principalmente, de repasse de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), para compensar os subsídios nas Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) que não foram incorporados à tarifa, no montante de R\$215.747 no primeiro semestre de 2013.

Impostos e Encargos Incidentes Sobre a Receita

Os impostos e encargos sobre a Receita no primeiro semestre de 2013 foram de R\$2.413.301, comparados a R\$3.068.803, do primeiro semestre de 2012, representando uma redução de 21,36%. Este resultado decorre, principalmente, da aplicação da Lei 12.783, de 11 de janeiro de 2013, quanto à redução dos encargos setoriais:

Conta de Consumo de Combustível (CCC)

Refere-se aos Custos de operação das Usinas Térmicas dos sistemas interligado e isolado brasileiro rateados, proporcionalmente ao mercado atendido, entre os concessionários de energia elétrica por meio de Resolução da ANEEL.

A partir de fevereiro de 2013, em função da Lei 12.783/13, a Companhia ficou isenta do recolhimento da Conta de Consumo de Combustível (CCC). Os encargos referentes à CCC foram de R\$25.487, referente a janeiro de 2013, comparados a R\$288.086, do primeiro semestre de 2012, representando uma redução de 91,15%.

Reserva Global de Reversão (RGR)

A Reserva Global de Reversão é uma cota anual embutida nos custos das concessionárias para geração de recursos para expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica, e os pagamentos são definidos por meio de Resolução da ANEEL.

A partir de fevereiro de 2013, a Cemig Distribuição ficou isenta do recolhimento da RGR. Dessa forma, os encargos referentes à RGR no primeiro semestre de 2013 foram de R\$60.173, comparados a R\$109.554 do mesmo período de 2012, representando uma redução de 45,07%.

Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

A Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) foi criada para promover a competitividade da energia gerada a partir de fontes alternativas, e os pagamentos são definidos por meio de Resolução da ANEEL.

Os encargos referentes à CDE foram de R\$65.743, no primeiro semestre de 2013, comparados a R\$248.967, do primeiro semestre de 2012, representando uma redução de 73,59%. A Lei 12.783 reduziu em 75,00% os encargos referentes à CDE.

Esse é um custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Os demais impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, das variações ocorridas na Receita.

Custos e Despesas Operacionais (excluindo Resultado Financeiro)

Os Custos e Despesas Operacionais (incluindo o Custo de Construção e excluindo o Resultado Financeiro) foram de R\$5.114.495, no primeiro semestre de 2013, comparados a R\$4.809.557, do primeiro semestre de 2012, representando um aumento de 6,34%. Mais informações sobre a composição dos Custos e Despesas Operacionais estão disponíveis na Nota Explicativa nº 24 destas Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas.

As principais variações, nas despesas, estão descritas a seguir:

Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão

Os Encargos de Uso da Rede de Transmissão totalizaram R\$254.092 no primeiro semestre de 2013, comparados a R\$435.389 no primeiro semestre de 2012, representando uma redução de 41,64%. Este resultado decorre da aplicação da Lei 12.783, de 11 de janeiro de 2013, que reduziu os encargos setoriais e também renovou concessões antigas de transmissão do setor elétrico, com a redução na remuneração das concessionárias, o que refletiu na diminuição dos encargos de transmissão.

Esta despesa refere-se aos encargos devidos, pelos agentes de Distribuição e Geração de energia elétrica, em face da utilização das Instalações, componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de Resolução pela ANEEL.

Este é um Custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Custo de Construção

Os Custos de Construção de Infraestrutura foram de R\$465.405, no primeiro semestre de 2013, comparados a R\$584.954, do mesmo período de 2012, uma redução de 20,44%. Este custo é integralmente compensado pela Receita de Construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia no período em ativos da concessão.

Pessoal

A despesa com Pessoal foi de R\$705.732 no primeiro semestre de 2013, comparados a R\$563.393 no primeiro semestre de 2012, representando um aumento de 25,26%. Este resultado decorre, principalmente, das adesões de empregados ao novo programa de desligamento da companhia, o Programa Incentivo ao Desligamento (PID), com uma provisão de R\$112.460 no resultado deste primeiro semestre de 2013.

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com Energia Elétrica Comprada para Revenda foi de R\$2.274.710 no primeiro semestre de 2013, comparada a R\$1.936.818 no primeiro semestre de 2012, um aumento de 17,45%. Os principais impactos decorrem dos seguintes fatores:

- maior compra de energia no ambiente livre em 2013, uma variação de R\$257.915, em função da maior atividade de comercialização, associado ao maior custo de aquisição em função do aumento do preço da energia no mercado brasileiro;
- este aumento foi compensado, parcialmente, pela redução nos gastos com energia de curto prazo decorrente de exposição na CCEE, tendo em vista o ressarcimento pelo Governo Federal de parcela dos custos no montante de R\$848.332, conforme abaixo:
 - R\$489.491 decorrentes da redução do impacto do reajuste tarifário da Cemig Distribuição, limitado em 3,00% pelo Governo Federal, com o recebimento à vista pela Cemig Distribuição de parcela dos gastos com compra de energia que foram superiores à receita no período de abril de 2012 à abril de 2013;
 - R\$358.841 em virtude do alívio das exposições financeiras da Companhia no mercado de curto prazo, que cobriu o déficit tarifário relativo ao risco hidrológico decorrente das cotas, à exposição involuntária decorrente da não adesão à prorrogação das concessões e ao Encargo de Serviço de Sistema (ESS-Segurança Energética).
- aumento de 8,85% na despesa com energia adquirida em leilão, que foi de R\$962.842 no primeiro semestre de 2013, comparados a R\$884.574 no mesmo período de 2012, decorrente dos contratos por disponibilidade, em virtude dos gastos com combustível para geração de energia elétrica pelas usinas termelétricas;
- alocação, para as distribuidoras do Sistema Interligado Nacional (SIN), de cotas de garantia física de energia e de potência das usinas cuja concessão foi renovada nos termos da Lei 12.783, de 11 de janeiro de 2013;
- aumento de 14,50% na despesa com energia proveniente de Itaipu Binacional, indexada ao Dólar, que foi de R\$477.732 no primeiro semestre de 2013, comparados a R\$417.243 no mesmo período de 2012, em decorrência, dentre outros fatores, da desvalorização do Real frente ao Dólar no primeiro semestre de 2013, comparada a uma valorização no mesmo período de 2012. O Dólar médio relativo às faturas no primeiro semestre de 2013 foi de R\$1,917, em comparação a R\$2,038 do mesmo período de 2012, o que representou uma variação de 6,28%;

Provisões Operacionais

As Provisões Operacionais foram de R\$113.298, no primeiro semestre de 2013, comparados a R\$45.706, do mesmo período de 2012, um aumento de 147,88%. Esta variação decorre, principalmente, da constituição, em 30 de junho de 2013, de provisão relativa a ação regulatória onde se discute a mensuração de indicadores de qualidade na prestação do serviço de distribuição de energia elétrica, no montante de R\$18.772, e também do aumento de R\$80.195 nas provisões trabalhistas. O aumento nas provisões trabalhistas decorre do maior volume e revisão da expectativa de perdas de ações desta natureza no período, parcialmente, compensado pela reversão de provisões relativas a diversos processos discutindo relações de consumo, em virtude, principalmente, da reavaliação da probabilidade de perda, baseada na opinião dos assessores jurídicos da Companhia.

Obrigações Pós-Emprego

As Obrigações Pós-Emprego foram de R\$83.914, no primeiro semestre de 2013, comparados a R\$66.995, do mesmo período de 2012, um aumento de 25,25%. A despesa reflete basicamente a atualização financeira da obrigação e esta variação decorre, principalmente, da redução da taxa de desconto nas obrigações atuariais a partir de 31/12/2012 (3,66% em 2012 comparado a 5,53% em 2011), o que teve como consequência o aumento nas obrigações atuariais registradas pela Companhia a partir daquela data.

Ganho nas Transferências das Ações da TBE

No primeiro semestre de 2013, a Companhia apresentou ganho líquido no valor de R\$284.298. Este valor corresponde à baixa do investimento no grupo TBE tendo em vista a transferência, em 31 de maio de 2013, da totalidade das participações acionárias detidas pela CEMIG GT para a Taesa.

Resultado Financeiro Líquido

O Resultado Financeiro Líquido, no primeiro semestre de 2013, foi uma Despesa Financeira Líquida de R\$315.122, comparada a uma Despesa Financeira Líquida de R\$340.869 no mesmo período de 2012, uma redução de 7,55%. Os itens que compõem o Resultado Financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- aumento de 6,64% na renda de aplicação financeira, que foi de R\$105.326 no primeiro semestre de 2013, comparados a R\$98.764 do mesmo período de 2012, decorrente do maior volume de recursos disponíveis para aplicação em 2013;

- aumento de 23,96% nos acréscimos moratórios de contas de energia, que foi de R\$87.602 no primeiro semestre de 2013, em comparação a R\$70.671 do mesmo período de 2012, decorrente, principalmente, do Termo de Acordo e Reconhecimento de Dívida com grande cliente, pelo não pagamento dos encargos de Uso do Sistema de Distribuição no período compreendido entre abril de 2003 a dezembro de 2004;
- redução de 44,38% na atualização monetária das Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais, no montante de R\$43.547 no primeiro semestre de 2013, comparados a R\$78.291 no primeiro semestre de 2012, em função da antecipação do pagamento integral das obrigações no primeiro trimestre de 2013;
- redução de 19,23% nos encargos de Empréstimos e Financiamentos, no montante de R\$335.289 no primeiro semestre de 2013, comparados a R\$415.128 do mesmo período de 2012, decorrente, basicamente, da redução no volume de captação de recursos indexados ao CDI;
- aumento de 64,82% nas variações monetárias com Empréstimos e Financiamentos, no montante de R\$123.801 no primeiro semestre de 2013, comparados a R\$75.112 do mesmo período de 2012. Este resultado decorre do maior volume de captações no primeiro trimestre de 2013 indexadas à índices de inflação, vinculado ao aumento do IPCA no período.

Vide a composição das Receitas e Despesas Financeiras na Nota Explicativa nº 25 destas Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Cemig apurou, no primeiro semestre de 2013, despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$658.303 em relação ao Resultado Antes dos Impostos de R\$2.140.888, representando um percentual de 30,75%. No primeiro semestre de 2012, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$506.683 em relação ao Resultado Antes dos Impostos de R\$1.742.303, representando um percentual de 29,08%. As taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 8 destas Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS SEGUNDOS TRIMESTRES DE 2013 E 2012

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS SEGUNDOS TRIMESTRES DE 2013 E 2012

	Segundo Trim/2013	Segundo Trim/2012	Var. %
RECEITA	3.438.990	3.463.114	(0,70)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS			
Pessoal e Administradores	(262.802)	(266.455)	(1,37)
Participação de Empregados e Administradores no Resultado	(15.582)	(61.490)	(74,66)
Obrigações Pós-emprego	(41.957)	(33.497)	25,26
Materiais	(23.740)	(16.396)	44,79
Serviços de Terceiros	(249.302)	(198.869)	25,36
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(1.301.923)	(1.078.456)	20,72
Depreciação e Amortização	(184.140)	(173.935)	5,87
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(28.812)	(45.875)	(37,19)
Provisões Operacionais	(71.060)	23.738	(399,35)
Custo de Construção de Infraestrutura	(261.057)	(360.461)	(27,58)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(127.867)	(217.739)	(41,28)
Outras Despesas Líquidas	(90.245)	(81.784)	10,35
	<u>(2.658.487)</u>	<u>(2.511.219)</u>	<u>5,86</u>
Resultado de Equivalência Patrimonial	84.424	88.343	(4,44)
Lucros não realizados	(80.959)	-	-
Ganho nas Transferências das Ações da TBE	284.298	-	-
Resultado antes do Resultado Financeiro	1.068.266	1.040.238	2,69
Receitas Financeiras	144.450	143.172	0,89
Despesas Financeiras	(296.036)	(324.853)	(8,87)
Resultado antes dos Impostos	916.680	858.557	6,77
Imposto de Renda e Contribuição Social	(246.590)	(338.140)	(27,07)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(52.852)	83.815	(163,06)
Resultado do Período	617.238	604.232	2,15
Lucro Líquido Básico e Diluído por ação ordinária	0,6414	0,6279	

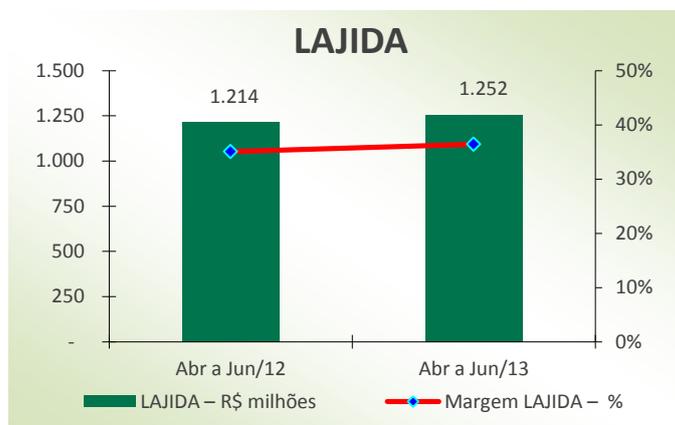
Resultado do Período

A Cemig apresentou, no segundo trimestre de 2013, um resultado de R\$617.238, em comparação ao resultado de R\$604.232, no segundo trimestre de 2012, um aumento de 2,15%. Este resultado deve-se, principalmente, ao ganho líquido obtido na transferência do investimento nas empresas TBE para a Taesa, compensado parcialmente pelo aumento nos custos com compra de energia elétrica. As principais variações na receita, nos custos e despesas e resultado financeiro estão apresentadas na sequência deste relatório.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (LAJIDA)

O LAJIDA consolidado da Cemig apresentou um aumento de 3,15% no segundo trimestre de 2013 na comparação com o mesmo período de 2012:

LAJIDA - R\$ mil	Segundo Trim/2013	Segundo Trim/2012	Var. %
Resultado do Período	617.238	604.232	2,15
+ Despesa de IR e Contribuição Social	299.442	254.325	17,74
+ Resultado Financeiro Líquido	151.586	181.681	(16,56)
+ Amortização	184.140	173.935	5,87
= LAJIDA	1.252.406	1.214.173	3,15



LAJIDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Informações Contábeis Intermediárias observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável à medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

O aumento do LAJIDA consolidado no segundo trimestre de 2013, em comparação ao segundo trimestre de 2012, deve-se, principalmente, ao ganho líquido na alienação de participação no grupo TBE, compensado, parcialmente, pelo aumento de 5,86% nos custos e despesas operacionais (excluídos os efeitos das despesas com amortização). Em linha com o aumento do LAJIDA, a margem do LAJIDA passou de 35,06%, no segundo trimestre de 2012, para 36,42%, no segundo trimestre de 2013.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (incluindo a Receita de Uso da Rede – Consumidores Cativos)

A Receita com Fornecimento Bruto de Energia Elétrica foi de R\$3.533.238, no segundo trimestre de 2013, em comparação a R\$3.794.898, no segundo trimestre de 2012, representando uma redução de 6,90%.

No que se refere à venda para consumidores finais, foi de R\$3.081.447 no segundo trimestre de 2013, em comparação a R\$3.401.588 no mesmo período de 2012, representando uma redução de 9,41%. Os principais impactos na Receita, no segundo trimestre de 2013, decorreram dos seguintes fatores:

- redução tarifária média percebida pelos consumidores cativos da Cemig Distribuição de 18,14%, conforme Revisão Tarifária Extraordinária estabelecida pela Medida Provisória 579 de 11 de setembro de 2012, posteriormente convertida na Lei 12.783 de 11 de janeiro de 2013. As tarifas foram aplicadas de 24 de janeiro de 2013 a 07 de abril de 2013, quando ocorreu o final do processo de Revisão Tarifária Ordinária, prevista para ocorrer de 5 em 5 anos no contrato de concessão;
- redução de 3,06% na quantidade de energia elétrica fornecida a consumidores finais;
- reajuste tarifário anual com impacto médio nas tarifas dos consumidores cativos da Cemig Distribuição de 3,85%, a partir de 8 de abril de 2012 (feito integral em 2013);
- revisão tarifária com impacto médio nas tarifas dos consumidores cativos da Cemig Distribuição de 2,99%, a partir de 8 de abril de 2013.
- Reajuste nos contratos de venda de energia para consumidores livres em 2013, sendo a maior parte dos contratos indexados à variação do IGP-M.

Quantidade de Energia Vendida a Consumidores Finais (MWh) (Informações não revisadas pelos auditores independentes)

Consumo por Classe	MWh		
	Segundo Trim/2013	Segundo Trim/2012	Var %
Residencial	2.383.392	2.197.817	8,44
Industrial	5.683.850	6.343.741	(10,40)
Comércio, Serviços e Outros	1.503.197	1.415.086	6,23
Rural	702.258	701.811	0,06
Poder Público	217.861	214.249	1,69
Iluminação Pública	320.156	306.101	4,59
Serviço Público	305.469	288.652	5,83
Total	11.116.183	11.467.457	(3,06)

A redução de 10,40% na classe industrial deve-se ao desaquecimento das atividades do setor, que foi compensada, parcialmente, pelo aumento nas classes residencial, comércio, serviços e outros. Deve, também, ser ressaltado que em função do maior preço da energia no mercado atacadista em 2013, consequência do baixo nível dos reservatórios, parte da energia disponível para revenda migrou dos consumidores livres para a liquidação na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica).

Receita com Suprimento a Outras Concessionárias

A quantidade de energia vendida a outras concessionárias foi de 3.775.989 MWh no segundo trimestre de 2013 comparados a 3.093.110 MWh no segundo trimestre de 2012, um aumento de 22,08%. A receita com energia vendida foi R\$451.791 no segundo trimestre de 2013 comparados a R\$393.310 no segundo trimestre de 2012. O preço médio de venda da energia foi de R\$119,65 por MWh no segundo trimestre de 2013, em comparação a R\$127,16 por MWh no segundo trimestre de 2012, uma redução de 5,90%.

Receita de Uso da Rede – Consumidores Livres

Refere-se à Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD), advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia vendida. No segundo trimestre de 2013, a receita foi de R\$220.163 comparada a R\$457.839 do mesmo período de 2012, o que representou uma redução de 51,91%. Esta variação decorre, principalmente, da redução na tarifa advinda da revisão tarifária da Cemig Distribuição, com impacto médio percebido pelos consumidores livres, de 33,22%, a partir de 08 de abril de 2013.

Transações com Energia na CCEE

Esta receita está associada às exposições líquidas da Cemig no mercado de curto prazo, que foi de R\$261.641 no segundo trimestre de 2013, em comparação a R\$106.074 no mesmo período de 2012, um aumento de 146,66%. Este resultado decorre, principalmente, de uma maior disponibilidade de energia para liquidação na CCEE no período adicionado ao maior preço da energia no mercado de energia de curto prazo, consequência do baixo nível dos reservatórios em 2013.

Receita de Concessão da Transmissão

A receita de Concessão da Transmissão foi de R\$115.629 no segundo trimestre de 2013 comparados a R\$160.483 no segundo trimestre de 2012, apresentando uma redução de 27,95%. Esta variação decorre, principalmente, da renovação das concessões de transmissão antigas da Companhia que, a partir de 2013, passaram a ser remuneradas apenas pela operação e manutenção da infraestrutura, conforme os termos da Medida Provisória nº 579 (convertida em Lei Federal nº 12.783/13).

Receita de Construção de Distribuição

As receitas de Construção de Infraestrutura de Distribuição foram de R\$235.118, no segundo trimestre de 2013, comparados a R\$341.471, do mesmo período de 2012, uma redução de 31,15%. Esta receita é integralmente compensada pelos Custos de Construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia no período em ativos da concessão.

Outras Receitas Operacionais

As outras receitas da Companhia apresentaram um aumento de 110,56% nos semestres comparados (R\$246.979 no segundo trimestre de 2013, em comparação a R\$117.298 no mesmo período de 2012). Esta variação foi ocasionada, principalmente, pelo repasse de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), para compensar os subsídios nas Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) que não foram incorporados à tarifa, no montante de R\$136.026 no segundo trimestre de 2013.

Impostos e Encargos Incidentes Sobre a Receita

Os impostos e encargos sobre a Receita no segundo trimestre de 2013 foram de R\$1.199.718, comparados a R\$1.533.939, do segundo trimestre de 2012, representando uma redução de 21,79%. Este resultado decorre, principalmente, da aplicação da Lei 12.783, de 11 de janeiro de 2013, quanto à redução dos encargos setoriais:

Conta de Consumo de Combustível (CCC)

Refere-se aos Custos de operação das Usinas Térmicas dos sistemas interligado e isolado brasileiro rateados, proporcionalmente ao mercado atendido, entre os concessionários de energia elétrica por meio de Resolução da ANEEL.

A partir de fevereiro de 2013, em função da Lei 12.783/13, a Companhia ficou isenta do recolhimento da Conta de Consumo de Combustível (CCC), comparado a R\$118.602, do segundo trimestre de 2012.

Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

A Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) foi criada para promover a competitividade da energia gerada a partir de fontes alternativas, e os pagamentos são definidos por meio de Resolução da ANEEL.

Os encargos referentes à CDE foram de R\$32.307, no segundo trimestre de 2013, comparados a R\$124.249, do segundo trimestre de 2012, representando uma redução de 74,00%. A Lei 12.783 reduziu em 75,00% os encargos referentes à CDE.

Os demais impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, das variações ocorridas na Receita.

Custos e Despesas Operacionais (excluindo Resultado Financeiro)

Os Custos e Despesas Operacionais (incluindo o Custo de Construção e excluindo o Resultado Financeiro) foram de R\$2.658.487, no segundo trimestre de 2013, comparados a R\$2.511.219, do segundo trimestre de 2012, representando um aumento de 5,86%. Mais informações sobre a composição dos Custos e Despesas Operacionais estão disponíveis na Nota Explicativa nº 23 destas Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas.

As principais variações, nas despesas, estão descritas a seguir:

Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão

Os Encargos de Uso da Rede de Transmissão totalizaram R\$127.867 no segundo trimestre de 2013, comparados a R\$217.739 no segundo trimestre de 2012, representando uma redução de 41,28%. Este resultado decorre da aplicação da Lei 12.783, de 11 de janeiro de 2013, que reduziu os encargos setoriais e também renovou concessões antigas de transmissão do setor elétrico, com a redução na remuneração das concessionárias, o que refletiu na diminuição dos encargos de transmissão.

Esta despesa refere-se aos encargos devidos, pelos agentes de Distribuição e Geração de energia elétrica, em face da utilização das Instalações, componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de Resolução pela ANEEL.

Este é um Custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Custo de Construção

Os Custos de Construção de Infraestrutura foram de R\$261.057, no segundo trimestre de 2013, comparados a R\$360.461, do mesmo período de 2012, uma redução de 27,58%. Este custo é integralmente compensado pela Receita de Construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia no período em ativos da concessão.

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com Energia Elétrica Comprada para Revenda foi de R\$1.301.923 no segundo trimestre de 2013, comparada a R\$1.078.456 no segundo trimestre de 2012, um aumento de 20,72%. Os principais impactos decorrem dos seguintes fatores:

- maior compra de energia no ambiente livre em 2013, uma variação de R\$140.831, em função da maior atividade de comercialização, associado ao maior custo de aquisição em função do aumento do preço da energia no mercado brasileiro;
- redução nos gastos com energia de curto prazo decorrente de exposição na CCEE, tendo em vista o ressarcimento pelo Governo Federal de parcela dos custos no montante de R\$132.944;
- aumento de 9,80% na despesa com energia adquirida em leilão, que foi de R\$537.127 no segundo trimestre de 2013, comparados a R\$489.206 no mesmo período de 2012, decorrente dos contratos por disponibilidade, em virtude dos gastos com combustível para geração de energia elétrica pelas usinas termelétricas;
- alocação, para as distribuidoras do Sistema Interligado Nacional (SIN), de cotas de garantia física de energia e de potência das usinas cuja concessão foi renovada nos termos da Lei 12.783, de 11 de janeiro de 2013;
- aumento de 9,02% na despesa com energia proveniente de Itaipu Binacional, indexada ao Dólar, que foi de R\$246.738 no segundo trimestre de 2013, comparados a R\$226.332 no mesmo período de 2012, em decorrência, dentre outros fatores, da desvalorização do Real frente ao Dólar no segundo trimestre de 2013, comparada a uma valorização no mesmo período de 2012. O Dólar médio relativo às faturas no segundo trimestre de 2013 foi de R\$2,019, em comparação a R\$2,082 do mesmo período de 2012, o que representou uma variação de 3,11%;

Provisões Operacionais

As despesas com Provisões Operacionais foram de R\$71.060, no segundo trimestre de 2013, comparadas a uma recuperação de despesas de R\$23.738, do mesmo período de 2012. Esta variação decorre, principalmente:

- da constituição, no 2º trimestre de 2013, de provisão relativa a ação regulatória onde se discute a mensuração de indicadores de qualidade na prestação do serviço de distribuição de energia elétrica, no montante de R\$18.772; e,
- do aumento de R\$41.845 nas provisões trabalhistas, em função do maior volume e revisão da expectativa de perdas de ações desta natureza no período;

- a reversão de despesas, classificadas como outras, ocorrida no segundo trimestre de 2012 em função, principalmente, da reavaliação da probabilidade de perda de diversos processos discutindo relações de consumo, baseada na opinião dos assessores jurídicos da Companhia.

Obrigações Pós-Emprego

As Obrigações Pós-Emprego foram de R\$41.957, no segundo trimestre de 2013, comparados a R\$33.497, do mesmo período de 2012, um aumento de 25,26%. A despesa reflete basicamente a atualização financeira da obrigação e esta variação decorre, principalmente, da redução da taxa de desconto nas obrigações atuariais a partir de 31 de dezembro de 2012 (3,66% em 2012 comparado a 5,53% em 2011), o que teve como consequência o aumento nas obrigações atuariais registradas pela Companhia a partir daquela data.

Ganho nas Transferências das Ações da TBE

No segundo trimestre de 2013, a Companhia apresentou ganho líquido no valor de R\$284.298. Este valor corresponde à baixa do investimento no grupo TBE tendo em vista a transferência, em 31 de maio de 2013, da totalidade das participações acionárias detidas pela CEMIG GT para a Taesa.

Resultado Financeiro Líquido

O Resultado Financeiro Líquido, no segundo trimestre de 2013, foi uma Despesa Financeira Líquida de R\$151.586, comparada a uma Despesa Financeira Líquida de R\$181.681 no mesmo período de 2012, uma redução de 16,56%. Os itens que compõem o Resultado Financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- aumento de 35,19% na renda de aplicação financeira, que foi de R\$70.739 no segundo trimestre de 2013, comparados a R\$52.326 do mesmo período de 2012, decorrente do maior volume de recursos disponíveis para aplicação em 2013;
- aumento de 29,61% nos acréscimos moratórios de contas de energia, que foi de R\$49.505 no segundo trimestre de 2013, em comparação a R\$38.195 do mesmo período de 2012, decorrente, principalmente, do Termo de Acordo e Reconhecimento de Dívida com grande cliente, pelo não pagamento dos encargos de Uso do Sistema de Distribuição no período compreendido entre abril de 2003 a dezembro de 2004;

- despesas com atualização monetária do Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais no montante de R\$34.732 no segundo trimestre de 2012. Em 2013 não ocorreu a receita em função da antecipação do pagamento integral das obrigações relativas ao Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais no primeiro trimestre de 2013;
- redução de 19,87% nos encargos de Empréstimos e Financiamentos, no montante de R\$159.024 no segundo trimestre de 2013, comparados a R\$198.456 do mesmo período de 2012, decorrente, basicamente, da redução no volume de captação de recursos indexados ao CDI;
- aumento de 31,80% nas variações monetárias com Empréstimos e Financiamentos, no montante de R\$58.487 no segundo trimestre de 2013, comparados a R\$44.374 do mesmo período de 2012. Este resultado decorre do maior volume de captações no primeiro trimestre de 2013 indexadas à índices de inflação, vinculado ao aumento do IPCA no período.

Vide a composição das Receitas e Despesas Financeiras na Nota Explicativa nº 25 destas Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Cemig apurou, no segundo trimestre de 2013, despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$299.442 em relação ao Resultado Antes dos Impostos de R\$916.680, representando um percentual de 32,67%. No segundo trimestre de 2012, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$254.325 em relação ao Resultado Antes dos Impostos de R\$858.557, representando um percentual de 29,62%. As taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 8 destas Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES SEGREGADAS POR EMPRESA

DEMONSTRAÇÕES SEGREGADAS POR EMPRESA EM 30 DE JUNHO DE 2013									
DESCRIÇÃO	HOLDING	CEMIG - GT	CEMIG - D	CEMIG TELECOM	SÁ CARVALHO	ROSAL	OUTRAS	ELIMINAÇÕES/ TRANSFERÊNCIAS	TOTAL
ATIVO	14.326.384	12.087.492	12.411.430	330.427	189.287	157.203	636.996	(10.061.277)	30.077.942
Caixa e Equivalentes de Caixa	397.373	514.791	611.077	45.058	14.715	12.534	33.922	588	1.630.058
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	1.204.331	833.845	521.163	3.431	17.348	10.468	239.403	-	2.829.989
Contas a Receber	-	647.848	1.627.580	-	6.451	4.693	25.438	(21.767)	2.290.243
Tributos	427.383	131.880	1.390.538	30.328	513	74	3.744	-	1.984.460
Outros Ativos	776.745	281.882	1.526.615	28.199	4.027	387	33.928	(568.901)	2.082.882
Investimentos/Imob/Intangível/Financeiro de Concessão	11.520.552	9.677.246	6.734.457	223.411	146.233	129.047	300.561	(9.471.197)	19.260.310
PASSIVO	14.326.384	12.087.492	12.411.430	330.427	189.287	157.203	636.996	(10.061.277)	30.077.942
Fornecedores e Suprimentos	14.573	166.504	871.777	10.328	316	439	8.057	(36.114)	1.035.880
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	-	4.099.276	5.246.942	36.090	-	-	80.875	-	9.463.183
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	1.418.731	256.475	119.947	-	31.748	17.619	118.662	(544.451)	1.418.731
Obrigações Pós-Emprego	211.722	608.365	1.857.138	-	-	-	-	-	2.677.225
Tributos	20.933	416.537	910.941	9.535	39.708	1.049	23.328	-	1.422.031
Outros Passivos	251.909	544.897	818.726	25.774	3.723	2.688	14.179	(9.520)	1.652.376
Patrimônio Líquido	12.408.516	5.995.438	2.585.959	248.700	113.792	135.408	391.895	(9.471.192)	12.408.516
RESULTADO									
Receita Operacional Líquida	161	2.476.132	4.544.307	55.775	29.293	22.616	142.631	(154.331)	7.116.584
Custos e Despesas Operacionais	(90.604)	(1.290.722)	(3.785.228)	(40.851)	(7.262)	(7.186)	(40.383)	147.741	(5.114.495)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-	(528.892)	(1.821.928)	-	(1.058)	(625)	(12.962)	90.755	(2.274.710)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	-	(125.159)	(171.988)	-	-	(865)	(2.455)	46.375	(254.092)
Pessoal	(26.563)	(175.061)	(493.153)	(5.997)	(578)	(673)	(3.707)	-	(705.732)
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	(5.495)	(27.482)	(37.333)	(676)	(122)	(51)	(424)	-	(71.583)
Obrigações Pós-Emprego	(5.523)	(18.971)	(59.420)	-	-	-	-	-	(83.914)
Materiais	(67)	(56.111)	(23.024)	(78)	(94)	(123)	(185)	-	(79.682)
Serviços de Terceiros	(4.281)	(64.602)	(361.112)	(9.829)	(1.298)	(1.592)	(11.740)	15.451	(439.003)
Depreciação e Amortização	(201)	(144.538)	(213.116)	(15.304)	(2.773)	(2.180)	(6.250)	(2.763)	(387.125)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	-	(59.863)	-	-	(1.073)	(843)	(1.074)	-	(62.853)
Provisões (Reversões) Operacionais	(30.957)	(8.929)	(73.423)	(17)	7	(7)	28	-	(113.298)
Custos de Construção	-	(43.579)	(421.826)	-	-	-	-	-	(465.405)
Outras Despesas Operacionais Líquidas	(17.517)	(37.535)	(108.905)	(8.950)	(273)	(227)	(1.614)	(2.077)	(177.098)
Resultado de Equivalência Patrimonial	1.335.912	116.450	-	(8.753)	-	-	-	(1.193.027)	250.582
Lucro Não Realizado	(80.959)	-	-	-	-	-	-	-	(80.959)
Ganho na Alienação das Ações da TBE	378.378	(94.080)	-	-	-	-	-	-	284.298
Receitas Financeiras	76.445	46.381	145.764	2.156	943	558	10.592	-	282.839
Despesas Financeiras	(24.414)	(256.951)	(310.566)	(2.119)	(222)	(37)	(3.652)	-	(597.961)
Resultado Antes dos Impostos	1.594.919	997.210	594.277	6.208	22.752	15.951	109.188	(1.199.617)	2.140.888
Imposto de Renda e Contribuição Social	(86.319)	(338.616)	(124.683)	(3.732)	(8.263)	(908)	(22.459)	-	(584.980)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(26.015)	30.796	(77.414)	(1.257)	541	(20)	46	-	(73.323)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	1.482.585	689.390	392.180	1.219	15.030	15.023	86.775	(1.199.617)	1.482.585

OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

(Informações não revisadas pelos Auditores Independentes)

Relações com Investidores

No ano de 2012, através de ações estratégicas com o objetivo de proporcionar aos investidores e acionistas uma correta avaliação dos nossos negócios e das nossas perspectivas de crescimento e agregação de valor, aumentamos a exposição da Cemig perante o mercado nacional e global de capitais.

Mantemos um fluxo de comunicação constante e proativo com o mercado investidor da Cemig reforçando nossa credibilidade, buscando aumentar o interesse e assegurar a satisfação do investidor em relação às ações da Companhia.

As divulgações dos nossos resultados são realizadas através de apresentações transmitidas via vídeo webcast e teleconferência, com tradução simultânea para o inglês, sempre contando com a presença de membros da Diretoria Executiva, desenvolvendo um relacionamento cada vez mais transparente e em consonância com as melhores práticas de governança corporativa.

Para atender aos nossos acionistas distribuídos em mais de 40 países e facilitar a melhor cobertura dos investidores, a Cemig esteve presente no Brasil e no exterior em inúmeros seminários, conferências e encontros com investidores; congressos; Road shows; Money Shows; Expomoney, além de ter promovido teleconferências e videoconferências com analistas, investidores e demais interessados do mercado de capitais.

Realizamos no final de maio, pelo 18º ano consecutivo, o nosso já tradicional Encontro Cemig x Mercado de capitais e Investidores juntamente com a Associação dos Analistas e Profissionais de Investimentos do Mercado de Capitais – Apimec, na cidade de Uberlândia - MG, onde esses profissionais tiveram a oportunidade de interagir com os Diretores e principais executivos da Companhia.

Governança Corporativa

Nosso modelo de governança corporativa é baseado em princípios de transparência, equidade e prestação de contas, tendo, entre suas principais características, a definição clara dos papéis e responsabilidades do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva na formulação, aprovação e execução das políticas e diretrizes referentes à condução dos negócios da Companhia.

Buscamos o desenvolvimento sustentável da Empresa pelo equilíbrio entre os aspectos econômicos, financeiros, ambientais e sociais de nossos empreendimentos, com o intuito de aprimorar o relacionamento com os nossos acionistas, clientes, colaboradores, sociedade e demais “stakeholders”.

As ações preferenciais (“CMIG4”) e ordinárias (“CMIG3”) da Cemig estão listadas no Nível 1 de governança corporativa da Bovespa desde 2001, garantindo a nossos acionistas melhorias na prestação de informações e maior dispersão acionária. Ademais, por ter American Depositary Receipts (ADRs) listados na NYSE (Bolsa de Nova Iorque), com lastro de ações PN (“CIG”) e ON (“CIG.C”), nossa Companhia também está sujeita à regulamentação da Securities and Exchange Commission (SEC) e ao Manual de Companhias Listadas na NYSE (Bolsa de Nova Iorque). Possuímos, também, ações preferenciais (“XCMIG”) listadas na LATIBEX (Bolsa de Madri) desde 2002.

Ressaltamos que nossos processos relevantes, relacionados com as Demonstrações Financeiras Consolidadas, estão adequados aos requisitos da seção 404 da lei americana Sarbanes Oxley desde o final de 2006.

Nosso estatuto inclui metas do Plano Diretor e de política de dividendos, conforme a seguir:

- endividamento consolidado da Companhia igual ou inferior a duas vezes o LAJIDA;
 - relação consolidada de endividamento medida por “dívida líquida / (dívida líquida + patrimônio líquido)”, limitada a 40%;
 - saldo consolidado dos recursos registrados em ativo circulante igual a, no máximo, 5% do LAJIDA;
 - montante dos recursos destinados a investimentos de capital, por exercício social, limitado a, no máximo, 40% do LAJIDA;
 - investimento apenas em projetos de distribuição, geração e transmissão que ofereçam taxas internas de retorno reais mínimas iguais ou superiores àquelas previstas no Plano Diretor, ressalvadas as obrigações legais;
 - manutenção das despesas da Cemig Distribuição S.A. e de qualquer controlada que exerça a atividade de distribuição de energia elétrica, em montantes não superiores aos montantes reconhecidos nos reajustes e revisões tarifárias;
- Essas metas, mediante prévia aprovação do Conselho de Administração, poderão ser ultrapassadas por motivos conjunturais, até os seguintes limites:
- endividamento consolidado da Companhia em valor igual ou inferior a 2,5 vezes o LAJIDA;
 - relação consolidada de endividamento medida por “dívida líquida / (dívida líquida + patrimônio líquido)”, limitada a 50%;
 - saldo consolidado dos recursos registrados em ativo circulante igual a, no máximo, 10% do LAJIDA.

Conselho de Administração

Reuniões

O Conselho de Administração reuniu-se 29 vezes durante o ano de 2012 para planejamento estratégico, projetos, aquisições de novos ativos, investimentos diversos, dentre outros assuntos.

Composição, eleição e mandato

O atual mandato do Conselho de Administração iniciou-se na AGO realizada em 27 de abril de 2012, por intermédio do mecanismo de voto múltiplo. Sua última movimentação ocorreu na AGOE realizada em 30/04/2013, que elegeu a atual composição, conforme artigo 141 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e posteriores alterações.

O mandato dos atuais membros do Conselho de Administração expira na Assembleia Geral Ordinária a se realizar em 2014.

Principais responsabilidades e atribuições:

Além das responsabilidades e atribuições definidas em Lei, cabe ao Conselho de Administração:

- deliberação, prévia à celebração, sobre os contratos entre a Cemig e qualquer de seus acionistas ou controladores destes;
- deliberação sobre alienação de bens, empréstimos, financiamentos, constituição de ônus reais sobre bens do ativo permanente, garantias a terceiros, bem como atos ou outros negócios jurídicos de valor igual ou superior a R\$ 14 milhões;
- autorização da emissão de títulos, no mercado interno ou externo, para a captação de recursos;
- aprovação do Plano Diretor e de suas revisões, do Plano Plurianual e Estratégico e suas revisões e do Orçamento anual.

Comitês

Constituídos por membros do Conselho de Administração para analisar e discutir previamente as matérias a serem deliberadas naquele fórum, a saber:

1. Comitê de Apoio ao Conselho de Administração;
2. Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade;
3. Comitê de Recursos Humanos;
4. Comitê de Estratégia;

5. Comitê de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas; e,
6. Comitê de Finanças, Auditoria e Riscos.

Qualificação e remuneração

O Conselho de Administração é integrado por membros com formação em diversas áreas (Administração de Empresas, Engenharia, Advocacia, Economia e outras), com grande experiência na gestão de negócios. O montante global ou individual da remuneração do Conselho de Administração será fixado pela Assembleia Geral, em conformidade com a legislação vigente.

Informações sobre a composição do Conselho de Administração e o Curriculum Vitae de seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>.

Comitê de Auditoria

Além das atribuições previstas na Lei 6404, no que se refere aos requisitos da Lei Sarbanes Oxley, à qual estamos sujeitos por termos nossas ações registradas na Securities and Exchange Commission – SEC, órgão regulador do mercado de capitais dos EUA, optamos por exercer a isenção permitida pelo Exchange Act, regra 10-3A e regulamentada pela publicação da SEC, release 82-1234, que aceita a atuação do Conselho Fiscal como alternativa ao Comitê de Auditoria conforme definido pela Lei Sarbanes Oxley.

Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva é composta por onze membros que têm suas funções individuais estabelecidas no estatuto social da Companhia, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração para mandatos de três anos, podendo ser reeleitos.

É permitido o exercício do cargo concomitante e não remunerado em cargos de administração de subsidiárias integrais, controladas e coligadas da Cemig, a critério de seu conselho de administração, competindo-lhes, porém, obrigatoriamente, o exercício dos cargos correspondentes na Cemig Geração e Transmissão S.A. e na Cemig Distribuição S.A.

O mandato dos atuais diretores expira na 1ª reunião do Conselho de Administração que se realizará após a Assembleia Geral Ordinária de 2015.

A composição da Diretoria Executiva e informações curriculares sobre os seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>.

Os diretores têm responsabilidades individuais estabelecidas pelo Conselho de Administração e Estatuto Social, como:

- Gestão corrente dos negócios da Empresa, obedecidos o Estatuto Social, o Plano Diretor, o Plano Plurianual e Estratégico e o Orçamento Anual;
- Deliberação sobre alienação de bens, empréstimos e financiamentos, constituição de ônus reais sobre bens do ativo permanente, garantias a terceiros, bem como atos ou outros negócios jurídicos de valor inferior a R\$14 milhões.

A Diretoria Executiva se reúne, normalmente, uma vez por semana. Em 2012 foram realizadas 56 reuniões.

Conselho Fiscal

Reuniões

No ano de 2012, foram realizadas 11 reuniões.

Composição, eleição e mandato

Temos um Conselho Fiscal permanente, composto por cinco membros efetivos e respectivos suplentes, eleitos pela Assembleia Geral Ordinária para mandato de um ano, podendo ser reeleitos, conforme abaixo:

- um eleito pelos detentores das ações preferenciais;
- um eleito pelos detentores das ações ordinárias que, não pertencendo ao grupo de controle, representem, no mínimo 10% do capital social; e,
- três eleitos pelo acionista majoritário.

A composição do Conselho Fiscal encontra-se disponível em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>.

Principais responsabilidades e atribuições:

Além das atribuições previstas na Lei 6404, de 15 de dezembro de 1976 e posteriores alterações, no que se refere aos requisitos da Lei Sarbanes Oxley, à qual estamos sujeitos por termos nossas ações registradas na Securities and Exchange Commission – SEC, órgão regulador do mercado de capitais dos EUA, optamos por exercer a isenção permitida pelo Exchange Act, regra 10-3A e regulamentada pela publicação da SEC, release 82-1234, que aceita a atuação do Conselho Fiscal como alternativa ao Comitê de Auditoria, conforme definido por aquela lei americana.

Qualificação e remuneração

O Conselho Fiscal é multidisciplinar, integrado por membros com diversas competências (Contabilidade, Economia, Administração de Empresas e outras). A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os elegeu, em consonância com a legislação vigente.

As informações curriculares sobre os seus membros encontram-se disponíveis em nosso site na internet: <http://ri.cemig.com.br>.

Lei Sarbanes-Oxley

A Cemig obteve a primeira certificação dos controles internos para mitigação dos riscos associados à elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras, emitido de acordo com a seção 404 da Lei Sarbanes-Oxley e normas do “Public Company Accounting Oversight Board” - PCAOB, que integra o Relatório Anual segundo o Formulário 20-F, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006, arquivado junto a Securities and Exchange Commission dos Estados Unidos - SEC, no dia 23/07/2007.

Gerenciamento de Riscos Corporativos

O gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das nossas práticas de Governança Corporativa. Para que seja mais eficaz e para que possa ser inserido mais facilmente na cultura da organização, procuramos fazer o alinhamento com o Processo de Planejamento Estratégico da Cemig, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Empresa. Quanto aos demais ciclos de gestão com os quais o gerenciamento de riscos corporativos se relaciona, podemos citar, entre outros, o Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade, atendimento à Lei Sarbanes Oxley, Comitê de Priorização do Orçamento, Auditoria Interna, Comitê de Gerenciamento de Riscos de Energia, Comitê de Riscos Seguráveis e Comitê de Controle e Gestão.

Foi implementada em 2003 a estrutura de gerenciamento de riscos corporativos na Cemig, tendo sido realizada, em 2004, a primeira revisão da matriz de riscos e em 2005/2006 a segunda revisão, com o objetivo de identificar alterações em relação ao nível de desempenho esperado de cada processo. Tem-se percebido uma melhoria na efetividade dos controles estratégicos, um comprometimento na implementação dos planos de ação mitigadores propostos e, conseqüentemente, a redução do impacto financeiro e da probabilidade de ocorrência de inúmeros riscos.

A mensuração de riscos para a Cemig definida é pela Metodologia ORCA, implementada em projeto com a participação de consultoria externa, fundamentada em quatro dimensões: objetivos, riscos, controles internos e alinhamento.

Visando garantir a integridade, a confidencialidade das informações e a agilidade do processo de revisão periódica da matriz de riscos corporativos, é utilizado o aplicativo Sistema de Gestão Integrada de Riscos – SGIR, o qual retrata a metodologia acima citada. Além disso, a Cemig dispõe de um site de acesso dos empregados com informações sobre o tema, o que possibilita o monitoramento dinâmico e contínuo dos riscos identificados pelos gestores.

Estrutura Funcional

A principal determinante para a opção da estrutura funcional adotada refere-se ao gerenciamento descentralizado pelos Gestores de Riscos, evidenciando o caráter corporativo e matricial da função, com o monitoramento centralizado pela Gerência de Gestão de Riscos Corporativos, a qual gera informações relevantes com visão sistêmica e atende às demandas do Comitê de Gerenciamento de Riscos Corporativos. O Comitê analisa e prioriza as ações estabelecidas pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva.

Desafios

Os principais desafios a serem enfrentados pelo gerenciamento de riscos corporativos na Cemig são:

- Aprimoramento da metodologia de cálculo de exposição financeira dos riscos, de modo que se possa proporcionar a maior objetividade possível à avaliação efetuada pelos gestores, oferecendo à Alta Direção maior segurança no processo de tomada de decisão. Os resultados esperados são a melhoria da qualidade das informações relacionadas à matriz e a garantia do cumprimento das diretrizes emanadas pela Política de Gerenciamento de Riscos Corporativos.
- Criação de relatórios-padrão, visando atender às necessidades de diversos níveis decisórios da empresa.

Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional

A aprovação, pelo Conselho de Administração da Cemig, em maio/2004, da Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional (<http://ri.cemig.com.br>), consolidada em 11 Princípios que traduzem condutas e valores éticos incorporados à nossa cultura, confirma um passo importante da Empresa no aprimoramento do sistema interno de governança corporativa e incremento à transparência empresarial.

A Comissão de Ética da Cemig foi criada, em 12 de agosto de 2004, para coordenar as ações em relação à gestão da “Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional”, incluindo avaliação e deliberação sobre possíveis descumprimentos deste documento.

Com a criação, em dezembro de 2006, do Canal de Denúncia, para uso exclusivo dos empregados e colaboradores da Cemig, a Comissão de Ética passou a receber denúncias anônimas, via canal aberto na intranet – Canal de Denúncia Anônima. Essas denúncias deverão envolver práticas irregulares contrárias ao interesse da Empresa, compreendendo: fraudes financeiras, inclusive adulteração, falsificação ou supressão de documentos financeiros, fiscais e contábeis; apropriação indevida de bens e recursos; recebimento de vantagens indevidas por dirigentes e empregados; contratações irregulares ou outras práticas consideradas ilegais.

Comissão de Ética

Foi constituída em 12 de agosto de 2004 e é composta por 3 membros titulares e 3 suplentes, sendo responsável pelo gerenciamento do Código de Conduta Profissional (interpretação, divulgação, aplicação e atualização).

A Comissão recebe e apura todas as denúncias de violação dos princípios éticos e normas de conduta, desde que apresentadas por documento escrito e assinado pelo interessado a ser encaminhado para o endereço: CEMIG – Av Barbacena 1200 SA/17º/B2, o qual deverá estar acompanhado da indicação dos meios de prova correspondentes (testemunhas, documentos ou outro meio idôneo). Pode ainda ser contatada através de e-mail ou telefone, amplamente divulgados entre os funcionários da Empresa.

Implantamos em dezembro de 2006 o Canal de Denúncias anônimas, disponível na intranet corporativa, e que tem como finalidade acolher, encaminhar e processar denúncias de práticas irregulares, como fraudes financeiras, apropriação indevida de bens, recebimento de vantagens irregulares e contratações ilegais. Esse canal representa mais um passo da companhia em direção a melhorar a transparência, correção e do próprio conceito de governança corporativa na CEMIG. A adesão deste instrumento de governança corporativa melhora a gestão de nossos empregados e do nosso negócio e reafirma nossos preceitos éticos.

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DO CAPITAL VOTANTE EM 30/06/2013

ACIONISTA	AÇÕES ORDINÁRIAS	%	AÇÕES PREFERENCIAIS	%	TOTAL DE AÇÕES	%
Estado de Minas Gerais	214.414.739	50,96	-	0,00	214.414.739	22,27
Outras Entidades do Estado	56.703	0,01	9.955.872	1,84	10.012.575	1,00
Total Controlador	214.471.442	50,97	9.955.872	1,84	224.427.314	23,31
AGC Energia S/A (1)	138.700.848	32,96	-	0,00	138.700.848	14,41

Notas:

(1) a acionista AGC Energia S/A é controlada integral da Andrade Gutierrez Concessões S.A., Cia aberta registrada na CVM.

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES, ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO EM 30/06/2013 (*):

	30.06.2013		30.06.2012	
	ON	PN	ON	PN
CONTROLADOR	214.471.442	9.955.872	190.041.861	8.821.839
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	3.267	1.107	2.900	1.483
DIRETORIA EXECUTIVA	9	979	10	869
AÇÕES EM TESOURARIA	-	410.396	-	363.650
AÇÕES EM CIRCULAÇÃO (FREE FLOAT)	206.289.990	531.539.323	182.792.314	470.993.302
TOTAL	420.764.708	541.907.677	372.837.080	480.181.143

Nota: (*) capital social alterado em 30/04/2013, com bonificação de 12,85% em novas ações.

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Cemig Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG
Belo Horizonte - MG

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG e controladas (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2013, que compreendem os balanços patrimoniais em 30 de junho de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e com a norma internacional IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board-IASB”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e *ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfases

Conforme descrito na nota explicativa 2.2 às informações contábeis intermediárias, em decorrência de mudança de política contábil, os valores correspondentes relativos aos balanços patrimoniais, individuais e consolidados, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e as informações contábeis intermediárias correspondentes, individuais e consolidadas, relativas às demonstrações do resultado e do resultado abrangente, referentes aos períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2012 e das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado (informação suplementar), referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2012, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26(R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Sem modificar nossa conclusão sobre as informações contábeis intermediárias para o trimestre findo em 30 de junho de 2013, chamamos atenção para o assunto descrito na nota explicativa 10, referente ao registro feito pela Companhia, na forma de redução do custo de energia comprada para revenda, de repasses de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE.

Conforme descrito nas notas explicativas 14 e 13 às informações contábeis intermediárias, os bens do imobilizado da atividade de geração de energia elétrica no regime de produção independente são depreciados pelo seu prazo estimado de vida útil e os ativos financeiros relacionados às atividades de distribuição de gás natural foram determinados pela Administração assumindo indenização do respectivo poder concedente, considerando-se os fatos e circunstâncias que estão mencionados nas referidas notas. À medida que novas informações ou decisões dos órgãos reguladores ou dos poderes concedentes sejam conhecidas, o atual prazo de depreciação dos ativos imobilizados ou a forma de realização do ativo financeiro poderão ou não ser alterados. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Conforme descrito na nota explicativa 13 às informações contábeis intermediárias, a coligada Madeira Energia S.A. e sua controlada estão incorrendo em gastos de constituição relacionados com o desenvolvimento do projeto de construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio, os quais, de acordo com as projeções financeiras preparadas pela sua administração, deverão ser absorvidos por meio das receitas futuras das operações da entidade. A Madeira Energia S.A. e sua controlada têm apurado prejuízos em suas operações e apresentam excesso de passivos sobre ativos circulantes em 30 de junho de 2013 no montante de R\$175.507 mil, sendo a participação da Companhia R\$17.550 mil. Os planos da Administração para equalização do capital circulante líquido estão também descritos na mesma nota explicativa 13. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2013, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria das informações contábeis do balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2012

O exame dos balanços patrimoniais, individual e consolidado, levantados em 1º de janeiro de 2012, ora reapresentados em decorrência dos assuntos descritos na nota explicativa nº 2.2, conforme previsto no CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 14 de agosto de 2013, contendo ênfase relacionada ao parágrafo sobre a coligada Madeira Energia S.A. descrita no item “Ênfases” acima.

Belo Horizonte, 14 de agosto de 2013

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC-2SP 011.609/O-8 F/MG

José Ricardo Faria Gomez
Contador
CRC-SP 218.398/O-1 T/MG